

---

**Comissão de Estudos  
sobre a Criança e o  
Adolescente**

**PASTA 2**

**Folhas 189 a 336**



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.	
PROT. GE. Nº 2114/93	
Fis. 189	
	2

CICLO DE PALESTRAS SOBRE a política de atendimento da criança e do adolescente, proposta pelo vereador Paulo Miguel Zenorini

PALESTRA DO PROFESSOR DR. HÉLIO BICUDO, DEPUTADO FEDERAL

As vinte horas e trinta e nove minutos do dia dezoito de abril de 1994, na sede da Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista, localizada na Praça Hafiz Abi Chedid nº 125, sob a coordenação do vereador Paulo Miguel Zenorini, teve início o Ciclo de Palestras sobre a Política de Atendimento da Criança e do Adolescente proposto pelo referido vereador.

### 1. ABERTURA DOS TRABALHOS

Na saudação de abertura dos trabalhos, manifestou-se o vereador Paulo Miguel Zenorini: "Estamos tendo o prazer de receber hoje o professor, doutor e deputado federal Hélio Bicudo, para que possa nos passar um panorama a respeito da conjuntura nacional sobre a questão dos direitos humanos, criança, adolescente, no Brasil e até dentro do Estado. Eu gostaria de agradecer pela presença de todos. Vamos procurar ser breves porque o professor tem um limite de horário: ele deve sair daqui às vinte e duas horas porque amanhã ele pega o avião das sete horas da manhã para Brasília. Vamos tentar aproveitar o tempo dele da melhor forma possível."



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.	
PROT. Nº	2114/93
Fis	190
a)	R

### 2. PALESTRA DO DR. HÉLIO BICUDO

"Muito obrigado. Não é a primeira vez que estou aqui e é com muito prazer que o faço. O estar obrigado a ir a Brasília não é uma questão, é um fato. E hoje existe, assim, uma marcação quase que homem a homem relativamente à presença dos deputados não na Câmara e no Senado, mas no Congresso Revisional. Toda essa pressão que os meios de comunicação estão fazendo, mostrando o Plenário com poucas pessoas, é uma consequência direta da vontade que alguns grupos econômicos - que dominam os meios de comunicação - têm de que essa revisão se faça. Não a revisão da Constituição como um todo, mas a revisão daquilo que interessa a esses grupos, que é exatamente a revisão da ordem econômica, onde está posta a questão do monopólio estatal do petróleo, das telecomunicações, da exploração do subsolo, do conceito de empresa brasileira de capital nacional, por aí. Então, essa inflexão dos meios de comunicação diz respeito não ao Poder Legislativo enquanto Poder Legislativo, que é exercido pela Câmara e pelo Senado, porque a Câmara está funcionando - as suas Comissões Temáticas têm sessões diárias -, o Senado, da mesma maneira. Apenas o Congresso Revisional não caminha. E não caminha, por quê? Não caminha porque, na verdade, não há uma vontade política global para que ele realmente discuta os temas que são impostos não pela população, mas por um grupo que domina o processo de revisão constitucional. Hoje esse processo está mais ou menos estiolado. Não acredito que ele chegue a discutir matérias realmente importantes para as questões que se põem do ponto de vista do desenvolvimento do povo brasileiro, de sorte que, na minha visão, ainda se procura dar algum fôlego a esse Congresso Revisional, através de declarações do atual Ministro da Fazenda de que é preciso que se faça a revisão para que o plano de estabilização monetária dê certo; eu não diria estabilização econômica porque não é um plano de estabilização econômica, é um plano de estabilização monetária. E se diz que há necessidade, então, de que nós entreguemos a Petrobrás, que entreguemos as telecomunicações, desconfiguremos a empresa brasileira de capital nacional, o subsolo também entregue à exploração de grupos estrangeiros. Se isso é preciso para que esse plano realmente funcione, então é evidente que ele não deve funcionar. Mas não é esse o assunto que me traz aqui. Vamos fazer uma conversa descontraída sobre essa problemática da



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.
PRO. LEG. 2114-93
F. 191
*) 2

violência, infletindo para a questão da criança e do adolescente. Violência no Brasil... o Brasil é, na verdade, um dos países mais violentos do mundo. E não é através de leis que nós vamos botar um ponto final a essa violência porque é muito mais uma questão social do que uma questão de ordem jurídica ou de ordem legal, haja vista que nós temos um Estatuto da Criança e do Adolescente que está aí, que ainda não saiu da prateleira. Na maioria dos Municípios brasileiros, dos Estados brasileiros, até agora não se entendeu que esse Estatuto busca exatamente o encaminhamento do problema da criança e do adolescente através do quê? Através daquilo que até hoje inexistia no Brasil, que é a participação do povo nesses problemas. Então, os Prefeitos, os Governadores de Estado seguram a formação desses Conselhos, buscando implementá-los politicamente quando, na verdade, eles devem ser implantados sem qualquer avaliação político-partidária. Politicamente, sim, porque se trata de uma atividade da comunidade e todas as atividades da comunidade são atividades políticas. Mas não podemos enquadrar nessa atividade política a atividade político-partidária e, nesse entendimento, hoje, poucos Municípios já constituíram seus Conselhos e mesmo no Estado de São Paulo isso marcha de uma maneira muito vagarosa. O Município de São Paulo constituiu Conselhos que não funcionam porque a Prefeitura não lhes dá meios para que funcionem. Essa questão do Estatuto da Criança e do Adolescente - que tem pontos altamente positivos - está aí, parada, porque, na verdade, a sociedade vê um bloqueio para que ela realmente participe do equacionamento dessa questão. Nós tivemos um período, logo após a queda da ditadura militar, que nós poderíamos chamar de um início da reconstrução democrática no País. Tivemos percalços. Não foi fácil chegar ao ponto em que nós chegamos hoje. Nós tivemos um período em que a ditadura militar foi refluindo e foi abrindo espaço para a entrada da sociedade civil. Mas, evidentemente, isso não se fez de uma forma mais abrangente. Existem, ainda, muitos pontos que precisam ser equacionados para que esse sistema democrático tão sonhado realmente se torne uma realidade. Não podemos dizer que nós vivemos num regime democrático onde noventa por cento da renda nacional pertence a dez por cento da população brasileira - pouco mais ou menos - , pois o resto é realmente miserável. Até trouxe aqui uns dados para vocês verificarem que aqui no Brasil nós temos, vejamos bem, com relação às crianças e aos adolescentes: cinquenta e oito milhões de pessoas na faixa de zero a dezessete anos - quarenta e um por cento da população brasileira. É uma estatística do IBGE; não é muito recente, mas, se formos considerar a realidade de hoje, talvez esses percentuais



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

PROT. Nº	2114/93
Fis	192
o)	R

apareçam mais agravados ainda. Trinta ponto seis por cento dessas crianças e adolescentes pertenciam a famílias com renda mensal familiar, per cápita, de até um quarto do salário-mínimo. Essa foi uma pesquisa realizada no período 1981-1988 e, nesse mesmo período, cinquenta e quatro por cento dessas crianças e jovens pertenciam a famílias com renda mensal, per cápita, de até meio salário-mínimo. Vejam a que ponto nós chegamos! Escolarização, entre os jovens de quinze a dezessete anos, a taxa em 88 era de cinquenta e cinco ponto um por cento e, nessa taxa, verifica-se que a maioria é de jovens brancos com renda familiar, per cápita, superior a dois salários mínimos. O analfabetismo, em 88, atingia dezessete milhões e meio de pessoas: quarenta e um vírgula quatro por cento no grupo de sete a nove anos; vinte por cento no grupo de dez a catorze anos; nove vírgula seis por cento no grupo de quinze a dezessete anos. Essas crianças, esses jovens que compõem mais da metade da população brasileira são o sujeito preferencial da violência, se nós formos consultar as estatísticas. E nós não temos estatísticas confiáveis, temos números, números que nós vamos pesquisar nas notícias de jornal, nas publicações das universidades, mas que não são estatísticas perfeitamente organizadas. Mas os números são impressionantes! O número de crianças e de jovens mortos nas grandes cidades como Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, alcançam cifras que se aproximam, por ano, a mil pessoas. E são pessoas identificadas pelos Institutos de Medicina Legal. Vejam bem, e as que não são identificadas? Esse número é apenas - vamos dizer assim - um índice daquilo que realmente ocorre na sociedade brasileira com relação ao que eu diria *uma política de extermínio da criança e do jovem*. Eu digo que é uma política de extermínio porque existe uma publicação de 1992, se não me falha a memória, da Escola Superior de Guerra, onde se diz - não com as palavras que vou passar para vocês, mas a idéia é esta - que temos hoje no Brasil, no início da década de noventa, cem mil crianças e adolescentes nas ruas, sofrendo toda sorte de pressões e já se iniciando no tráfico de drogas, nos pequenos delitos e até mesmo em homicídios e por aí afora. Daqui a dez anos essas crianças e jovens serão adultos e, diz o relatório, transformar-se-ão, naturalmente, em perigosos delinquentes - isto é uma afirmativa dogmática da Escola Superior de Guerra. O que vai acontecer então? Vai acontecer que a Polícia será impotente para segurar essa onda de criminalidade. Também o Judiciário. E nessas condições vai se apelar - aliás, isso já está acontecendo - para as Forças Armadas intervirem. E qual vai ser a intervenção das Forças Armadas? Na linha da eliminação. Essa



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

2114.93
193
R

política de eliminação, que é confessada por um órgão, que é a Escola Superior de Guerra, que é um órgão responsável por aquela chamada ideologia da segurança nacional, isso mostra que a eliminação pelos órgãos policiais, principalmente pelas Polícias Militares, de crianças e de jovens, não acontece à toa. Não acontece à toa porque existe uma linha nesse sentido. E isso é tão evidente que eu acho que dispensa maiores comentários. Vocês podem encontrar números estarrecedores nas pesquisas feitas pelo Núcleo de Estudos sobre a Violência da Universidade de São Paulo, pela Comissão de Direitos Humanos Teotônio Vilela, pela Comissão de Justiça e Paz de São Paulo e pelos Centros de Defesa dos Direitos Humanos disseminados no País inteiro. É estarrecedor o que acontece em Recife, o que acontece em Fortaleza, o que acontece em Belém, o que acontece em São Luiz, o que acontece nos Estados do Sul. A tônica é a eliminação e a eliminação sem que se tome conta dessa eliminação relativamente àqueles que praticam esse tipo de política, se é que a gente pode falar numa política dirigida para esse fim. Pois bem, e não é só. Além da pura e simples eliminação, você vai dizer *bom, mas esses meninos e essas meninas não têm outro jeito porque, se você não matar, eles matam você*. Mas acontece que, se você conversar com uma dessas meninas ou um desses meninos, são até emocionantes as respostas que vêm. Eles não contam com a vida. Eles sabem que eles podem morrer amanhã, depois de amanhã, daqui a uma semana, daqui a um mês. E agem, então, em consequência dessa falta de perspectiva de vida. Quando se fala *muito bom, matou, tem que morrer mesmo, furtou, tem que morrer, assaltou tem que morrer*, a gente esquece do porquê esses meninos e essas meninas, por exemplo, servem de avião para os traficantes de entorpecentes. Esses meninos e essas meninas cheiram cola para perder a sensibilidade da fome - porque à medida em que se entorpecem, deixam de ter fome. É preciso que a gente tenha bem claro esse panorama. E não é à toa que esses meninos vão para a rua, que essas meninas vão para a rua. São famílias que vêm, às vezes, inteiramente estruturadas, pela recessão em que nós nos encontramos vêm de outros Estados, ou acontece aqui também, em São Paulo. Se você vai a uma favela não são, muitas vezes, os trabalhadores de outros Estados que criam uma favela; é o empobrecimento da classe trabalhadora que determina o crescimento das favelas em São Paulo, assim, de uma maneira espantosa. Quem passa pela marginal do Rio Tietê, a cada semana vê o surgimento de uma nova favela, nas margens da marginal, embaixo das pontes, na extensão dos viadutos. Então, essas famílias, que vêm estruturadas, aqui se desestruturam: o pai vai para o seu emprego na construção



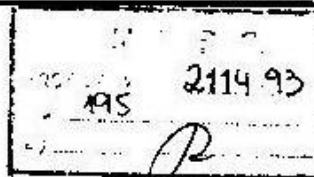
## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

CÂMARA MUNICIPAL	
PROT. Nº	2114/93
DATA	1994
R	

civil, a mãe vai lavar roupa ou passar roupa nas casas das famílias ricas das redondezas e as crianças ficam nas ruas. E na rua elas são sujeitas a toda sorte de corrupção. Começa com a questão do tráfico de drogas, vai para a prostituição. Vocês sabem que no Brasil não existe um número exato de pequenas prostitutas, de nove, dez, onze, doze, treze, catorze anos. Mas os números vão de quinhentas mil a dois milhões e quinhentas meninas que se prostituem, inclusive incentivadas pela família porque uma menina dessa ganha mais de cem dólares por mês e o pai não ganha nem um quarto de salário-mínimo. A prostituição é estimulada pela própria família. Eu me lembro que li há pouco tempo uma pesquisa que se fez em Salvador, na Bahia: tinha uma meninazinha que tinha vindo daquelas cidades do interior e ela dizia: oiha, eu aqui faço tranquilamente vinte dólares por semana e, então, eu posso ter uma vida razoável, fora o estímulo que eu encontro quando vou com um marinheiro para dentro de um navio - porque aquilo é um outro mundo, é um mundo que nós não conhecemos. Essa é a história da criança e do jovem aqui no Brasil. Vejam bem, como é que nós vamos resolver essa questão? Então vêm os salvadores da Pátria e dizem: nós precisamos é diminuir a idade da responsabilidade penal porque não tem nenhum cabimento nós mantermos essa idade mínima de responsabilidade penal aos dezoito anos, se um menino de dezesseis anos, dezessete anos, sabe muito bem o que ele está fazendo. E vocês que são mães e que são pais sabem que as crianças dão um salto exatamente nessa faixa etária, quando elas deixam de ser crianças, quando elas deixam de ser adolescentes, e passam a ser mulheres e passam a ser homens. E há uma fase de instabilidade emocional que vai dos quinze aos dezesseis, dezessete, até os dezoito anos, não é? Então, dizem eles: o que nós queremos é afastar esses meninos da convivência dentro da comunidade porque eles estão matando, estão roubando, estão fazendo isso ou aquilo; então, vamos baixar a idade da responsabilidade penal mesmo porque não tem sentido nós mantermos esses dezoito anos porque os meninos e as meninas não podem votar aos dezesseis anos? Se eles podem votar aos dezesseis anos, escolher o Presidente da República, o Governador do Estado, Senadores, Deputados, por que não podem ser sujeitos à lei penal? Se eles têm essa responsabilidade, devem ter a responsabilidade por completo - esse é um argumento. O outro argumento é - existe até projeto na Câmara Federal - no sentido de se permitir a condução de automóveis para meninos de dezesseis, dezessete anos. Então a outra pergunta: se eles podem dirigir carros e, dirigindo carros, podem cometer delitos, por que eles não podem ser sujeitos ativos de uma infração do Código Penal? Isso é uma espécie de armadilha em



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



que normalmente nós caímos porque, vejam bem, quem é que vota aos dezesseis anos? Esse menino e essa menina que estão na rua? Eles lá estão interessados em se registrar como eleitores, em saber quem são os candidatos a Presidente da República, a Governador do Estado? O voto facultativo aos dezesseis anos é concedido a um extrato determinado da sociedade brasileira, muito pequeno por sinal - nós não temos aí mais do que um, se tivermos, dois por cento da população brasileira dentro dessa faixa etária entre dezesseis e dezoito anos. E é a mesma coisa com relação ao automóvel: quais desses meninos ou meninas vão poder se habilitar para dirigir um automóvel, mesmo porque, para quê? Isso é para famílias que têm três, quatro carros na garagem e podem dispor de um carro e dar ao seu menino ou sua menina de dezesseis ou dezessete anos. Esses argumentos na verdade mostram que se dá um privilégio para aqueles que já são privilegiados e se penaliza o resto, que é muito mais do que os privilegiados pondo todos eles nessa massa informe de corresponsabilidade penal. Um menino rico ou uma menina rica têm muito mais possibilidade de escapar de uma ação penal do que os pobres. Aliás, vocês sabem que o nosso Código Penal privilegia os pobres; os crimes praticados pelas pessoas de colarinho e gravata pouco ou invariavelmente não são punidos. Nós estamos tentando, no Congresso Nacional, dar uma volta nessa questão da corrupção, com as maiores dificuldades; na verdade, apontaram dezoito, mas eu acredito que deva ser muito mais. Mas você não tem elementos porque a própria CPI atuou num determinado instante politicamente, escolhendo alguns e deixando muitos para fora. Como no Brasil existe uma cultura da corrupção - isso é verdade, a gente não pode negar isso -, essa linha de pensamento, cada um por si e o resto que resolva os seus próprios problemas, que é uma linha egoísta, é uma linha de pensamento que vem da nossa cultura colonial, escravocrata, essa cultura que estamos querendo ultrapassar, ela não encontra uma receptividade maior por parte da população porque basta que a gente veja esses programas de televisão - por exemplo, é *você que decide*. Quando se trata de corrupção, o povo não está do outro lado; está do lado da corrupção. Então, é um processo educativo que nós temos que desenvolver e eu acho que essa CPI do orçamento vai nessa linha, é um processo educativo, nós vamos pegar e cassar o mandato talvez de dezessete ou dezoito deputados. Isso é exemplar, não é uma punição na medida em que ela devesse ser tomada porque, na verdade, muitos escaparam. Mas aqueles que forem apanhados certamente cometeram atos de corrupção e para esses nós não temos qualquer tipo de benevolência. Temos de ir até o fim. A Câmara só pode cassar e eu acredito que a Câmara está





## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.	
PROT. GERAL	2114/93
Fis	1916
) _____	

agindo corretamente. Vão dizer que está demorando muito; não acho que esteja demorando porque um processo de cassação de um deputado é um processo de alta responsabilidade porque estamos pondo um ponto final na vida política de uma pessoa, numa sanção gravíssima, que é a cassação de mandato e a inabilitação para o exercício da atividade pública, - é a morte civil de uma pessoa -, então isso não pode ser feito sem que se dê o direito mais amplo possível de defesa a essas pessoas, a qualquer um. Depois competem à Justiça as punições de cunho penal, o ressarcimento por dano com o seqüestro de bens das pessoas que enriqueceram ilicitamente ou mesmo os processos para imposição penal - isso compete ao Judiciário, não compete ao Legislativo. Vocês têm como exemplo recente o caso do Collor. O Collor teve seu mandato cassado, mas o processo criminal se desenrola no Supremo Tribunal Federal. De modo que esse é um processo realmente penoso, mas eu acho importante porque mostra uma nova inflexão da sociedade brasileira, apontando para novos rumos, de maior seriedade no trato da coisa pública, seja ele no Executivo, seja ele no Legislativo e também no Judiciário. Eu acho que nós temos que olhar essa questão do Judiciário porque é o único poder que não sofre nenhum tipo de fiscalização. O Executivo é fiscalizado pelo Tribunal de Contas e pelo Congresso. No caso dos Governos de Estados, pelas Assembléias e pelos Tribunais de Contas. O Legislativo é fiscalizado pelo povo a cada quatro anos e também pelo Judiciário. Mas o Judiciário não recebe nenhum tipo de fiscalização. Num sistema democrático não é possível que qualquer dos poderes seja isento de fiscalização. É uma questão que está se discutindo e nós vamos chegar a algum resultado - talvez não o ideal, mas ao resultado possível - do estabelecimento de um sistema de controle do Poder Judiciário, desde os juizes inferiores até os juizes dos Tribunais, através do estabelecimento, dentro do Poder Judiciário, do procedimento do *impeachment*. Da mesma maneira que se faz o *impeachment* dos deputados, porque o processo de cassação é um processo de *impeachment* do deputado, que se fez o processo de *impeachment* do Presidente da República, eu acho que os membros do Poder Judiciário podem e devem, nos casos que, evidentemente, vierem a ter, ser submetidos ao mesmo tipo de procedimento e serem excluídos da judicatura se eles não funcionarem de acordo com as normas que a sociedade impõe. Nós estamos vivendo uma época de virada e vai depender muito de como nós vamos nos comportar nessa virada para que ela não fique a meio caminho, para que realmente nós possamos depurar a sociedade brasileira e partir para a construção de um Estado democrático, de um Estado solidário, onde todos possamos conviver e viver com



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. F. S. P.	
PROT. CEM. Nº	2114/93
Fls.	197
) _____	

tranquilidade. Voltando à questão do jovem e da criança, eu acho que é uma das questões fundamentais porque, se nós largarmos cinquenta e um por cento da população brasileira sem o atendimento adequado, nós não vamos construir uma nação. E esses problemas que nas grandes cidades são mais agudos, eu acho que no interior, se a sociedade colaborar e cooperar, podem ser, com mais facilidade, equacionados. Não tem sentido nenhum uma cidade que tem quarenta ou cinquenta crianças na rua ter essas quarenta ou cinquenta crianças na rua. Agora, isso não se vai fazer apenas através do Poder Público. Na Bahia, por exemplo, em Salvador, nós temos um projeto, que chama-se Projeto Axé, que é um projeto que está sendo implementado através de verbas da Unicef: ao invés de serem repelidos esses meninos e essas meninas de rua, lá em Salvador eles estão os recolhendo, através, primeiro, de educadores de rua, através de casas que se abrem a esses meninos e essas meninas para um primeiro momento de acolhida e, depois, trazendo esses meninos e essas meninas para algum tipo de atividade ligada à profissionalização, não só nas casas como, também, nas próprias empresas de Salvador. É um projeto que está mostrando a possibilidade dessa atuação conjunta do Estado - temos, hoje, Promotores da Juventude, da Adolescência -, dos juizes e da própria sociedade como um todo. Em Pernambuco, uma psicóloga criou uma casa para atendimento às jovens prostitutas - chama-se Casa de Passagem. Não há nenhuma obrigatoriedade de as meninas se fixarem nessa Casa de Passagem; ela está aberta às meninas e as meninas começam a freqüentar essas casas, começam a trabalhar nessas casas e começam a verificar que elas podem ter uma mercadoria muito mais vendável do que a venda do próprio corpo. Existem alguns projetos no Brasil... Esse projeto dos meninos de rua aqui em São Paulo, que a Pastoral da Criança e da Juventude está implementando. São exemplos de que alguma coisa se pode fazer. Agora, é preciso que o Estado se conforme em aceitar essa colaboração e participação da população nesses projetos e não procure segurar com as mãos esses projetos para obter resultados político-eleitorais. Esse é o grande problema. Então, cabe muito mais à sociedade puxar para si esses projetos do que entregá-los nas mãos do Poder Público. Eu até trouxe aqui uma revista, publicada pela Universidade de São Paulo em colaboração com a Comissão Teotônio Vilela, que tem algumas coisas muito interessantes a respeito do novo Estatuto da Criança e do Adolescente. Eu acho que vocês sabem disso, mas eu vou tomar a oportunidade de ler, é um trecho pequeno, sobre como é que as inovações trazidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente podem e devem ser implementadas. Diz aqui: *Nenhum adolescente pode ser privado de sua*



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. F. B. P.	
PROT. Nº. 11	2114/93
Fis. 198	
a)	<i>[Handwritten signature]</i>

*liberdade, senão em flagrante delito ou em virtude de ordem escrita e fundamentada pela autoridade judicial competente. A internação anterior à sentença pode ser determinada pelo prazo de quarenta e cinco dias. Posterior, não pode ir além de três anos. Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o processo devido. E constituem garantias: conhecimento pleno do ato infracional que está sendo imputado ao menor - ou a ele ou ao seu representante legal; - porque, muitas vezes, o menor de oito, nove anos, comete o ato infracional e não tem, vamos dizer assim, idéia do que realmente está praticando -; defesa técnica por advogados, assistência judiciária gratuita e integral; direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade e direito de solicitar a presença de seus pais ou de responsáveis em qualquer fase do procedimento. O Estatuto estabeleceu, uma vez verificado e comprovado o ato infracional, as seguintes medidas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semi-liberdade, internação em estabelecimento educacional - este é o último estágio, quer dizer, procura se resolver o problema fora do instituto porque todos sabem o que são os institutos de internação. Estabeleceu, ainda, que a medida aplicada deverá levar em conta a capacidade do adolescente poder cumpri-la - circunstâncias e gravidade da infração. De modo que esses são, em linhas muito gerais, o que o Estatuto permite e o que se pode fazer através dele. Para terminar, nessa revisão constitucional, que, eu creio, não vá adiante, e eu acho que não deve mesmo ir adiante porque é mais um estelionato que se pratica com o povo brasileiro porque não há nenhuma participação do povo nesse processo - esse processo está sendo feito paredes adentro do Congresso Nacional, nem as galerias o povo pode frequentar, de sorte que a ilegitimidade do processo é patente, fica a olhos vivos. Nessa revisão constitucional procura-se tocar na questão da criança e do adolescente, inflitando para uma marcha-a-ré. Evidentemente que nós vamos lutar para que isso não aconteça, mas eu acho que é uma possibilidade remota que essas vitórias obtidas com relação à posição da criança, do jovem e da família dentro da Constituição possam ser alteradas para pior. Acho que é uma possibilidade que existe, mas, diante da inviabilização da revisão constitucional, nem é um problema que se possa pôr e, se for posto, evidentemente não vamos poder concordar com aquilo que se pretende, que se passe a essa política que leva à eliminação das crianças e dos jovens ou, pelo menos, para a separação absoluta e total desses jovens e adolescentes do nosso convívio. Eu acho que, sem o nosso convívio, sem o apoio da comunidade, não vamos trazê-los de volta porque nós*

*[Handwritten signature]*



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.
2114/93
199
R

os impelimos para a periferia da sociedade, de sorte que uma atuação nesse sentido pode e deve ser feita e pode começar a nível dos Municípios. Os Municípios estão, na sua quase totalidade, paralisados por questões políticas locais e que não levam em conta aquilo que realmente se pretenda fazer com relação às crianças, que pertencem à comunidade e que não pertencem a uma determinada administração municipal ou estadual. Eu pararia por aqui para a gente poder ter alguma debate. Muito obrigado."

### 3. DEBATE ENTRE O PALESTRANTE E OS ASSISTENTES

**ASSISTENTE:** "Eu vi agora, recentemente, numa pesquisa da USP, que a maioria dos casos de infração de menores não é de menores carentes, mas de menores de classe média e de classe média alta. Não sei exatamente a porcentagem, mas é uma porcentagem bem mais elevada do que a que já existia antes."

**PALESTRANTE:** "É possível, até, que isso aconteça. Mas eu não sei, porque nós não temos estatísticas a respeito. Os números que eu tenho não fazem nenhuma diferença entre menores das classes mais privilegiadas e os menores das classes carentes. São números globais que dizem *tantos menores praticaram tantas subtrações, tantos furtos, tantos homicídios*. Tendo em vista, ainda mais, que os menores das classes mais ricas, normalmente, não ingressam no procedimento, hoje, que se faz no Juizado da Criança e do Adolescente. Eles ficam fora disso. Eu não diria a você que eu não conheço esses dados. Os dados que eu tenho, que são fornecidos pelo Núcleo de Estudos da Violência ou pela Comissão Teotônio Vilela, não dão esse indicativo. Eles dizem: furtos, tantos menores; assassinatos, tantos. Mas não qualificam entre menores desta ou daquela classe. É possível que seja."

**ASSISTENTE:** "A partir de que momento o Estado brasileiro vai aprender a trabalhar com a cidadania, a conviver com a cidadania? É que hoje o Estado não sabe trabalhar com a cidadania, não interessa ao Estado, na atual conjuntura, desenvolver a cidadania."



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.
PROCESSIONAL Nº 2114/93
Fis. 200
*) R

**PALESTRANTE:** "Olha, vai depender de nós, não é? Vai depender dos resultados dessas eleições. Tanto das eleições para a Câmara Federal como para as Assembleias Legislativas, para os Governos de Estados e para a Presidência da República. O quadro, por exemplo, no que diz respeito à Presidência da República para mim está muito bem delineado. Você tem três correntes: a primeira para manutenção do status quo e para a aproximação do Brasil relativamente a uma política neoliberal, mais clara; a segunda, que seria, vamos dizer assim, um capitalismo controlado; a terceira posição, que é a posição de uma democracia, realmente, que atenda aos interesses populares não só do ponto de vista social como do ponto de vista econômico. Eu acho que as cartas estão praticamente postas. Vai depender da nossa posição com relação a essas três direções em que se distribuem os candidatos à Presidência da República."

**ASSISTENTE:** "Fiz essa pergunta porque no último final de semana discutimos a questão da cidadania e chegamos à conclusão de que hoje os movimentos populares e a esquerda em geral não sabem ainda trabalhar com o inconstitucional - o problema do tóxico, o problema da contravenção. E o problema da criança, a prática, a atitude e o comportamento dela colocado como inconstitucional. Hoje, a parte progressista do País que está na militância ainda não aprendeu a trabalhar com isso."

**PALESTRANTE:** "Mas acontece que as outras forças, que tiveram todas as chances de trabalhar com esses dados, até agora não disseram a que vieram. Então, já é tempo de se mudar isso. Eu não acredito que haja inexperiência no trato dessas questões porque essas questões são as que mais tocam de fundo nas correntes progressistas - exatamente as da criança e do jovem. Isso daí é claramente posto pela Igreja. Eu me lembro de uma frase de D. Luciano Mendes de Almeida, que é o Presidente da CNBB, quando ele dizia que isso não é apenas um dever, é uma obrigação de nós fazermos com que essas crianças e jovens, que conhecem as casas apenas pela fachada, possam penetrar nessas casas. Não vejo que haja uma inexperiência das forças progressistas no que diz respeito à educação dessas crianças e jovens e da sua reinsertão na sociedade brasileira mesmo porque todas essas experiências não estão sendo feitas - pelas experiências do Projeto Aké, da Casa de Passagem, da Pastoral do Jovem aqui de São Paulo - pelo establishment, por aqueles que estão no poder, mas por aqueles que estão na periferia do poder."



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.	
PRO. LEGAL	2114/93
Fls.	201
( )	2

**Vereador PAULO MIGUEL ZENORINI:** "O senhor disse e deixou claro que a questão do Estatuto só está no papel, que isso não se efetiva por estar pendurado em prateleiras, por problemas de divergências políticas, por falta de interesse político em que as leis sejam implementadas e realmente funcionem. O que o senhor acha - sua opinião pessoal - da lei, como um todo, do Estatuto da Criança e do Adolescente? Colocada em prática como ela está, seria um ponto de partida para solução do problema da criança? Dentro disso, o senhor sabe - porque também colocou - que, por problemas políticos, muitas vezes essas leis são mal..., inclusive o ECA, na parte das leis municipais para complementar a lei federal, feita de acordo com interesses políticos. Dentro disso, como que nós podemos achar uma saída para obrigarmos e buscarmos com que essas leis sejam feitas da forma que devem ser? Vou dar um exemplo: a questão da paridade do Conselho Municipal aqui. O Conselho Municipal tem sete integrantes do Poder Executivo, três integrantes da população."

**PALESTRANTE:** "Eleitos?"

**Vereador PAULO MIGUEL ZENORINI:** "Não. O Conselho Municipal é não o Tutelar. Deverão ser eleitos também, só que não pelos critérios de participação da população, mas só por algumas entidades que se inscreverem. O que o senhor acha dessa lei e quais os caminhos que deveríamos usar para que isso fosse colocado em prática?"

**PALESTRANTE:** "Olha, eu acho que o Estatuto da Criança e do Adolescente é uma lei exemplar. É a expressão da verdade. E não é só do ponto de vista nosso. Se você for - e isso já foi mostrado - em outros países, eles dizem *vocês têm, realmente, uma legislação de países de Primeiro Mundo. Só que nós não estamos no Primeiro Mundo.* Eu acho que é factível você implementar o Estatuto. Se essas dificuldades existem, se as leis municipais não se fazem ou se fazem defeituosamente para que essas coisas não aconteçam, existe na Constituição um remédio jurídico, que é o mandado de injunção. O que faz o mandado de injunção? Quando o Poder Executivo ou o Poder Legislativo não legislam naquilo que estão obrigados a legislar, o Poder Judiciário pode determinar as regras e tapar as lacunas da legislação se essa legislação for editada com lacunas. É um remédio que não tem sido utilizado, mas que está na Constituição, que independe de regulamentação para que possa ser implementado, mas que as pessoas ainda não se deram conta de que existe esse tipo de remédio. É uma maneira de forçar, através do



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. B. P.	
PROL. C. P. N.	2114/93
F. N.	202
	2

Judiciário, que a lei se faça de acordo, evidentemente, com os princípios constitucionais."

**ASSISTENTE:** "O mandado de injunção serviria também para fazer com que os Municípios implantem efetivamente..."

**PALESTRANTE:** "Eu acho que sim porque não há nenhuma restrição na Constituição com relação ao mandado de injunção. Ele é amplo."

**ASSISTENTE:** "Mas quem aplica?"

**PALESTRANTE:** "Mas vocês não têm recursos na Procuradoria da Justiça?"

**Vereador PAULO MIGUEL ZENORINI:** "O problema é que tem de ir à Procuradoria, o Procurador ser favorável..."

**PALESTRANTE:** "Constituição Federal, artigo 52, LXXI: *conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.* É inteiramente abrangente e inteiramente cabível a impetração de um mandado de injunção para se obter exatamente aquilo que a população quer e que, muitas vezes, o governo não quer. Independentemente de regulamentação, porque não está regulamentado, mas isso já tem ocorrido no Supremo Tribunal Federal, a impetração do mandado de injunção, que pode ser impetrado aqui no Tribunal de Justiça também com relação aos problemas locais. O direito vive através da nossa luta. Se nós deixarmos o direito apenas escrito, não lutarmos para que ele tome vida, não adianta nós termos as regras jurídicas. Temos que lutar para que elas se efetivem."

**Vereador PAULO MIGUEL ZENORINI:** "Aqui, quando eu discordar do Promotor, ele mandou nota de repúdio."

**PALESTRANTE:** "Por isso que eu digo, essa questão do controle externo é muito importante. Não só para o Judiciário, não. Para o Ministério Público também. O projeto que eu apresentei na Câmara para o controle externo não diz respeito apenas aos juizes, não. Diz respeito também aos Promotores Públicos porque eles exercem uma função pública, devem fazê-lo de maneira transparente e deve existir um sistema de controle para que os atos arbitrários não passem sem qualquer posicionamento em contrário."



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.	
PROT. GERAL Nº	2114/93
Folha	203
a)	2

**ASSISTENTE:** "O que o senhor acha de uma cidade que tem cerca de dezessete milhões de dólares na poupança, dezessete mil crianças em idade de pré-escola e onde apenas três mil são atendidas? Fecharam-se duas creches em novembro, a APAE está em situação caótica, enquanto que seis milhões são gastos em festas."

**PALESTRANTE:** "Acho que isso não precisa nem de comentário, não é? Acho que basta a enunciação do fato. Agora, eu acho que a gente precisa se acostumar à mobilização. Sem mobilização, você não consegue empurrar a administração não no sentido que ela toma, mas no sentido que o povo quer que ela tome. Precisa haver mobilização. Precisa haver pressão da população. A população fica acomodada, prefere uma festa do peão do que participar de uma mobilização para que se façam determinadas coisas com respeito à educação da criança. Fechamento de creche? Não tem cabimento nenhum. Como, com dezessete milhões de dólares na poupança fechar uma creche? Onde é que estamos?"

**Vereador PAULO MIGUEL ZENORINI:** "Calculamos o gasto de seiscentos mil dólares na festa, mas já estamos com medo de que chegue a um milhão de dólares nessa brincadeira. Em conversa que tive com a Diretora do Departamento de Educação, eu perguntei se existia algum projeto ou planejamento para que esta Administração tentasse, pelo menos, resolver parte do problema dessas catorze mil crianças que não têm nem sala de aula - isso na faixa etária de zero a seis anos, que é obrigação do Município. Não existe nenhum projeto. Fora a questão de 10 e 20 graus, que a Delegada de Ensino se nega a vir dar explicações sobre qual a situação de salas de aula ou de crianças que estão sem salas de aula no Município. Essas são as disparidades. Gasta-se num único mês dez mil dólares só em rojão, festa."

**PALESTRANTE:** "Mas eu acho que vocês têm mecanismos para cobrar isso da Administração Municipal. Porque ela está obrigada a gastar um percentual na educação. Ação civil pública, ação popular e vai engrossando o caldo."

**Vereador PAULO MIGUEL ZENORINI:** "Se comprar um carro e destinar para educação?"

**PALESTRANTE:** "Mas, para quê carro para educação?"





## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

M. E. B. P.	
PROJ. LEGISL.	2114/93
Fol.	204
a)	R

**Vereador PAULO MIGUEL ZENORINI:** "O vício aqui na Administração é comprar carro, é soltar rojão, fazer festa e comprar carro. Como é que podemos trabalhar dentro disso?"

**PALESTRANTE:** "Eu acho que uma verba gasta com automóvel não tem a ver com verba da educação. Se você demonstra que houve fechamento de uma creche ou de duas creches, no caso, e a compra de um automóvel, essa verba não pode ser carregada à custa da educação. Antes de comprar automóvel tinha de continuar com a creche aberta pelo menos até consumir o dinheiro que se gastou com o automóvel."

**ASSISTENTE:** "O senhor falou em extermínio de menores. Essa prática de extermínio não é com uma classe inteira de marginalizados?"

**Vereador PAULO MIGUEL ZENORINI:** "Tem hoje um parque industrial que está sendo, vamos dizer assim, encolhido, então você tem desemprego. Na verdade, aumentou a pauta de exportação de produtos brasileiros, principalmente produtos primários. Isso serve para você fazer o cálculo do PIB. Quer dizer, o PIB aumenta, mas a miséria continua se alargando e se aprofundando cada vez mais. É o problema da política econômica brasileira, que é voltada para fora e não voltada para dentro. Quando você considera que o Brasil é um País em que, se você der uma renda mínima para as pessoas, você vai aumentar o consumo interno das coisas que são produzidas aqui no Brasil, você vai verificar que essa inflexão da economia, privilegiando as exportações e, também, as importações de produtos de alto preço, ela não se vincula a um processo de desenvolvimento nacional que se sustente, realmente, no aumento do poder de compra das pessoas. Você tem um salário miserável, então você não tem uma maneira de aumentar o mercado interno porque, para o empresário, se ele tiver o mercado interno em expansão, pouco se lhe dá exportar ou não exportar; ele quer vender a mercadoria que ele produz. Agora, com esse nível de salário que existe no Brasil, evidentemente que ele não vai poder dar vazão à sua produção aqui no mercado interno, então ele vai para o mercado externo."

**ASSISTENTE:** "Aqueles dados que o senhor deu, de 1988, hoje já estão bem defasados pelo achatamento..."



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. P. P.	
PROT. Nº	2114/93
Fis	205
Nº	2

**PALESTRANTE:** "Pois é. Em 1988 a situação era muito mais satisfatória do que hoje, onde até o nível de escolaridade aumentou, o nível de analfabetismo diminuiu, mas hoje essas curvas estão caindo cada vez mais."

**DR. MIGUEL ANGELO BRANDI JÚNIOR, advogado:** "Pode ser um desabafo antes? Eu estava refletindo: bragantino com quarenta anos e há mais de dezessete acompanhando as coisas públicas, por causa da formação acadêmica, eu me sinto na obrigação de manifestar o meu entristecimento pelo pouco caso de parcela da população bragantina com a sua presença aqui. É um desperdício."

**PALESTRANTE:** "Não acho, não."

**OUTROS ASSISTENTES:** "O que importa é a qualidade. Para nós é pra lá de bom."

**DR. MIGUEL ANGELO BRANDI JÚNIOR, advogado:** "Admito a contestação, mas não vou acolher. Professor, em que medida o senhor vê oportuna a revisão da parte especial do Código Penal - que ia ser enviada ao Congresso? Ela não vem como aceno dessa fase, estimulada pelos meios de comunicação, de aperfeiçoamento dos instrumentos de repressão? E como é que ela desemboca nessa questão da infância e da juventude, ainda que não se diminua a idade?"

**PALESTRANTE:** "O que existe é um esboço, a nível da própria comissão que está ainda na fase de elaboração do texto que depois vai ser passado a uma discussão mais ampla nas universidades, na Ordem dos Advogados, no Ministério Público, na magistratura e, evidentemente, em outros segmentos da sociedade. Essas demandas para o agravamento de penas, para novas figuras penais, para se considerar crimes hediondos todos os crimes que estão no Código Penal, principalmente os crimes contra o patrimônio e até contra a pessoa e o patrimônio, essas demandas existem. Volta e meia aparecem no Congresso Nacional projetos desse tipo. Eu acho, por exemplo, que essa definição de crimes hediondos que a Constituição traz e que foi fruto de um acordo no tratamento do problema do terrorismo, é uma definição que, absolutamente, não corresponde aos princípios gerais do Direito Penal, que tem um conteúdo subjetivo muito grande e, na elaboração de uma figura penal, nas penas atribuídas a essa figura, se deve partir para coisas objetivas e não para problemas subjetivos. Mas, na primeira versão que eu li - não sei se você teve acesso -, procurou-se fazer o seguinte:



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. B. P.	
PROT. G. M. N.º	2114/93
Fia	206
1)	2

todos esses crimes que estão fora do Código Penal, os crimes chamados de *colarinho branco*, crimes que se praticam através de computadores, procurou-se trazer tudo isso para dentro do Código Penal dentro de um enfoque que não é um enfoque de se aumentar as penas, mas um enfoque de, muitas vezes, se despenalizar os crimes. Atribuir ao juiz a possibilidade, por exemplo, de não aplicar pena ou de aplicar uma pena de prestação de serviços, de perda de direito ou de suspensão de direitos, que exerçam muito mais eficácia do que a pena pura e simples de prisão porque a pena pura e simples de prisão está dando no que está aí. Nós estamos com um problema praticamente insolúvel no Brasil porque as pessoas que estão dentro das penitenciárias não vão voltar como cidadãos, vão voltar para passar um período na sociedade e voltar para as prisões. Esse processo de penalização está, na minha visão, ultrapassado. Nós precisamos encontrar outras maneiras de levar a punição aos crimes. Evidente que não vai ser possível não ter a pena de prisão. Mas não esta pena de prisão que temos aqui. O ante ante-projeto que está sendo elaborado por uma comissão atende a essas questões, buscando, muitas vezes, como eu disse, despenalizar muitos crimes e desqualificar outros crimes. Tem crimes que, hoje em dia, não se sustentam mais dentro do elenco de figuras criminais, que muito mais suportariam ações civis do que ações criminais no sentido de pôr uma pena a uma determinada pessoa. Então, essa idéia existe. Eu não sei se ela vai prosperar, mas essa idéia existe, já existe um primeiro esboço nesse sentido e esse primeiro esboço está sendo objeto de estudos pela comissão, que vai, naturalmente, fazer sugestões em cima dele. Quem elaborou esse esboço foi o ex-Ministro do Supremo, Evandro Lins, e ele é um homem que tem uma visão de mundo muito diferente dessa visão *crime tem que receber o castigo igual ao crime cometido*, dessa filosofia de expulsão das pessoas muito mais do que de reeducação das pessoas que cometeram os crimes. Eu já fiz uma primeira leitura desse projeto, tenho algumas objeções porque ainda tem penas muito altas, na minha visão, que não se sustentam mais porque são absolutamente incompatíveis com esse processo educacional que se possa imprimir dentro de uma penitenciária. Eu sempre, quando falo em matéria de pena e de educação de preso, tenho um exemplo em São José dos Campos - não sei se vocês conhecem - que pode ser discutido ou não, mas a verdade é que é uma prisão dentro da cidade que não tem guarda interno nem externo e o percentual de reincidência não vai além de quatro por cento - fugas, propriamente, não existem; existem ausências porque quando tem guarda não tem fuga e são muito poucas as fugas. São pessoas que pertencem à região, sujeitas ao contato com a



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. P.	
PROT. Nº	2114/93
Fol. 207	
2	

família, com o meio com o qual elas sempre viveram, havendo um conteúdo de reformulação de atitude dessas pessoas muito grande. Daí a taxa baixíssima de reincidência. E não são presos que a gente possa considerar santinhos, não! Tem gente lá com trinta anos de reclusão, gente que sai e entra no presídio espontaneamente. Estabelece-se, então, um elo entre a comunidade e os presos; na medida em que a pena foi cumprida, ele já está integrado na comunidade, então não precisa que haja um processo de reintegração porque esse processo já antecedeu o livramento do preso, o que tem que acontecer porque hoje ainda que o preso tenha, por excepcional que seja, obtido uma profissão, que ele esteja disposto a se regenerar, ele não vai encontrar saída na sociedade. Na sociedade em recessão ele vai a um gerente de recursos humanos de uma empresa, se apresenta com uma carteira de trabalho sem anotação, o gerente vai perguntar: *mas você trabalhou onde?, quando?, como é que você está habilitado para esse tipo de atividade?* Ele vai dizer: *não...*, vai dar uma desculpa e vai acabar dizendo que veio da prisão. *Ah, tá bom; então você volta daqui a quinze dias.* Ele volta daí a quinze dias e: *olha, infelizmente apareceu aqui uma outra pessoa, nós estávamos preocupados com a necessidade da empresa e tal e você apareça daqui a um mês, dois meses.* Aí, o que vai acontecer? Ele vai voltar. Mas vai voltar depois de ter cometido mais um ato contra a sociedade, qualquer que seja. Esse processo que está aí não leva, absolutamente, a nada. As grandes prisões são controladas pelos piores elementos, que se associam à administração da prisão para administrá-la. Eu acho que já é tempo de a gente começar a botar a imaginação para funcionar para descobrir um outro caminho; esse que está aí não serve."

**ASSISTENTE:** "A respeito do fechamento das creches, as crianças passam a ser atendidas pela Prefeitura. Já passaram. Em relação às escolas, pelo que eu tenho conhecimento, vêm sendo construídas algumas. Inclusive, no CAIC vão ser atendidas crianças nessa faixa etária, no Parque dos Estados vai ser construída uma creche também. Não sei se existe esse projeto maior que o Paulo Miguel fez, mas está sendo feito um trabalho."



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

PROT. Nº	2114/93
Fic. Nº	206
	2

**Vereador PAULO MIGUEL ZENORINI:** "O CAIC atenderá duzentas crianças. A creche do Parque dos Estados, em torno de duzentas e trinta crianças, também. É que fora esses dois projetos não existe mais nenhuma outra programação de construção de imóveis para escolas. Esses dois projetos já existiam. O CAIC - que é um projeto do Fernandinho, que veio aí com essas construções monstruosas, que poderiam estar sendo atendidas quinhentas crianças com o dinheiro investido naquela obra. Eu não quis, em nenhum momento, fazer uma crítica direta à diretora. Na minha visão, a participação popular, a mobilização da população, a cobrança, a exigências dos direitos que ela tem, isso vem crescendo no Brasil; só que o meu nível de informação, perto do do senhor, é minúsculo, por todo esse Brasil que o senhor viaja. Eu gostaria que o senhor me desse uma informação sobre isso. Um outro dado: quando a Regina tocou na CPI do orçamento, se não me falha a memória, o senhor é o relator da questão do Ricardo Fiúza, o 'rei da máfia', o 'todo-poderoso' e a dificuldade que o senhor deve estar enfrentando para fazer um relatório sobre uma figura daquela, de poder político. Eu gostaria que o senhor passasse alguma coisa, se o senhor puder, lógico, sobre como anda esse relatório."

**PALESTRANTE:** "Essa questão da participação realmente está crescendo. Eu acho que Brasília dificulta muito porque ela está lá no meio do deserto e hoje o custo de uma viagem para Brasília é muito alto, de maneira que há esse bloqueio com relação a Brasília. Mas eu acho que, pelo que eu tenho visto aqui no Brasil, as demandas da população são muito grandes do ponto de vista de participação. Em qualquer cidade que você vai, você encontra pessoas... é até surpreendente e gratificante você ver pessoas que querem participar. É para isso que nós estamos aqui, muito mais para a criação de uma democracia participativa do que permanecer nessa democracia representativa que não representa nada. As pessoas, na verdade, não se representam nos parlamentares ou até nos governos executivos que elegem. E não há interação entre governantes e governados, que eu acho da maior importância: prestação de contas pelos deputados, que devem comparecer nas comunidades, dizer o que estão fazendo, o que não estão fazendo, porque fazem, porque não fazem, e a população se acostumar a cobrar. O que eu recebo de sugestões, de cobranças ou até de aplausos pela minha atuação, olha, é uma correspondência muito rica, muito rica! E muita coisa a gente aproveita, muitas idéias. Eu acho que a participação cresce. Às vezes dificultada até pelos meios de comunicação,



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

PROT. N.º	2114.93
Fol. 209	
1)	

pela manipulação que se faz da própria informação. Agora vamos tentar finalizar com o caso do Fiúza. O Fiúza é um dos quadros políticos da direita mais competentes do Congresso Nacional. Ele é fruto de uma cultura, vamos dizer assim, da cultura da corrupção, que se acentua no Norte e no Nordeste. De maneira que ele, pessoalmente, e não só ele, mas muitos como ele, não conseguem entender que não agiram de acordo com os padrões legais em vigor. Eles acham que agiram segundo aquilo que a cultura permitia e permite que eles ajam e atuem. Ele não vai nunca se convencer de que ele pode ter atuado dessa maneira e, com isso, infringido a lei. Não existe isso na cabeça dele e na cabeça de muita gente, é uma cultura da gente, como eu disse: cada um por si.

**ASSISTENTE:** "Existe uma fórmula mágica que atraia o cidadão e qual é o direito dele?"

**PALESTRANTE:** "Os direitos dele são todos."

**ASSISTENTE:** "Pois é. O senhor não acha que deveria existir uma forma, uma legislação talvez, que dissesse sobre os direitos e deveres do cidadão? As pessoas não sabem."

**PALESTRANTE:** "Eu acho que é um processo de educação mesmo. É um processo educativo do ponto de vista geral. A senhora elege um deputado que passa a mão e a senhora fica tomando conhecimento de que ele passa a mão. Então, na próxima legislatura a senhora não vota nele. A senhora já está depurando o Legislativo. No caso específico do Fiúza, ele é fruto de uma cultura que não admite que a atuação dele tenha ultrapassado os limites legais. Ele não admite. Todos fazem, por que ele não podia fazer? Ele está plantando inclusive na imprensa coisas desse tipo. Ele, por exemplo, está sujeito a uma acusação de que ele teria acrescido ao Orçamento de 91 emendas que não tinham sido aprovadas no Plenário do Congresso Nacional. Então, ele diz: *quanto a isso estou isento porque tem um parecer que foi dado pela Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, que disse que aquilo era comum que se fizesse.* Então, ele se escuda nesse parecer. Quanto aos contratos que ele fez com o Banco do Brasil, com o Banco do Nordeste, com a Caixa Econômica Federal, contratos onde há cobrança de juros abaixo dos níveis de mercado, onde a dívida rola e aumenta e se torna incobrável e nesse instante ele transfere a dívida para terceiro com a anuência da instituição bancária, isso é normal. Isso é uma coisa que sempre se fez. Isso passa na imprensa - eu li ontem ou anteontem no Globo - uma coisa desse tipo com relação a ele, quer dizer, ele está trabalhando a imprensa



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. P.	
PROT. GEN.	2114-93
Fls.	210
a)	2

para que a imprensa crie um panorama favorável, que vem de fora para dentro do Congresso. Quer dizer, é a cultura da corrupção. Ele, por exemplo, obteve a ligação de energia elétrica numa fazenda que ele tem lá, acho que, no Alagoas. Ele passou na frente de duas mil e quinhentas pessoas. Então ele diz: *mas essas duas mil e quinhentas pessoas não têm as necessidades que eu tenho; eu tenho mais necessidades do que elas, então eu acho legítimo que eu passe na frente dessas duas mil e quinhentas pessoas para obter essa ligação elétrica na minha fazenda.* Ele não tomou nenhuma medida - como relator geral do Orçamento e depois como Ministro da Ação Social - para evitar que essa corrupção que se fazia a nível de Orçamento fosse implementada a nível do Ministério da Ação Social. Não tomou nenhuma medida ou, pelo menos, nenhuma medida útil. *Eu fiz o que todos fizeram. Eu não posso estar fiscalizando caso a caso.* Só que ele liberava as verbas para as entidades tradicionalmente atendidas que estavam inadimplentes perante o Tribunal de Contas. Ele fazia um jogo de empresas, de compra e venda de empresas, com financiamento a fundo perdido do Banco do Nordeste, através da Sudam, onde se torna evidente que ele pegava o dinheiro desses financiamentos, esse dinheiro passava por outras empresas que ele possuía e entrava no bolso dele. Isso é normal no Nordeste. É difícil de você convencer que isso, dentro da cultura brasileira, seja considerado uma infração ao dever funcional de manter decoro nas práticas de um deputado fora do parlamento. Isso é uma das coisas difíceis de você colocar na cabeça das pessoas. Nós vamos tentar colocar, mas eu não sei."

**ASSISTENTE:** "Uma preocupação que nós temos é de como a população está vendo a questão da criança e do adolescente. Às vezes eu percebo que não há muito carinho."

**PALESTRANTE:** "Rejeição?"

**ASSISTENTE:** "É. Inclusive a mim, é muito grande. Então, a rejeição vem crescendo muito. A medida em que vem crescendo a participação popular, a população como um todo se revolta e a rejeição da questão da criminalidade é muito grande. Na verdade, a gente se pergunta: como trabalhar assim?"



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. P.	
PROT. GERAL	2214/93
Fis.	211
2	

**PALESTRANTE:** "Olha, eu não tenho receita, não. Reconheço isso. Acho que é exatamente. Vejo as pessoas dizerem: *esse menino tem que morrer*. Eu já vi mães dizerem isso de seus filhos: *esse rapaz não vale mesmo, ele tem mesmo é que ser morto pela polícia*. Quer dizer, é uma questão de mudar a mentalidade das pessoas e você não vai mudar a curto prazo. É um processo de educação e é um processo em que você tem que atingir os meios de comunicação porque os meios de comunicação hoje estão fechados, impermeáveis à informação como ela deve ser passada. Não é questão da censura. Sou contra a censura. Mas tem que ter um colégio de pessoas para ver o que está passando nos meios de comunicação porque, ao invés de eles estarem educando, eles estão deseducando. Quando uma pessoa diz *esse menino tem mesmo é que morrer* é porque o meio de comunicação passou esse tipo de enfoque."

**ASSISTENTE:** "Há dificuldades com os meios de comunicação. Há quinze dias atrás eu ouvia a Rádio dos Bancários, das sete às nove, ela vinha difundindo a informação e o pessoal estava acertando muito bem a Rádio dos Bancários, pela Gazeta. Agora, o contrato acabou. É uma coisa que poderia dar certo, mas ninguém consegue nada."

**PALESTRANTE:** "Ninguém consegue implementar porque os meios de comunicação estão nas mãos de determinados grupos e, nós estamos vendo, parece que há uma idéia de se distribuir quinhentos canais de rádio, para quê? Para fins eleitorais. Nós estamos querendo ver se barramos essa derrama de canais de rádio porque, às vezes, o rádio penetra mais do que a televisão e é por aí que se faz política no Brasil. Você veja bem o que aconteceu com a Rádio Nove de Julho, que era a rádio da Arquidiocese de São Paulo. Ela foi cassada e nunca mais conseguiu ser restabelecida porque não interessa. Então, ela aluga um programinha aqui, um programinha ali, acolá, mas fica na vontade das pessoas que se dispõem a abrir esse espaço. Eu acho que essa questão dos meios de comunicação é uma questão da democracia brasileira. É uma questão da democracia. Eu vou tomar a liberdade de me despedir de vocês porque tenho de ir para São Paulo ainda e amanhã cedo tenho de ir para Brasília não só porque eu costumo ir, eu geralmente tenho ido na segunda-feira e tenho voltado na sexta. Mas amanhã, especialmente, a Câmara dos Deputados se reúne para o julgamento de mais três deputados. O processo é o seguinte: a Mesa manda a representação à Comissão de Constituição e Justiça. A Comissão de Constituição e Justiça nomeia um relator. Esse relator relata o processo, faz a instrução, dá o direito de





## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.	
PROT. GERAL Nº 214/93	
Fis	212
a)	2

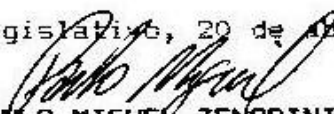
exercício da defesa amplamente, faz o relatório. Esse relatório vai para uma sessão da Comissão de Constituição e Justiça onde o relator profere o seu voto. O relatório é impessoal, o voto tem o conteúdo do convencimento dessa pessoa com relação àqueles fatos. Isto é um juízo de admissibilidade para a Câmara. Feito esse juízo de admissibilidade, vai para a Câmara, que julga a final. E amanhã nós temos três julgamentos na Câmara. Muito obrigado. Foi um prazer estar com vocês."

#### 4. ENCERRAMENTO

Vereador PAULO MIGUEL ZENORINI: "Essas coisas que acontecem, que fazem parte - na minha opinião - de formação, e aí ver formação de nós enquanto pessoas, formação da nossa personalidade, de ajuda para a sensibilidade, para que nós possamos conhecer as informações e os dados que o professor, para mim um mestre, nos deu falando sobre a criança e o adolescente, as dificuldades por que passa o povo brasileiro. O Miguel coloca o desabafo, dizendo que, infelizmente, há poucas pessoas. Eu acho que tudo isso é fruto. Quando foi colocada a questão da qualidade, eu acho que não é só a questão da qualidade, mas, acho que o mais importante é que as pessoas que participam não são simplesmente pessoas que ouvem e guardam para elas essas informações. São pessoas que, com certeza, farão com que essas informações se tornem multiplicadores e que cada vez mais pessoas tenham essas informações para que possamos começar a mudar a sociedade brasileira. Então, eu gostaria de agradecer a vocês pela presença, em especial ao mestre Helio Brodo."

A pedido do vereador Paulo Miguel Zenorini, Sr. Regina Maria Zanini, Regina Maria Zanini, Diretora do Departamento Legislativo da Câmara Municipal, extrai a íntegra da palestra para aproveitamento dos dados e das informações pela Comissão Especial de Vereadores que vem tratando de assuntos relacionados à política de atendimento da criança e do adolescente no plano municipal. O registro de presença deste evento consta do Protocolo Geral nº 05/94 da Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista. Por estar de acordo, assina o vereador Paulo Miguel Zenorini,

Casa do Poder Legislativo, 20 de Abril de 1994

  
a.) PAULO MIGUEL ZENORINI



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 2114/93
Fis. 213
2


CICLO DE PALESTRAS SOBRE a política de atendimento da criança e do adolescente, proposta pelo vereador Paulo Miguel Zenorini

PALESTRA DO PROFESSOR DR. ULYSSES GUIRGEL, Presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente

As vinte horas e quarenta e três minutos do dia vinte de abril de 1994, na sede da Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista, localizada na Praga Hafiz Abi Chedid nº 125, sob a coordenação do vereador Paulo Miguel Zenorini, teve prosseguimento o Ciclo de Palestras sobre a Política de Atendimento da Criança e do Adolescente proposta pelo referido vereador.

### 1. ABERTURA DOS TRABALHOS

Na saudação de abertura dos trabalhos, manifestou-se o vereador Paulo Miguel Zenorini: "Eu gostaria de conversar com vocês sobre proposta que eu estava colocando ao Ulysses antes, para ver o que vocês acham. Ele faria uma exposição de uns quarenta minutos, numa questão geral sobre os Conselhos Municipal e Tutelar da Criança e do Adolescente. A partir daí, abríamos o debate, perguntas, questionamentos e idéias, e iríamos fazer uma discussão com o Ulysses até umas vinte e duas e trinta, vinte e três horas. Todos concordam?.. Então está bom. Eu gostaria de agradecer pela presença de todos e vamos dar início com as palavras do Ulysses."





## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.	
PROT. GERAL. Nº	2114/93
Fis	214
	2

### 2. PALESTRA DO DR. ULYSSES GUIRGEL

"Em primeiro lugar, eu fico grato por poder estar aqui. É um município que está tão perto de São Paulo, mas, por incrível que pareça, em mais de seiscentos e vinte e cinco municípios de São Paulo, eu já estive em mais de trezentos, e aqui, embora tenha passado por várias vezes a alguns quilômetros, acabei não conhecendo esta cidade. Acolhida, acho que nem precisa falar porque vocês conhecem mais do que eu a hospitalidade que vocês têm, então qualquer coisa que eu fale seria perder tempo. Fico grato por poder estar aqui, falando um pouco sobre essa questão e talvez eu não represente aquele que devia estar aqui à altura, que é o Padre Júlio Lancelotte que, até, quando me pediu se eu podia vir em lugar dele, disse que com muita pena deixava de vir porque aqui é a terra dele, o lugar onde ele nasceu. Mas, em todo caso, eu posso dizer que, na hora em que ele pediu - embora tivesse um tempo mais ou menos limitado, eu estava chegando de Curitiba ontem à noite, parei em Registro, trabalhei de manhã em Registro, cheguei em São Paulo e fiquei uma meia hora - vim para cá com muito gosto e a única razão de eu estar vindo para cá é que eu acredito nisso que eu defendo. Se não acreditasse, eu deixava vocês com outra pessoa, que ficassem descansando em casa, e ficava na minha que era muito mais interessante. E justamente a razão de eu estar aqui é porque, realmente, eu acredito nessa possibilidade de estar transformando o nosso País. Tratar da criança ou querer alterar todo esse panorama que este País tem, eu acho que é alguma coisa que nós tínhamos de pensar com muito carinho porque, se hoje não existe mais onde colocar a pessoa dentro de uma penitenciária e qualquer penitenciária que se abra vai ser insuficiente para conter tantas pessoas, é porque pouco se investe na criança e no adolescente. Para qualquer cidade do nosso País que se olhe, vai se perceber que tem alguma família que não consegue dar o mínimo necessário aos seus filhos, para que possa viver com um mínimo de dignidade, é uma realidade! Não adianta, que a gente não vai conseguir sair disso. Eu tenho uma espécie de devoção: em todas as minhas palestras eu leio uma frase das páginas 273-285 de um trabalho que foi feito em 1989 por pessoas que juraram cumprir a nossa Constituição e foi discutido, por incrível que pareça, na casa de um senhor que se chama Cláudio Vieira - provavelmente todos conhecem, não é? - que seria o plano de como tratar a criança no nosso País. Pessoas que juraram cumprir a Constituição - e depois



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. R. P.
PROJ. DE M. Nº 2114/93
Fol. 215
2

vocês vão ver o que elas dizem sobre a criança. Então, a proposta, nada mais, nada menos, do que *Estrutura do Poder Nacional para o Ano 2001* - quer dizer, esta década, chamada década vital, de 1990 ao ano 2000 - *por um Brasil Moderno e Democrático* e, quando fala de como deveria ser tratado o menor abandonado, ela não está falando daquele que cometeu o ato infracional. Se fosse daquele que cometeu o ato infracional, vocês iriam ver que seria uma aberração dentro do nossos princípios. Mas ela se referia ao menor que está marginalizado por nós, por eles, não pelos menores. O único parágrafo que eu vou ler diz o seguinte: *aí, então, quando as polícias faltarem condições para enfrentar tal situação, os poderes constituídos - Executivo, Legislativo ou Judiciário - poderão pedir o concurso das Forças Armadas para que se incumbam do duro encargo de enfrentar essa horda de bandidos, neutralizá-los e, mesmo, destruí-los para ser mantida a lei e a ordem.* Isso é para um Brasil moderno e democrático. Pessoas que juraram cumprir a Constituição, todos eles: desde o que colocou a primeira palavra aqui até o que defendia esse ponto de vista, juraram cumprir a Constituição. E a nossa Constituição diz o seguinte: *Artigo 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência e discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.* E logo no Parágrafo 7º do mesmo artigo diz assim: *No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no artigo 204 desta Constituição.* E o artigo 204 diz o seguinte: *Inciso II : participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.* Vejam bem, a Constituição diz que é dever do Estado fazer isso. Para fazer isso tem de levar em consideração o artigo 204 e no artigo 204 diz que tem de ter, necessariamente, a participação da sociedade civil organizada. Isso significa, nada mais, nada menos, do que qualquer ato de qualquer Executivo - de qualquer nível, tanto municipal, estadual ou de União -, qualquer decisão, em relação à criança, se ele não consultar a população, é inconstitucional. Não adiante querer pensar diferente. É isso. Qualquer decisão que se tome em qualquer nível - estou repetindo - que trate sobre a criança e não leve em consideração a sociedade civil organizada é inconstitucional. Isso porque está obrigando a



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. P. P.
PROT. GERAL Nº 2114/93
Fls. 216
*)

cumprir o artigo 10 da Constituição, quando diz *todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente* - esse *ou diretamente* é ou o povo se manifesta por conta dele mesmo, sem considerar quem está no poder legalmente, legitimamente. Quanto ao Estatuto da Criança e do Adolescente, quando alguém se levanta e diz que só defende os direitos de bandidos, que só dá direitos para crianças, são pessoas que não entenderam absolutamente nada do que se pretendeu com a criança no nosso País. Nada, absolutamente nada. O Estatuto não fala nenhuma palavra que não esteja embutida nesses artigos da Constituição. Simplesmente, ele troca em miúdos aquilo que tem de ser cumprido por força da Constituição federal. Está em revisão? Só Deus sabe que revisão é essa. Mas, nessa revisão, quando muito, vão conseguir abaixar a idade de imputabilidade penal que fala no artigo 229 - se não me engano - de 18 para 16. Isso significa que, simplesmente, vai mudar um gráfico - *equi o nível era 18, passa para 16* - mas não vai alterar em nada a situação da criança. Agora, esse cerne de que a criança hoje não é mais um objeto para a gente manipular como quer, mas é sujeito de direitos, é alguma coisa que ninguém mais vai alterar na nossa Constituição. Ninguém! Nenhuma revisão vai mudar mais isso! Antes de prosseguir - eu só introduzi um pouco a conversa - eu vou falar um pouquinho do porquê *objeto de intervenção* depois *sujeito de direitos*. E eu quero colocar um pouquinho, porque nós temos de tomar consciência, um pouco, disso. No nosso País, durante toda vida, a forma de encarar a criança foi fundamentada numa doutrina reconhecida internacionalmente e, de repente, se percebeu que existe uma outra doutrina, também. Então, tem duas doutrinas muito importantes. Toda nossa vida, toda a vida do País, foi seguida dentro de uma doutrina e, de repente, chegou um momento em que a gente falou *não, nós vamos mudar de doutrina porque esta doutrina nós não aceitamos mais*. E de repente passou para uma outra doutrina. O que significa isso? Significa que nós todos fomos educados, formados, dentro de uma determinada doutrina e, de repente, aparece uma outra doutrina, a qual se afirma que nós temos que cumprí-la. Como é que nós podemos ter uma cultura dentro da nossa cabeça e ensinar para nossas crianças outra cultura? Aí vem a grande dificuldade de porquê não se acredita no Estatuto, porquê que não se acredita nessa lei municipal, porque que as pessoas não investem nessa lei municipal, porque que não há uma vontade política de todas as pessoas do Legislativo e também do Executivo para poder realmente estar fazendo alteração. Justamente por isso, nós não acreditamos ainda que essa outra doutrina está existindo. Então, vamos falar um pouco



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. B. P.
PROT. GERAL 2114 93
Fis. 217
1

das duas doutrinas, bem rapidamente, mais para a gente localizar e depois a gente vai ver o porquê de tanta dificuldade na nossa cabeça para aceitar uma mudança. A doutrina que sempre nós aceitamos e que nós fomos educados nela é uma doutrina que se chamava *doutrina da situação irregular* e essa doutrina tinha algumas características. O que é doutrina da situação irregular? Significa que para o Estado só há interesse em cuidar de uma criança ou de um adolescente se ele tiver em situação irregular. Quais eram essas situações irregulares? Por exemplo: uma família muito pobre não tem condições de cuidar de seu filho, o Estado vem, toma a criança dessa mãe porque ela é pobre e vai cuidar da criança. Vamos dizer que um menino com doze, treze anos está vendendo amendoim na praça: é uma situação irregular, o Estado toma e vai ele dar o que é bom para essa criança. Vamos supor que os pais são embriagados ou coisa desse tipo, o Estado toma. Vamos supor que a criança está na marginalidade, no abandono ou está se prostituindo, o Estado toma. Ou, então, se cometeu um ato infracional. Ah vocês começam a entender porque que a Febem chama *Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor*. Porque que a Funabem, que era o órgão que dava a tônica em todo o País, chamava-se *Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor*? Quer dizer, o família não presta, o Estado toma e dá o bem-estar a eles - lembrem-se daquele incêndio na Febem, que beleza para todo o nosso País, ou melhor, que vergonha para todos nós, não é? Essa doutrina estava fundamentada nesses princípios e, de certa forma, todas as pessoas que acolhiam uma criança, que colocavam um instituto de atendimento, já punham lá as palavras *misericórdia, orfanato de beneficências*, só utilizavam esses termos. A gente não assumia que uma criança que está no abandono deveria ser de responsabilidade total, tanto do Estado como da sociedade, como de todos os parentes que essa criança tenha. Então, essa era a questão da doutrina da situação irregular. A criança, de certa forma, era manipulada como se fosse um objeto em que o Estado intervinha como queria. Bastava um comerciante reclamar que na frente da sua loja tinha um adolescente mal-vestido, já vinha um agente das autoridades, apanhava esse menino e, normalmente, era encaminhado até para São Paulo, para uma Febem, onde ele ia conviver com bandidos, com aqueles que realmente tinham cometido uma infração grave ou eram, de certa forma, perigosos. Isso não é uma coisa de hoje. Se vocês lerem relatórios de Febem, só mudou o nome, a instituição é a mesma - chamava *Instituto Correccional de Menores* -, na mesma Celso Garcia, no mesmo lugar, há cem atrás já tinha rebeliões, já tinha meninos agredindo os dirigentes, já tinha estupradores, já tinha tudo isso. Há



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. B. P. A.
PROPOSTA Nº 2114/93
Nº 218
2

dez anos atrás! Antes de qualquer um de nós ter nascido, e houve uma grande força, uma grande luta, justamente porque essa doutrina não respeitava a criança e justamente porque já era aprovada na Convenção Internacional desde 1956 uma outra doutrina, então se tentou garantir lei num outro enfoque. E justamente o enfoque que a Constituição jogou para mudar de doutrina é o enfoque de que a todas as crianças, em primeiro lugar, a gente tem de dar condições de vida. Depois nós temos de dar todas as condições para que ela se desenvolva. E, depois, temos de dar todas as condições de dignidade para que elas aprendam a viver em comunidade. Só daí é que nós teríamos o direito de exigir que elas sigam as mesmas regras sociais que nós colocamos na sociedade. Caso contrário, nós não temos esse direito. Nós não podemos exigir que alguém se coloque dentro das regras que nós criamos, mas que nós não demos as condições para que essa pessoa se desenvolvesse como qualquer ser humano. Então, esse é o ponto principal. Não é que o Estatuto defende o direito de o adolescente fazer o que ele quer. O Estatuto só vai defender aqueles direitos fundamentais e dando esses direitos fundamentais, o Estatuto obriga que esse adolescente cumpra todas as regras da sociedade. Então, se o adolescente meter a mão no bolso de uma senhora na rua, ele vai ser responsabilizado por esse ato e o Estado tem de criar condições para que ele seja responsabilizado por isso. É dever do Estado isso. Agora vem o grande drama: nós fomos educados naquela outra doutrina e, de repente, nós deveríamos estar ensinando os nossos filhos dentro dessa outra doutrina. Então, para qualquer um de nós que queiramos entrar nessa regra, teríamos de abrir a cabeça. Nós que somos militantes e que acreditamos no trabalho com a criança, temos que abrir a nossa cabeça - se quisermos utilizar uma palavra mais mundana, teríamos de fazer uma lavagem cerebral. Nós temos de tirar toda essa droga que nós colocamos em nossa cabeça, de forma que nós entendíamos como cuidar da criança, e entrar com essa outra forma de entender a criança. Caso contrário, a gente pensa que está seguindo a lei. Se a gente quiser usar uma palavra cristã, nós temos de nos converter. Se quiser utilizar uma palavra menos cristã, mas mais de outra forma, nós teríamos de fazer uma lavagem cerebral, esquecer essa doutrina com que nós fomos educados e começar a tentar perceber com outros olhos essa doutrina diferente. Aí nós já teríamos condições de tratar as nossas crianças com respeito e, até mesmo, de começar a convencer aqueles que não são muito chegados a essa questão. Então, eu acho que é muito forte isso, nós temos de acreditar pra valer. Agora vamos tentar observar alguns pontos importantes. Quando a gente fala de participação de



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.

PROT. GERAL Nº 214/93

F.º 219

1) \_\_\_\_\_

sociedade civil organizada, a gente pergunta: mas como? quer dizer que o Legislativo, quando for tratar de uma lei que fala sobre a criança, o Executivo, quando for sancionar uma lei sobre a criança, ou até mesmo se ele for criar uma creche ou um centro de convivência no Município, será que ele tem de chamar toda a população na praça pública e perguntar: posso fazer isso? devo fazer isso ou não? Não. Não é assim. O Estatuto mostra que forma que exista para poder ter essa participação efetiva. E justamente o Estatuto, no artigo 88, II, diz assim: *criação de Conselhos em nível federal, em nível estadual, em nível municipal, conselho deliberativo e controlador das ações em todos os níveis* - não é só em qualquer nível, não. Ele é um Conselho poderoso mesmo porque ele vai intervir até na educação, até na ação do Executivo, até nas ações do Legislativo enquanto legislador, ele vai intervir até mesmo não na decisão judiciária, mas até questionando questões que possam servir de embasamento para as decisões judiciais, é poderosíssimo esse conselho. E logo abaixo ele diz, no mesmo artigo, no mesmo inciso II, *com participação popular paritária. Com participação popular é simples. Paritária significa duas partes iguais e justamente porque quer respeitar a legitimidade do Poder Executivo. Então diz que ele tem o direito de colocar tanto quanto for decidido na lei, mas a outra parte é a população que indica sem interferência nenhuma do Executivo. E não pode ter nem mais da sociedade civil, nem mais do Executivo. Eu até comentava sobre a lei deste Município e, por incrível que pareça, ela chegou ao número treze: a população indica seis, eu indico seis e depois eu indico, ainda, um outro que vai ser Presidente; o resto é todo mundo que participa e assiste, mas quem manda sou eu. Desculpem por eu falar assim, se tem alguém que está representando o Executivo. Essa lei pode ser modificada, é só entender o que a Constituição pede, o que o Estatuto regulamenta e querer fazer direito e tocar para frente. E justamente aí que vem o papel da sociedade civil. Nós não podemos ficar engolindo uma pessoa que ou não entendeu a lei - por isso não cumpre - ou entendeu a lei e pensa que todo mundo é bobo e que a criança vai ser subjugada para sempre. E se a sociedade civil não intervir, se a sociedade civil não cobrar, se a sociedade civil não questionar, não bater o pé, não acontece nada. E talvez possa até dizer não acontece nada se for só no Município. Bata o pé, vá em Atibaia, vá em outro Município próximo, vá ao Conselho Estadual, faça um fórum de debates na cidade. Só assim começa a modificar o panorama. É incrível, mas esse Conselho, no artigo 214, fala que ele vai ser gerenciador de um fundo financeiro e, quando fala que vai gerenciar um fundo financeiro, aí complica*





## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. F. B. P.

PROT. EST. 11.214/93

F. 220

1) *R*

mais. Por quê? Porque o Executivo sempre teve todo o poder em suas mãos e, de repente, vem uma ingerência. Ingerência, de quê? De um conselho que delibera. Deliberar é fácil, então ele nega - *ele não delibera coisa nenhuma, quem manda sou eu que sou Executivo, legítimo, o povo que me colocou.* Acontece que este Conselho não só tem o poder de deliberar. Já vem o segundo ponto das pessoas que procuram o Executivo que não quer que essa lei funcione e tenta emperrar num outro ponto: *bom, eu deixo que seja deliberativo, mas eu manipulo a composição; então eu vou botar uma composição de tal forma que esse grupo de pessoas vai interferir e vai fazer o que eu quero.* Quando não consegue, quando se exige que cumpra a lei - e lá está escrito *paritário* - , se não cumprir a lei, entrasse com uma ação e obriga a cumprir a lei, aí vem o outro ponto: *então, vou ficar eu manipulando o fundo, quer dizer, o dinheiro, de tal forma que o Conselho delibera, delibera com o povo, só que o dinheiro fica nas minhas mãos, então, quando propuser uma ação, quem vai controlar sou eu.* Mas está escrito no artigo 214: o Conselho vai gerenciar um fundo financeiro. E não é dizer que não vai gerenciar nisso mas é o Prefeito que vai liberar. Quem vai liberar é o Conselho mesmo. E esse fundo tem até uma situação muito boa porque, quando chega no final do ano, termina o ano do orçamento, não tem de recolher ao cofre público. Ele permanece no Conselho de um exercício para o outro. Ele só faz a prestação de contas. Um segundo ponto: esse dinheiro tem a possibilidade de ser aplicado nas aplicações financeiras hoje porque a gente sabe que um dinheiro parado por trinta dias fica reduzido à metade do seu valor ou a pouco mais da metade. E com uma obrigação grave: como é um dinheiro público, tem de ser prestado contas no Tribunal de Contas. Agora vem um instrumento que até eu apresentei ao vereador e acho que é um instrumento muito bom de se estar questionando tanto com a comunidade, como com o Executivo, com os companheiros do Legislativo, que é justamente sobre quais as possibilidades de vir dinheiro para esse fundo. Eu vou colocar só dois pontos que eu acho de muita importância. Normalmente, as pessoas do Legislativo, como é natural, e mesmo do Executivo, o medo delas é estar criando mais um instrumento dentro do Município que vai ter despesa e não vai executar coisa nenhuma excepcional. É um medo que eu acho muito natural. Acontece que esse fundo financeiro não vai contar só com o dinheiro do orçamento do Município. Aliás, eu acho que o dinheiro que chega do orçamento do Município é uma parcela insignificante do que ele poderia estar reunindo com outras origens. Esse fundo financeiro pode ter dinheiro de muitas fontes. Pode ser de doações, pode ser do orçamento estadual,



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.
PROT. DETAL. N.º 2114/193
F.º 221
2

do orçamento federal e etcétera. Só para vocês terem uma idéia, eu passei a cópia do Decreto estadual, hoje existe uma verba numa das Secretarias de Estado para ser repassada aos Conselhos Municipais, para trabalhar o fundo financeiro dos Conselhos Municipais, para ser repassada aos serviços, às crianças dentro do Município. E eu deixei um outro instrumento para ele, pelo menos para provocar: é permitido por esta lei que as pessoas jurídicas - artigo 260 -, que têm de pagar Imposto de Renda - ao invés de pagar cem cruzeiros para o Imposto de Renda, pague só noventa e nove para o Imposto de Renda e deixe um dentro do próprio Município, através do Fundo Municipal. Se esse Conselho estivesse funcionando, se esse fundo financeiro estivesse regulamentado, todo o dinheiro recolhido das pessoas jurídicas do Município um por cento poderia estar ficando aqui, para ser trabalhado com as crianças. Já está regulamentado. Eu deixei uma cópia do Decreto que regulamenta, é um por cento. Eu deixei um esqueminha, até, que alguns municípios estão utilizando para mandar para as indústrias. Eles mandam às indústrias todos esses documentos que orientam, têm até a dedução como é que é feita, mandam até o formulário do banco com o nome do fundo financeiro, o número da conta para recolher um por cento e aquilo serve como recibo. Tem municípios que estão recolhendo, já, isso daí. E eu gostaria que o vereador fizesse isto porque ia prestar um grande serviço para a comunidade: ir à Receita Federal e perguntar quanto é recolhido mensalmente das pessoas jurídicas do Município. Daí ele faz o cálculo e vê um por cento quanto ficaria aqui, para ser trabalhado com as crianças, para fazer uma proposta diferente dessas todas que existem no Município em relação à criança. É difícil a gente perceber um Município como este, arborizado, ar gostoso; dá uma inveja de vocês, de poder viver aqui. Só que o que eu quero dizer é que, embora tenha toda essa beleza, eu sei que também tem crianças que ainda não são de rua, mas estão prestes a ser crianças de rua. Então, seria muito triste se eu voltasse aqui um dia e falasse nós conseguimos mais um degrau, agora já temos crianças de rua, já está quase igual à Praga de Sé. Seria muito triste! E é um Município que tem cura para esses males. Esses meninos que hoje são meninos de rua com certeza amanhã vão agredir alguém. Já tem alguns que estão agredindo de uma forma ou de outra. Mas, se amanhã alguém agredir com violência, será que ele está fazendo alguma coisa de grave? Ou será que, de grave, foi aquilo que nós não fizemos por ele para que ele não fosse isso. São questões que a gente tem de refletir. Tem Municípios no nosso País que conseguiram reverter toda a situação e justamente porque pensaram nos seus filhos, pensaram nos



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.
PROT. DEB. Nº 2114/93
Nº 222
_____

suas crianças. Então, eu acho que vai ter de começar a investir em cima disso. É duro falar isso, mas eu acho que é uma vergonha para o Município, no bom sentido, quando a gente quer mudar essa situação de uma lei que obriga a ter um instrumento que beneficia a criança e depois de quase quatro anos de sancionada, o Município não acordou para ela ainda. É alguma coisa que tem de ser refletida com muita profundidade. Será que a gente não constrói esses instrumentos e depois a gente vai se queixar daquela agressão que está acontecendo em cima de nós? Será que depois a gente vai pedir mais segurança, mais policiais, mais penitenciárias, mais detensões? É isso o que acontece normalmente. Eu não queria levar essa conversa de uma forma diferente, mas eu prefiro que vocês direcionem essa conversa, assim eu teria possibilidade de estar, com vocês, tentando descobrir aquilo que realmente é de interesse de vocês, o que vocês estão querendo mesmo nessa linha da criança. Entusiasma-me muito saber que o Dr. Hédio Ricardo esteve aqui, Dr. Greenhalgh - são pessoas dignas, pessoas sensíveis a essa questão da criança. Eu fui o primeiro a escrever num jornal contra esse bandido... imagine, quando a gente vai falar isso, então é mais um processo nas costas, a coisa vem direto, não é? Então, o Greenhalgh ajudou a sair dessa. Quer dizer, eu provooco e depois eles me ajudam. Mas, quer dizer, são coisas da vida. Enfrentar o poder nem sempre é fácil, mas existem muitas formas de a gente se realizar. Eu acho que é preferível a gente poder ir dormir tranquilo porque falou aquilo que podia falar do que a gente ficar compactuando com isso que existe ou falando pelos cantos que não está bem, mas a gente não enfrentar essas questões cara a cara. Eu acho que é hora de a gente tomar consciência dessas questões e, de repente, o Brasil pode estar mudando. Vocês conhecem Capuí ou, pelo menos, já ouviram de algum lugar, pessoas que têm uma certa ligação, que gostam de certa forma do PT? É um dos lugares que chamou atenção muito grande em todo o País. Eu estive lá na primeira fase, na segunda fase e tenho voltado com uma certa frequência, mas o importante é que esse Município foi modificado completamente. Era um Município que tinha trezentas crianças na escola. Havia três mil e poucas crianças e havia só trezentas crianças na escola. O índice de mortalidade infantil era enorme, talvez um dos grandes do Brasil e, de 84 a 91, mudou completamente: não havia uma criança fora de escola e o índice de mortalidade infantil caiu tremendamente ao ponto de receber um prêmio da ONU como uma coisa excepcional. Aparentemente, a gente fica perguntando, até, como aconteceu isso ou até pode falar que em cidadezinha pequena acontece, é fácil isso, ou então que recebeu



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.	
PROT. GERAL	2114/93
Fa	223
1)	R

dinheiro do estrangeiro. Não é verdade! A única coisa é que se investiu na educação e na saúde. E o problema de nossas crianças é que, simplesmente, os pais vivem na miséria, eles passam fome - só isso. E eles vão para a rua porque a rua é menos ruim do que sua casa - só por isso. Se eu estivesse nessa situação, ia para a rua mesmo. Eles não estudam não é porque não querem estudar. Pode oferecer a melhor escola do mundo, pode dar merenda da melhor qualidade, dar uma roupinha até e dar todo o material escolar e até professores muito bem pagos, do mais alto gabarito, ainda eles vão sair da escola e vão evadir porque ninguém suporta comer bem e ficar ouvindo uma doutrina, ouvindo uma matéria escolar, se os irmãos estão passando fome, se os pais estão passando fome e se eles vivem numa situação de miséria na casa, ninguém! É uma realidade. E justamente a cidade de Capui investiu na educação e na saúde. Eu fui a uma colheita de castanha de cajú: os professores vão junto com as crianças, as mães, as irmãs, vão todos juntos nessa colheita de castanha. A fonte de renda de lá é só castanha de cajú, pesca e sal. A pesca é só para aqueles rapazes e aqueles velhos que só pescam. O sal, por incrível que pareça, é só para os velhos. E toda a criangada ia para a colheita de castanha de cajú. As mulheres e as crianças iam para a colheita de castanha de cajú. Não iam para a escola naquele período e, no outro ano, não iam outra vez porque na época da safra saía aquela coleta. Então, adaptou-se o currículo escolar a essa coleta da castanha de cajú e as crianças, quando saem para essa coleta parece que estão entrando num ônibus para ir ao playcenter - por exemplo aqui de Bragança lotar com a criangada e levar para São Paulo. Colhendo castanha, eles trabalham três horas mais ou menos e depois têm duas horas de aula sobre peso, medida, ecologia, geografia, biologia, comércio internacional - coisa que nenhuma criança aprende na escola. Hoje, toda aquela castanha de cajú é exportada. A primeira qualidade vai para exportação. E as mães junto, quer dizer, participam da educação também. Então, eles têm o período de brincar, ser criança, o período de trabalhar e o período de aproveitar aquele contato com a natureza estudando. Não tem nenhum aluno fora da escola e o mais interessante é que a prestação de contas é feita numa parede de uma casa, parede pintada de branco eles pintam de vermelho... tanto a receita, foi gasto nisso, nisso, nisso, tem tanto ainda em caixa na Prefeitura. Todos os Municípios têm de prestar contas públicas. Quem de vocês viu as contas desta Prefeitura do ano passado? Está exposta. Com certeza está exposta aí na Prefeitura. Eu já vi vereadores com lágrimas nos olhos dizerem que a coisa mais triste que existe - confirme se você quiser, depois - é ele



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.

PROJ. DE PAL. Nº 2114/93

Flo

224

)

R

se danar defendendo uma posição contra, às vezes, dar, doze pessoas, para beneficiar o povo, só que quando passa daquela cerquinha para lá não tem ninguém para assistir quem é o candidato e quem é o defensor do povo. É, é triste isso. E já vi vereadores falarem com lágrimas nos olhos. Então, eu acho que é hora de a gente começar a pensar uma coisa diferente. Existe a possibilidade de transformar este nosso País, mas requer um trabalho de conquista porque quem está no poder não vai ceder um milímetro sequer se a gente não for em cima. Eu vou parar por aqui porque eu acho que, como provocação para a gente debater um pouco, eu acho que seria suficiente. Eu gostaria até que vocês, nos questionamentos, direcionassem um pouco porque eu acho que é preferível estar aqui com um grupo de catorze, quinze pessoas, porque, se tivesse o salão cheio, mas as pessoas estivessem cochilando, cochilando ou coisa desse tipo. Então, a gente percebe que são pessoas que são poucas, mas que podem ser um instrumento de modificação deste nosso País. Já houve pessoas que fizeram afirmações deste tipo: *o Estatuto só serve para um país de Primeiro Mundo, para Suíça, Suécia, sei lá o quê. Só que tem o seguinte: numa mesa enorme que houve na Venezuela, eu me lembro que quando uma pessoa - era até um Promotor Público - fez essa afirmação na mesa, um senhor - parecia muito com o Dr. Hélio Bicudo, baixinho, magrinho, mas com uma cabeça como a do Hélio Bicudo - se levantou lá de trás e veio batendo o pé quando alguém afirmou que isso é feito para a Suíça, encarou e apontou o dedo, falou assim país de Primeiro Mundo coisa nenhuma! Os senhores é que estão precisando de uma lei como essa porque nós não precisamos dessa lei porque já respeitamos nossos filhos. Agora, os senhores que não respeitam ainda é que necessitam de uma lei como essa.* Foi um negócio, assim, assombroso mesmo. Nisso que eu falei eu acredito profundamente. Até posso dizer mais: eu tenho uma vida muito marcada - eu até estava comentando com o Jota. Eu perdi minha esposa - tinha vinte e um anos - com meu filho de nove meses no braço, fuzilado literalmente por armas do Exército, assim, corpo-a-corpo. Na frente, nós sem arma nenhuma, parados na frente... Foi descarregada a arma no meu filho de nove meses, na minha primeira esposa e eu tomei quatro tiros também. Isso aconteceu simplesmente por questões ideológicas, em 67, e não morri só por isso. São questões por quê valem a pena a gente sentir porque esses acontecimentos dão muita força para a gente. E as pessoas devem olhar, mesmo não sendo atingidas elas, pessoalmente, eu acho que devem direccionar a pessoa de tal forma que ela entre com tudo para tentar transformar um pouco essa realidade. Ela precisa ser modificada. São nojentos todos esses acontecimentos que o



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.

PROT. GERAL Nº 2114/93

Fls. 225

1) \_\_\_\_\_

nosso País tem passado. Eu acho que é hora de a gente falar o que eu estou sendo omissa? o que eu estou deixando de fazer? o que eu estou deixando de cumprir? Eu acho que tem de começar um pouco por aí. É só assim que pode começar a acontecer alguma transformação. E não espere de quem está no poder dizer eu estou cedendo um pouquinho do espaço da minha cadeira, pode chegar. A gente vai ter de chegar até lá, nela, e dizer: eu quero conquistar um pedacinho dessa cadeira porque eu quero mandar junto, eu quero dizer que eu faço parte; eu só deleguei a você para ser o líder, mas eu quero fazer parte das decisões mesmo.

### 3. DEBATE ENTRE O PALESTRANTE E OS ASSISTENTES

**ASSISTENTE:** "As perguntas que a gente tem você já está colocando."

**PALESTRANTE:** "Vamos provocar ou talvez explicar alguma coisa sobre a legislação, o que está acontecendo, o que está acontecendo em outros municípios, como é que a gente pode alterar a situação daqui. Tem coisas lindas. Resende, por exemplo, está tendo uma modificação enorme. Eu falei em Capui, mas lá não é PT e, então, não é questão de partido, é questão de pessoa, de pessoa que esteja querendo mesmo. Eu gosto do PT, não estou fazendo apologia, se tiver qualquer pessoa, de qualquer partido, eu tenho todo o respeito porque eu acho que não é o partido que vai mudar o nosso País. Agora, por acaso, o PT oferece algumas coisas com que eu concordo, por exemplo a participação da sociedade civil ele sempre defendeu e tem umas outras questões. Mas tem partido que também assume isso. Então, não é o partido que vai mudar. É como religião: eu represento a CNBB, sou da Pastoral do Menor, assumido, mas tenho meus contatos com todas as religiões, assim com o maior respeito e maior amabilidade e vejo tantas pessoas de outras Igrejas que às vezes trabalham muito mais do que alguém que diz que é cristão da Igreja Católica."

**ASSISTENTE:** "Dentro das passagens que você me contou, houve a questão da tortura que você sofreu, o que não tirou de você a vontade de continuar nesse ideal de luta."



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 2114/93
Fis. <i>Lula</i>
) <i>P</i>

**PALESTRANTE:** "Praticamente, tudo é consequência. Não vou dizer que não devia nada porque, dentro daquele sistema, eu devia e devia muito. Imaginem que eu fui fazer física nuclear na minha vida e, de repente, depois de cinco anos, comecei a trabalhar na área humana. Então, eu aproveitava defendendo essas coisas e estava ensinando a manipular explosivo no meio do mato. É uma coisa meio esquisita falar isso. Então, eu tenho os meus pecados e acho que tudo o que eu paguei talvez não pague aquilo que eu fiz de errado ou coisa desse tipo. Mas, em tudo o que fiz eu acreditava, mesmo. Mas eu tive de passar... depois de perder mulher e filho ainda me tiraram, das dez unhas da mão, seis delas, uma a uma, sem anestesia porque eles não queriam me proteger. Coisas terríveis mesmo. Foi no mesmo momento em que o Estado estava no DOPS, eu estava na 'tutóia', na famosa operação Obã."

**ASSISTENTE:** "Você acha que é pecado a gente lutar contra algo que acha que está errado?"

**PALESTRANTE:** "Não. Quando me refiro a pecados é no sentido assim: com o que eu ensinei, será que eu atingi alguma pessoa inocente? Será que eu fui causa de destruir alguém que não merecia? Ou melhor, dentro da minha visão, hoje eu até me preocupo muito com a questão de... eu até ia falar que quem merece a gente deve destruir, mas eu até acho mais do que isso, eu acho que a gente tem de lutar e enfrentar e eu acho que tem instrumentos sem precisar, talvez, de violência hoje. Então, eu acho que a gente tem de encarar, mesmo, com todas as forças."

**ASSISTENTE:** "A gente fala da criança. Nós temos crianças de rua e temos crianças de rua em Bragança. A gente não está tão fora do que acontece em São Paulo, não."

**PALESTRANTE:** "Existe má distribuição de renda. No entanto, este Município permite que um por cento do que poderia ficar aqui para seus filhos vá para Brasília. Quer dizer, prefere sustentar aquela gente de lá do que os nossos filhos. O que eu percebo é que nós temos de utilizar de todos os instrumentos que temos em mãos para investir nas nossas crianças. Tem de usar disso. Eu estava comentando há pouco que tem um município que me convidou para dar assessoria, para eu ajudá-lo na orientação de como ele poderia utilizar bem o dinheiro que ele tem no fundo financeiro gerenciado pelo Conselho porque ele já não sabe mais o que fazer. Lorena, Cruzeiro. E não é do orçamento do Município, é de



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL, LEI 2414/93
F.º 227
a) <i>R</i>

outras fontes. Eu lia para ele o artigo 260 do Estatuto. O Estatuto é duro de ler porque ninguém de nós está habituado a ler lei. Vocês não conseguem ler isto aqui. Não conseguem ler. As pessoas mais habilidosas para isso, pessoas habituadas a ler lei, começam a ler a Constituição, param e guardam. Então, quem se interessa pelo Legislativo, lê só a parte do Legislativo porque pelo menos aí tem de ficar afiado. Quem é militar, só lê o pedaço do militar. Quem é trabalhador, só lê o pedaço dele. As vezes nem lê. É muito complicado. As leis no Brasil... tem mais de duzentas e vinte mil leis para defender os direitos dos brasileiros e a nossa lei mais usada é a *lei do Gerson* - levar vantagem sobre tudo, um pisar na cabeça do outro para conseguir subir. Por isso que a gente vê no metrô a filhota com quatro anos de idade, quando aponta um lugar, ela sei correndo porque ela é mais ágil que todo mundo, vai lá e se acomoda. Não se respeita mais a senhora idosa, o senhor idoso. Uma mãe que está com uma criança de dois anos no colo, que não pagou a passagem e que não está sendo tão incômodo ficar sentada num banco com criança no colo, assim que desocupa o lugar, pode ter uma pessoa em pé na frente que às vezes está com aparência de cansada, ela põe a criança no banco. Desde criança ela é habituada a seguir só a *lei do Gerson* - subir às custas de pisar na cabeça dos outros."

ASSISTENTE: "A população não tem acesso à lei. É um direito tão difícil, não é?"

PALESTRANTE: "Pois é."

ASSISTENTE: "Se ela não tem acesso nem aos direitos nem aos deveres, como vai cobrar os direitos?"

PALESTRANTE: "É até a gente coloca outro aspecto. Depois, a professora, na escola, afirma bem, agora veio esse Estatuto, só está atrapalhando, eu não posso nem mais falar nada para o aluno porque ele tem todos os direitos. Nunca leu isto aqui, mas faz essa afirmação. E essa afirmação fica só com algumas professoras. Não são todas, mas existem algumas. Outras classes, também. Outros segmentos também fazem essa afirmação. O artigo 260, na redação nova - porque existe a lei B.242 que modificou a B.069 -, diz assim: os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação, das doações subsidiadas e demais receitas. Quer dizer, o fundo financeiro pode estar atuando, aplicando, necessariamente, um percentual para o





## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.

PROT. CERAL. 132114/93

Sis. 228

2

incentivo ao acolhimento sob a forma de guarda ou tutela de criança orfã ou abandonada. Se esse fundo estiver funcionando, pode ajudar famílias em situação difícil e pode, até mesmo, tirar, com a autorização do juiz, a criança provisoriamente de uma família e colocar numa outra porque não adianta mandar para uma instituição, a instituição não ajuda, ela é paliativo. Instituições tem há anos no nosso País, mas não resolveram. E eu digo mais um pontinho: quando fala das formas de atendimento à criança estabelecida por esse Estatuto, lá no artigo 90, no inciso I - o mais importante -, ele diz assim: *orientação e apoio sócio-familiar*. O que é isso? É grana mesmo. E essa grana a gente precisa tomar muito cuidado porque não é assistencialismo, mas fazer um plano com a família. A realidade da família é esta: está fedendo, mal vestida, doente, com fome, sem documento. Não adianta eu dar documento, ele está fedendo, está doente, não vai encontrar trabalho em lugar nenhum. Não adianta eu dar só comida porque ele come hoje e amanhã está com fome outra vez. Não adianta dar um antibiótico, ele não está comendo, está caído em pé. Não adianta dar comida, antibiótico e documento. Ele não tem aparência para aparecer numa firma e pedir um trabalho. Ou a gente pega todos esses aspectos para sentir o cheiro do pobre, desse que está marginalizado, para tentar transformar integralmente, aí a gente começa a modificar. Não adianta tirar um filho de uma família e querer educar. A essa criança eu posso até dar um berço de ouro, mas ela sabe que seu pai e sua mãe estão fedendo, estão passando fome, estão doentes. Então, ela não assimila nada. Agora, se você tentar trabalhar a família, você consegue."

**ASSISTENTE:** Faz referência a outra pessoa que também está realizando trabalho a respeito da criança e do adolescente e diz que o palestrante é a segunda pessoa que vê que realmente está com afinco nessa questão.

**PALESTRANTE:** "A verdade é que não pode ficar em uma única, não pode ficar em duas. Saindo daqui, eu acho que vocês têm de fazer um pacto com essa situação. Eu não gostaria de sentir que vocês ouviram e até disseram *puxa, o Ulysses falou uns troços aí que mexeram um pouco comigo, mas amanhã vocês até podem lembrar que o Ulysses passou por aqui*. Mas isso é completamente secundário, eu acho que o importante é vocês perguntarem entre vocês: *que posição nós vamos assumir a partir de um momento que a gente quer fazer realmente essa conversão?* Não vamos nem falar na lavagem cerebral, vamos falar em conversão. E a conversão serve para católicos, para



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.	
PROT. GERAL 13.2114/93	
Fls.	229
) _____	

presbiteriano, para todos os cristãos e mesmo não-cristãos. Então, é uma possibilidade. Eu acho que cada um de vocês poderia falar: *eu tenho de abrir a minha cabeça, tirar - eu não vou falar a palavra que eu ia falar - toda essa sujeira que existe e tentar refazer com essa doutrina nova, com essa proposta nova.*"

**ASSISTENTE:** "Há caso de cinco crianças, o pai alcoólatra."

**PALESTRANTE:** "O problema nem é da criança. É toda uma família que está na marginalidade. Se a gente quiser olhar só para essa criança, a gente ainda estaria longe de tentar solucionar a questão porque aí tem de fazer um trabalho conjunto com o pai, com a mãe, com todos os filhos. Eu, se estivesse passando fome, se estivesse nessa situação de marginalidade que não é só dessa pessoa, mas de milhares de pessoas em nosso País, claro que eu ia enveredar pela bebida porque é a forma mais barata de se narcotizar. Então, infelizmente, essas pessoas que hoje partem para o álcool, não vou dizer todas, mas uma boa parte, parte por desespero. A gente não pode nem condenar esse pai e essa mãe e nem pode tentar a solução só para um filho."

**ASSISTENTE:** "Esse caso das cinco crianças é uma amostra de que acontece com muitas crianças. Essas crianças não vão à escola - não têm condições -, se alimentam na rua. Há dez anos não são alfabetizadas. Como a gente vai agir?"

**PALESTRANTE:** "Só existe a possibilidade de transformar isso se o Município assumir o cumprimento do Estatuto na sua íntegra e começar a raciocinar da seguinte forma: *todas as famílias do Município que estiverem em situação de marginalidade, nós temos um compromisso com elas.* Então, essas crianças, pode ser até que tenham de ser afastadas momentaneamente dos pais e os pais serem tratados - propor um tratamento a eles. Só que: colocar onde? O que que o Estado - e quando falo Estado não é o Estado de São Paulo, mas o Executivo local - que proposta existe dentro do Município para cumprir a Constituição que diz que em todo o País tem de dar prioridade às crianças? O que é oferecido a essa criança para que ela tenha lazer, para que tenha interesse em estar na escola, possa conviver brincando?"

**ASSISTENTE:** "O Conselho não vai acolher a criança provisoriamente?"



## **CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA**

C. M. E. B. P.	
PROT. GERAL	19 2114/93
Fs	230
) _____ P	

**PALESTRANTE:** "Não é o Conselho que vai acolher. O Conselho teria por obrigação, dentro do Município, montar uma estrutura ou exigir que o Estado - ou o Estado enquanto Estado de São Paulo ou Estado enquanto Executivo Municipal - monte uma estrutura de tal forma que todas as crianças, de zero a seis anos, estejam acolhidas numa creche ou pré-escola. Todas as crianças tenham garantido o ensino fundamental e todas as crianças que estão no ensino fundamental, se seus pais trabalham, elas tenham um lugar de lazer, de cultura, de esporte, de habilidade para trabalhos manuais etcétera. Enquanto o Município não oferecer esse tipo de atendimento, qual é o melhor lugar para ficar? Na rua? Fazendo o quê? Pedindo, roubando, mexendo com as pessoas idosas, cutucando um ao outro, de vez em quando invadindo a residência de alguém ou então o carro e roubando alguma coisa, enquanto não faz alguma coisa mais grave. Vai chegar um dia em que ele vai agredir com violência, vai estropar, vai fazer algo mais grave. São as pessoas naturais da pessoa que está no abandono. O menino da cidade de São Paulo, lá da Praça da Sé, não agride; ele é um bebê que está jogado; depois ele começa a conviver, aos quatro, cinco ou seis anos, com as outras crianças que já cheiram cola, que já cheiram esmalte; depois eles vão perceber que sozinhos são indefesos, precisam estar em grupo - isso chama quadrilha -; depois eles vão perceber que pedir é muito doloroso porque tem gente que agride, até, quem está pedindo, humilha, e eles vão perceber que aquela pessoa que faz isso provoca ira neles e eles começam a agredir, vão perceber que a forma mais fácil de sobreviver é roubando, furtando, porque furtar é fácil - *eu passo a mão no seu religio e saio correndo porque você corre menos do que eu*. Depois eles vão perceber que só cheirar o esmalte é pouco, tem cocaína, tem crack, tem maconha aos olhos dele."

**SRA. MARIA FRANCO RODRIGUES, Ex-Presidente de Serviço de Assistência a Menores, Ex-Comissária de Menores e Ex-Vereadora:** "Eu penso que as pessoas que estão discutindo isso hoje poderão levantar uma bandeira porque no momento em que a pessoa quer ajudar, Deus ajuda-nos a ajudar. Eu fui comissária de menores nesta cidade vinte e cinco anos e coloquei muitas crianças em lares, mas muitas crianças, porque eu acho que é um meio bom para educar. Só que, naquele tempo, todos queriam uma menina. Ninguém quer o menino porque acham que menino é mais difícil de cuidar, que quando ele vem da rua oferece muito mais perigo na casa do que a menina."



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.	
PROT. CEPAL	13.2114/93
Fis	231
)	R

**PALESTRANTE:** "Lá em São Paulo nós tínhamos esse acolhimento. Chamavam-se *soldada* porque elas recebiam até um soldo. Até o nome é terrível porque é próprio de caserna, é próprio do Exército, não é? As crianças eram colocadas também em lar substituto, mas a maioria queria para ser criada e quando ela se transformava numa mocinha, com catorze, quinze anos, ela era colocada na rua porque elas diziam que não prestava mais e queriam outra. Eu não estou desmerecendo o trabalho porque eu acho que... Eu, por exemplo, tenho testemunho de muitos comissários de menores que foram verdadeiros crápulas, mas tenho testemunho de comissários de menores - tenho certeza que a senhora fez um trabalho semelhante porque senão não estaria aqui, estaria descansando na sua casa com a idade que tem - que foram verdadeiros heróis, cumpriram a lei e cumpriram a lei tentando mudar aquele ambiente que existia, mesmo sendo dentro daquela doutrina que era a de objeto de intervenção, respeitavam a criança como ser humano. Eu tenho testemunho de centenas de comissários de menores que tinham esse posicionamento, eu vi isso com muita claridade. Mas em São Paulo, a minha esposa e eu participamos... eu casei outra vez, tenho uma santa esposa, que permite que eu ande pelo mundo inteiro sem me expulsar de casa; ela é funcionária como eu e trabalha como eu; ela também sai; de vez em quando eu cruço com ela em algum Município. Um dia eu estava dando uma palestra em Barretos, tudo formal, na sala do júri, estava o Promotor, o Juiz, o Prefeito, tudo formal, aquelas apresentações e eu vi minha esposa passar lá - eu sabia que ela ia passar lá, até tinha deixado recado de que eu estaria em tal lugar - aí eu me esqueci de todo mundo e disse oi, eu estou aqui; aí ela deu a mão lá atrás, era duas vezes a distância, esteve lotado, todo mundo ficou meio assustado porque eu parei a minha palestra. É uma santa mulher, trabalha como eu, está fazendo a mesma coisa que eu. Ela que me ajudou a superar tudo o que eu passei na vida. Mas o que eu quero dizer é que nós participamos de um processo que envolvia umas sessenta mil meninas e todas dentro daquilo que era chamado *soldada*, do antigo Serviço Social de Menores. Essas meninas eram fornecidas a pessoas que queriam criar essas meninas e criavam, de dez anos até os catorze anos mais ou menos, depois elas iam e trocavam ou expulsavam de casa e falavam que queriam outra. O processo era justamente aquilo porque era obrigado a depositar meio salário-mínimo numa caderneta de poupança, era obrigado a falar com a assistente social a cada período. E nada disso existia, sequer o meio salário-mínimo elas pagavam. Então, era coisa terrível. Eu acho que



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.	
PROT. GERAL	13.2114/93
Fis.	232
)	2

esse acolhimento, a gente tem de descobrir formas. E só o Conselho constituído dentro do Município... porque não adianta olhar só um aspecto. Eu acho que essas pessoas que deram a vida num outro momento, aprenderam muito e poderiam estar dando uma contribuição para que esse Conselho aconteça na forma da lei e para que, depois de acontecer na forma da lei, esse Conselho possa estar descobrindo um caminho de estar vendo quais as dificuldades que o Município tem em relação as suas crianças e aproveitar desses recursos extras do Município, recursos que vão sair do Município e vão cair em outro lugar, mas que fiquem para serem tratados para as crianças, para essas famílias que estão desgragadamente marginalizadas."

**ASSISTENTE:** "Posso dar um testemunho? Desde que nasci eu vi a dona Maria trabalhar com as crianças." (Referência à Sra. Maria Franco Rodrigues).

**PALESTRANTE:** "É só olhar para o semblante dela e a gente já percebe."

**ASSISTENTE:** "Desde que nasci eu ouvi falar do trabalho da dona Maria e dentro de todas essas possibilidades que o senhor colocou, sem nada ser oferecido a ela."

**PALESTRANTE:** "De graça. Porque o cominariado era gratuito."

**SRA. MARIA FRANCO RODRIGUES:** "Quando fui comissária havia dezesseis menores morando na rua. Morando mesmo."

**PALESTRANTE:** "É triste ouvir isso. Uma cidade tão bonita como essa."

**SRA. MARIA FRANCO RODRIGUES:** "Na antiga Estação da Estrada de Ferro. Ali ficavam uns caminhões à noite para no outro dia irem a São Paulo e eles dormiam embaixo dos caminhões. Ficavam na rua fazendo as traquinagens deles, nada assim grave. Eu fiquei desesperada. Pedi para o Sr. Hafiz Abi Chehid se ele queria se responsabilizar pelo aluguel de uma casa. Daí ele falou que ia arranjar uma casa. Daí eu fui procurar o diretor da Estrada de Ferro Bragantina, porque lá tinha uma carpintaria, para ver se ele fazia uns móveis - precisava de oito beliches, duas mesas grandes - e ele disse *pode trazer as tábuas que eu faço*. Então eu sai pedindo tábuas para fulano, para ciclano. Não teve quem negasse as tábuas, eles já mandavam direto lá. E de lá saíram os móveis. Daí eu fui no (ininteligível) e falei *estou precisando de roupas de cama - tantos lençóis, fronhas,*



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.

PROT. GERAL 17.244/93

Fls. 233

()

cobertores. Fui na Basílica, pedi algodão e arranjei algodão lá. Havia a pessoa que fazia os colchões, mandei o algodão para lá e ela fez. Vim aqui, a dona Maria Aparecida era a Secretária aqui, e ela fez uma campanha junto com os vereadores para as toalhas de banho. Eu sei que em pouco tempo nós montamos a casa. Daí eu fui falar com o Delegado - o Dr. Roberto, Deus que o tenha em bom lugar - e disse eu queria que o senhor arranjasse uma pessoa para mim, mas sem falta porque eu sei onde as crianças dormem e é para eu ir buscar as crianças. Daí, quando eu fui, a gente segurava no bracinho e sentia que elas tremiam. Levei para minha casa. Eu tinha arranjado bastante roupa usada, tirei a roupa suja, dei um banho, lá tinha uma panela grande, era quase onze e meia da noite quando eu recolhi as crianças e fiquei feliz com todas aquelas crianças na minha casa. Daí, no dia seguinte, eu fui matricular as crianças na escola - no Jorge Tibirigá. Dezesseis crianças, todas em idade escolar, nunca tinham ido à escola. Chegando lá, a professora sempre fica meio ressabiada: *mas, dona Maria, como é que faz?* Eu falei: *tem de dar uma oportunidade para experimentar.* E lá foram as crianças para escola. No começo, a vizinha da casa que eu aluguei disse *dona Maria, a senhora não vai fechar o portão?* Era dessas casas antigas, se fechar o portão precisa pular a janela. Hoje o pessoal fecha a porta em Bragança, mas antigamente era portão aberto. Perguntavam: *a senhora não fecha a porta por causa dessas crianças?* E eu dizia eu não; *nós não vamos fechar essa porta.* Então as crianças sentiram em Bragança, na hora em que as mãozinhas tremeram, que elas não sabiam para onde iam, mas na hora em que elas viram que a cidade tinha uma casa para eles. Depois, a professora dizia *dona Maria, a senhora sabe que o menino falou um palavrão?* Ela era moçinha ainda, não tinha filho. Eu respondia: *falou um palavrão? a senhora desculpe, então.* Daí, quando as crianças chegaram em casa, eu não me dirigí àquele menino; ele nem ficou sabendo que eu sabia. Disse: *tem um menino sem modos que a professora falou que falou um palavrão; então, palavrão eu sei falar mais do que vocês e a professora também sabe, mas não é porque a gente sabe que a gente é obrigada a falar.* Aí o menino se denunciou: *é, mas às vezes, escapa.* Eu disse: *é, vocês parecem papagaio; papagaio imita; ele escuta falar depois ele imita; mas a boca dá para segurar.* Nunca mais a professora falou alguma coisa. A professora ficou admirada: *dona Maria, aquele menino não falou mais palavrão!* Então, é o modo de lidar com a criança, o amor que a gente dá para a criança. Eu sei que hoje essas crianças estão aqui em Bragança, casadas, com filhos. Deu certo. Não é um internato, mas uma casa aberta."



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. P.
PROT. GEN. N.º 2114/93
F.º 234
<i>R</i>

**PALESTRANTE:** "Eu acho que a senhora tem muito para dar. A senhora tem toda uma vivência e, mesmo a senhora seguindo o Código de Menores - a lei era aquela, não é? -, com a criança tratada como objeto de intervenção, o proceder da senhora era de respeitar como ser humano e quem respeitava o outro como senhor humano, não estava cumprindo o Código de Menores, mas já estava dentro dessa lei que não existia no País ainda que era de respeitar como sujeito de direitos. Eu acho que, dentro de um grupo como este e, até, tanto certeza, que não são só esses aqui em Bragança, tem de estar tomando um posicionamento hoje e dizer: *como é que não vamos interferir na lei do Município para que essa lei realmente funcione, mas não funcione só para enfeitar, funcione para ter uma atuação concreta, fazendo propostas concretas para mudar essa realidade. Porque não precisa de lei nenhuma se não for uma proposta para estar alterando esta realidade. Basta dizer: Tem criança na rua? Alguma coisa está errada. Tem gente na marginalidade? Alguma coisa está errada. Tem meninos trabalhando no campo de forma exploratória? Alguma coisa está errada. Tem criança que não está frequentando a escola? Alguma coisa está errada. Tem criança que morreu só porque estava com diarreia? Alguma coisa está errada. Até eu falo que alguém tem trinta casas e só mora em uma, alguma coisa está errada."*

**ASSISTENTE:** "Eu sempre fui a favor do Cieps, onde a criança pudesse ir à escola e, depois, tivesse alimentação, exercício físico, estudo, assistente social, psicóloga. Eu achava que isso ajudaria a criança. Mas agora eu penso que depende da família também. Se a família está mal, a criança não vai se enquadrar nesse tipo de coisa."

**PALESTRANTE:** "Do Cieps eu só tenho uma coisa contra: é não Cieps ser fabricado onde não tem criança e esse Cieps ser fabricado no Nordeste da mesma forma que é fabricado em Brasília, da mesma forma que é fabricado no Rio. Se eu botar telha de Brasilit no Nordeste, como já foi feito, não tem uma criança que vá ficar lá porque é forno, é crematório. Então, esse Cieps imaginário - eu digo imaginário porque existe só quatro que funcionam dessa forma que você propõe - ser feito para dar atendimento integral à criança, eu concordo. Agora, esse Cieps feito para ser manipulado por políticos e com interesses políticos e, até mesmo, com grandes propostas, é perder tempo. Tive um Cieps que, quando foi inaugurado, tinha inundado, tinha um metro de água, foi feito dentro de uma lagoa, não tinha nenhuma residência e mil metros de distância - em Brasília isso. Esse Cieps não



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. P. P.
PROT. CEPAL 112114/93
Fis. 235
a) <i>12</i>

serve para nada, tanto é que ele está lá abandonado até hoje. Foi o primeiro que o Collor fez, inclusive parece que até colocou que o Papa abençoou aquilo lá numa passagem, coisa assim. Terrível. Quer dizer, no fundo, eu dizer que aqui precisa de Cieps em Bragança é perigoso. Agora, se eu disser o que que a criança não tem e precisa ter, aí sim. E, no fundo, qualquer lugar de nosso País, qualquer Município que tem crianças pelas ruas, a gente tem de focar a família. Então, eu tenho de atender as crianças e, ao mesmo tempo, atender as famílias. E não basta dar escola. Eu sou do Conselho da AELAC - Associação dos Educadores da América Latina -; por acaso estou nesse Conselho e por acaso Cuba está sediando este mandato. Cuba, todos nós sabemos, foi o País que mais primou, desde o começo da Revolução, pela educação e pela saúde. Até o Brasil manda algumas pessoas lá para tratar de alguns aspectos da saúde. Mas a educação é assim: a criança recebia tudo, recebia roupa, escola - professoras do mais alto padrão -, alimentação e avia o dia inteiro - as mais variadas: arte e tudo, tinha música, assistia até a coisas que nós não costumamos assistir, que é música clássica, ópera, essas coisas. A gente nem pode ver uma ópera no teatro porque o dinheiro não dá, mas até isso eles tinham. Hoje, embora a escola mantenha esse padrão ainda, no ano passado, no mês de janeiro, constatou-se que vinte por cento das crianças estão se evadindo da escola, mesmo do mais alto padrão ainda. Sabem por quê? Miséria. Ninguém fica na escola se seus irmãos, se seus pais estão passando fome. Hoje as famílias cubanas, um bom número delas, estão passando fome porque existe o bloqueio, só sobreviviam com o dinheiro da Rússia e a Rússia deixou de mandar dinheiro para Cuba. Eles estão literalmente passando fome. Embora ainda se conserve a escola no mais alto padrão, as crianças não ficam na escola. Qualquer professor hoje que disser que a escola dá tudo para a criança, mesmo assim a criança não quer saber de estudar. Não existe o dar tudo porque essa criança não fica na escola por uma única razão: a sua família está marginalizada, está na miséria. Então, eu concordo plenamente, eu acho que esse Cieps concebido teoricamente tem de ser colocado na comunidade. É só perguntar aqui: quantos centros de lazer Bragança tem para atender a criança? Nenhum. Então, a criança tem, necessariamente, de ficar pelas ruas porque a casa dela é pior do que a rua. Enquanto esta comunidade, esta cidade, este Município, não oferecer um lugar menos ruim do que a rua, ela vai ficar na rua. Não tem outro caminho. Não tem dinheiro o Município? Eu não concordo. Ah, mas o orçamento do Município está comprometido... Tudo bem. Por que não faz uma lei decente, uma lei boa e começa a utilizar esses





## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.	
PROT. GERAL	2114/93
Fis.	236
	2

outros mecanismos que podem estar trazendo dinheiro que sai do Município, riqueza daqui, que sustenta pessoas em Brasília, gerenciado pelo povo e não gerenciado mais por um Executivo, mas por um grupo de pessoas da comunidade e por outro grupo do Executivo? Ele é que vai propor o que fazer para a criança. Então, é isso que vocês vão ter de investir."

**ASSISTENTE:** "Por exemplo, hoje a minha cunhada chegou em casa e disse que as mães iam deixar os filhos na creche e a creche estava fechada. Quer dizer, a creche existe, as instalações existem, mas por que não abriu? Ah porque os funcionários estão em greve. Por que os funcionários estão em greve? Porque não receberam salários. Não receberam salários, fecharam as portas da creche. Uma das mães, desesperada, disse abra essa portão porque eu preciso trabalhar e vou deixar meu filho aqui, e enfiou o filho lá dentro. As outras não foram trabalhar."

**PALESTRANTE:** "Se você abrir a Constituição diz assim: o dever do Estado - e, quando ela fala Estado, não é aquele Estado fictício, não; é o Estado próximo - com a educação será efetivado mediante a garantia de: dentro do que está elencado, no artigo 206 da Constituição diz assim: valorização do profissional do ensino, garantindo, na forma da lei, um plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público... Eu me lembro, quando eu estava na escola a professora era uma rainha, era uma mãe para a gente, a gente tinha respeito como se fosse mãe. Era dona Colaquinha, não sei quantos anos atrás, eu me lembro que era a dona Colaquinha que era a minha professora e que o que ela falasse era a mesma coisa que a minha mãe estar falando. Eu já vi companheiros meus, que são professores hoje, professores que compravam aquele multiplicador a álcool que vocês conheciam - tinha de fazer todo aquele trabalho - com o dinheiro do próprio salário -, compravam pacotes de papel sulfite e todo dia preparavam a aula, provas, textos, testes, tudo isso. Eu me lembro um dia em que ela, chorando, falou eu não sou mais professora, embora tenha de dar aula mais um ano, porque vou me aposentar; acabou a minha vida. O que aconteceu? Acreditem se quiserem: ela teve de vender aquele bendito multiplicador a álcool para fazer uma pequena cirurgia que ela tinha de fazer e não tinha como pagar com o salário dela. Quer dizer, tudo aquilo que ele conseguiu crescer como professora, ela decresceu no final da carreira. Quer dizer, se antes sobrava dinheiro para ela comprar multiplicador a álcool para poder incentivar os seus alunos,



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.

PROT. G. P. 2114/93

F. 237

2

ela teve de desfazer daquilo porque o salário dela estava tão miserável que ela não conseguia nem sobreviver mais. Alguma coisa tem de ser mudada, a verdade é essa."

**ASSISTENTE:** "é necessário ficar fiscalizando para que a coisa funcione."

**PALESTRANTE:** "Tem muitas pessoas no nosso País hoje, gente, que está preferindo que nós matemos as nossas crianças que estão por aí, antes que elas virem bandidos e se voltem contra nós. Nós que temos um espírito cristão, nós que temos um espírito que ainda acredita que pode investir na comunidade, na própria sociedade, para mudá-la, nós temos de acabar com isso e mostrar que o bem é muito mais do que as pessoas acharem que porque elas estão num degrau acima elas podem destruir aquelas que estão embaixo para não incomodar depois. Alguma coisa tem de ser feita. Eu acho que a gente podia reservar o nosso tempo para refletir e pensar sobre o que nós podemos fazer para mudar um pouco. Vocês tiveram aqui duas pessoas por quem eu tenho o maior respeito. Estão num partido porque estão num partido, mas, antes de estarem nesse partido, são pessoas preocupadas com a sociedade - tanto o Dr. Hélio como o Dr. Greenhalgh. Todos os dois, o posicionamento deles, a colocação deles é uma coisa de nível de País... a preocupação que têm com todo esse contexto próprio do trabalho que eles fazem, preocupação com o futuro - o que vai ser do nosso País, tão rico, mais rico do que qualquer outro? Aqui, o que plantar dá. Nós não temos terremoto, nossas guerras não são como essas guerras de destruir casas, tudo isso, nós não temos maremotos, não temos nevaska, não temos nada disso. Planta-se uva no Nordeste, planta-se uva no Sul, quer dizer, uma distância de cinco mil quilômetros planta-se o mesmo produto e dá com perfeição. Recentemente, em Jales, descobriram que lá dá uva de maior qualidade, aquela uva rubi - lugar que nunca plantou uva rubi, de repente está exportando uva. Um País excepcional de lindo e de bom, nós temos de tudo. Ninguém tem essa extensão de praia como nós temos. No entanto, nós estamos ainda por mudar. Então, a gente tem que preocupar um pouco. Olhando a conversa dessas pessoas que estiveram aqui, chegar e falar assim: *em que eu vou contribuir para mudar esta cidade?* E não é o que eu pessoa isolada vou fazer, porque não existe a possibilidade de fazer isoladamente, mas tem de ter uma preocupação muito grande de a pessoa chegar e falar assim: *eu estou sozinho? não, eu estou em dois; então, nós dois vamos nos unir e tentar descobrir o terceiro; nós vamos lutar com uma meta concreta.* Agora, aqui, não são só dois e eu tenho a certeza de que nesta cidade não são só



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.

PROT. GERAL 2114/93

Fis. 238

)

estas pessoas que estão aqui que têm o interesse. Quando eu falei de pacto - é uma palavra até que está muito usada e, quando a gente começa a usar muito uma palavra, ela desgasta e acaba virando... Mas eu acho que a gente tinha de fazer um propósito aqui neste momento. Está uma lei, ela existe, só que não é perfeita, tem de ser modificada. Eu acho que vocês têm condições de exigir que essa lei seja mudada, apoiar aqueles que estão no Legislativo para fazer uma proposta concreta e vir para defender, encher este auditório aqui. Avizem-me no dia em que acontecer isso que eu venho junto."

**Vereador PAULO MIGUEL ZENORINI:** "Eu já fiz isso, não foi aprovado."

**PALESTRANTE:** "Faz outra vez. Faz outra vez. Muda. Filipe me faz com que essa lei seja realmente cumprida porque pode ser a lei mais bonita do mundo. Quem está no poder quer bloquear a primeira fase, o que que é? Esse Conselho é consultivo. Eu, por exemplo, fui do Conselho da Febem. Sou funcionário da Febem ainda, até hoje; eu recebo da Febem ainda, só que não preciso trabalhar lá porque aquilo lá nunca me convenceu; então eu estou aqui autorizado a falar o que estou falando, embora eu tenha conquistado isso. Mas, o que eu quero dizer é que eu fui conselheiro da Febem, eu consegui participar de duas reuniões - tinha mandato por três anos -, eu consegui ficar em duas reuniões: a primeira ordinária e a segunda extraordinária. Consegui ter uma reunião extraordinária. Na segunda fui afastado, por quê? Porque o conselheiro da Febem é assim: quem que coloca o conselheiro no Conselho da Febem? Ou o Presidente da Febem ou o Secretário de Estado ou o Governador e aí daquele que falar qualquer coisa contra aquilo, pronto, ele é afastado do conselho e põem outro. Agora, se for um Conselho para enfeitar a cidade, que já tem o Conselho da Criança, esquece. Não faça! Tem de ser um Conselho para seguir a lei, quer dizer, aquele Conselho que decide, que toma decisões, que capta dinheiro e que o utiliza bem dentro da cidade, ouvindo a população e vendo a situação do povo. Então, quando houve a colocação de que já existe a lei, a gente tem de analisar se ela está em condições de ser cumprida, de modificar a realidade, porque se for só uma lei para enfeitar não serve para nada, absolutamente nada. Quem está no poder, primeiro quis destruir que esse Conselho fosse de poder, que ele mandasse, que ele fosse deliberativo; queria que fosse só consultivo. Como o Executivo não conseguiu fazer isso, então ele tentou minar outro ponto, quer dizer ele mande mesmo, só que quem vai mandar são pessoas de quem eu gosto, pessoas que vão mandar do jeito que eu quiser, então ele vai



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. F. B. P.	
PROT. GERAL	2114/93
Fis.	239
	2

minar no segundo ponto que é justamente aquele de que ele vai colocar as pessoas - é o caso daqui, está no segundo estágio. Tem lugar que já está no terceiro estágio, o povo já conseguiu conquistar a paridade, que o Executivo não interferisse em hipótese alguma no Conselho - a população indicava o dele, o Executivo escolhia o dele e esse grupo decidia por conta -, então ele tentou minar no outro ponto: na regulamentação do fundo financeiro ele fala: *hom, vocês decidem o que quiserem, o povo também, tudo bem, eu aceito tudo, mas eu vou controlar o dinheiro.* Alguns Municípios conseguiram superar o primeiro, o segundo e o terceiro; então, esses estão realmente trabalhando. Vocês estão no segundo ponto que tem de ser destruído, quer dizer, o Conselho está viciado porque não existe a composição prevista na lei federal, o povo não participa de forma paritária e não é o Prefeito que tem de indicar o presidente, não. O presidente tem de ser indicado pelo próprio Conselho, o Conselho é que vai se reunir e as doze pessoas vão dizer quem vai coordenar os trabalhos - todo o grupo vai decidir."

**ASSISTENTE** (dirigindo-se ao vereador Paulo Miguel Zenna): "Não tem condições de fazer isso pela Câmara, Paulo? A gente reúne o maior número de pessoas e convida o Ulysses para vir. Não tem jeito de fazer isso aqui?"

**OUTRA ASSISTENTE:** "Eu acho que essa conversão que o Ulysses colocou, das pessoas que estão aqui, elas já fizeram essa conversão, estão trabalhando, brigando para que a lei seja respeitada, para mostrar que o Conselho existe. É a gente sabe que ou ele existe dessa forma ou é um Conselho fictício."

**PALESTRANTE:** "Para fazer fictício é melhor a gente ir descansar, não é? Ou dormir."

**ASSISTENTE:** "Eu acho que esses dias de debates que nós tivemos, tanto com o Hélio Bicudo como hoje, nos deram uma contribuição muito grande porque - eu vou colocar, até, mais um desabafo - nós já lotamos este Plenário da Câmara para nos contrapormos a essa lei, a sociedade civil organizada, todas as pessoas que têm representatividade na cidade, que atuam com o menor, têm uma posição coerente com esse Estatuto, estiveram aqui, foram às audiências públicas. Nós nos contrapusemos a essa lei, fizemos propostas de emendas, elas foram apresentadas, viemos para cá com cartazes, com faixas, e o resultado foi esta lei aqui. Inconformados com isso, novas audiências públicas foram convocadas quando vão



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. F. B. P.	
PROT. GERAL	2114/93
Fls.	240
	2

O projeto de regulamentação e a gente falou que não adiantava regulamentar um Conselho que fere a lei maior. O Poder Judiciário local não deu o devido posicionamento que teria de dar nessa situação. E, só para dar um exemplo, na semana passada a Prefeitura local cedeu um carro à Promotoria local. Acho que foi muito oportuna fazer o debate neste momento porque, embora divergindo da lei que está aí, a gente sabe que é necessário porque já deveria estar existindo há quatro anos o Conselho. O que nós vamos fazer? A sensação que me passou é: nós vencemos todas as etapas, a mobilização popular foi feita, as entidades foram convidadas, viemos para a Câmara, através do Legislativo, através do Judiciário. O que nos resta fazer? Então, na segunda-feira, por exemplo, o Dr. Hélio Ricudo nos deu um caminho: o mandado de injunção. O Dr. Greenhalgh nos mostrou outro caminho: como que a gente pode atuar com as crianças e os adolescentes em casos de exploração e de situações irregulares. E hoje você nos reforça esses caminhos que já foram apontados e nós acrescenta muito mais. Pelo menos eu saí desse debate diferente de como eu entrei porque eu entrei desanimada. Os obstáculos estão aí para serem vencidos. Eu quero saber o seguinte: no caso de o Conselho de Bragança ser formado, ser eleito, de acordo com esta lei que está aprovada pelo Legislativo Municipal, existe alguma possibilidade de interferência do Conselho Estadual e do Conselho Nacional no Conselho Municipal de Bragança?"

**PALESTRANTE:** "Existe. Dentro o que eu vou ler no dia 17 - e estão todos os jornais, televisões, parlamentares, governos e todas as secretarias e as entidades, inclusive do interior - mas, num pedaço da leitura, em que eu disse depois de vencer todos esses percalços para ser empossado o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo, não tem conseguido exercer suas atividades e cumprir suas obrigações por uma série de dificuldades não atendidas pelo Governador do Estado. Possui sede própria, mas não tem nenhuma cadeira. Não possui estrutura administrativa. Não dispõe de verba para despesas de manutenção - embora tenha sido aprovado no orçamento e tenhamos lá um dinheiro enorme. Do orçamento do ano passado, nós tínhamos uma verdadeira fortuna - para nós era uma fortuna - era oitenta mil dólares para repassar para os Conselhos Municipais e sessenta mil dólares para instalar o Conselho. Só que eles liberaram esse dinheiro no dia 18 de novembro, só que não tinha o fundo financeiro regulamentado, embora a gente tenha feito a minuta e mandado para o Governador há muitos meses atrás. Então, nós tínhamos um dinheiro para repassar para os Municípios, mas não podíamos repassar porque não temos o



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. F. B. P.	
PROT. ORDEM	2114/93
FIL	241
P	

fundo regulamentado. Então, esse dinheiro ficava no cofre público e no final do ano revertia outra vez para o orçamento do ano seguinte. Quer dizer, o dinheiro, literalmente, não existia mais, só existia a dotação, mas não existia mais o dinheiro, já tinha sido utilizado para outras questões. E o dinheiro para a instalação do Conselho - sessenta mil dólares, imaginem - dava para ter computadores, dava para fazer mais bonito do que a Câmara aqui de Bragança, só que eles liberaram esse dinheiro no dia 18 e liberaram assim: disseram, através de Decreto, quem pode ser o ordenador de despesa porque sem isso não pode gastar o dinheiro - dia 18 de novembro. Ora, dia 13 de dezembro o que não foi aprovado, o que não foi licitado, não pode mais fazer compra. Em outras palavras: ficamos vendo só, só assistindo, e protestamos esse dinheiro não vamos nem poder gastar. Não existe nenhum mecanismo para poder gastar esse dinheiro. Eu só consegui gastar seiscentos mil cruzeiros porque era obrigado a dar uma verba de adiantamento, só que tinha de ser único porque eu não podia nem constituir aquela verba mensal porque só tinha um mês. Tive de abrir conta, corri e gastei dinheiro, seiscentos e vinte mil cruzeiros de cento e quarenta mil dólares. Então, vejam bem como é que são as coisas. Então: não dispõe de verba para despesa de manutenção e locomoção de conselheiros que residem no interior do Estado e nem deslocamento de conselheiros para execução de tarefas no Município. Não possui suporte para comunicação - máquina de escrever, copiadora, fax, telefone, etcétera. Não existe regulamentação como unidade administrativa. Não existe o fundo financeiro regulamentado. Não conseguiu ter a sua Mesa Diretora regular. Não conseguiu fazer a prestação de conta anual. E, finalmente, num dos pedaços, eu digo: há que considerar que esse Conselho está vinculado ao Gabinete do senhor Governador por força de lei e tem reiterado pedidos ao Secretário de Governo para nos receber para tratar dessas questões, mas ele nem sequer dá resposta. Essa atitude demonstra descaso do governo etcétera, etcétera. Ah, eu afirmo: Se o Governo do Estado não cumpre a Constituição Federal, não cumpre a lei federal, não cumpre a lei que ele mesmo sancionou, não deverá ser surpresa para a população quando a gente vê tantas situações como esta que a gente vê no Estado de São Paulo. Quer dizer, é alguma coisa que eu escrevi - depois eu mando para vocês uma cópia -, mas é só para mostrar que isso está acontecendo em todos os lugares, não é só aqui no Município. Tem experiências maravilhosas de governos estaduais que realmente permitiram que fosse implantado o Conselho e, de repente, esse Conselho está fazendo um trabalho bom. Tem Municípios que conseguiram



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. F. B. P.	
PROZ. CPM: 2114/93	
Fis. 242	
2	

também. Então, tem duas possibilidades: ou a gente desiste porque já não encontra, parece que não vê, mais saída ou a gente vai até o fim, vai encarar esse Governador até o fim."

**ASSISTENTE:** "Não seria viável, por exemplo, fazer um convênio, um encontro, uma reunião, através do Conselho Estadual, entre todos os municípios que estão com dificuldades?"

**PALESTRANTE:** "A gente tem essa proposta e, mesmo sob essas condições, nós estamos pensando em fazer isso, em estar reunindo os Conselhos para ver os pontos comuns e ver como é que a gente faz uma luta de confronto."

**ASSISTENTE:** "A gente ganha mais força."

**PALESTRANTE:** "Eu diria o seguinte: no fundo, a gente tem de usar de todos os instrumentos possíveis. Um dos instrumentos é esse que foi apontado pelo Dr. Hélio. Outro instrumento é esse que o Greenhalgh falou. Mas existem outros também. Nem sempre a gente acerta politicamente num Município, a gente pensa que está usando de todos os instrumentos, mas não está. Tem alguns Executivos que falam assim *para mim, que eu dane o povo, eu já estou aqui e vou encontrar uma forma de me eleger graças às pessoas ignorantes*. Mas existem alguns pontos que a gente tem de cruzar como luta correta. Por exemplo, o que nós fizemos quando se discutia na Câmara Federal em relação à questão do voto livre e distrital? Por que que existe o interesse de que o voto seja obrigatório? Por que que existe o interesse de que o voto não seja distrital, mas seja amplo? Justamente por isso. É comum a televisão chegar e falar *você lembra em que deputado você votou no outro mandato?* A gente esqueceu. Mas é justamente aí que está, é porque a gente não votou em alguém comprometido com a gente. Então, alguma coisa tem de ser mudada em termos políticos também. E os acontecimentos que a gente faz no Município, a gente tem de dar uma conotação política também. Eu conversava com você há pouco e até estava mostrando que existe uma forma de fazer uma provocação que mexe com os brios do político: é trazer a imprensa, é trazer outros Municípios, é fazer um acontecimento que tenha uma conotação política. Então, são formas de fazer isso. E até convida o próprio Prefeito para presidir, só que traz pessoas que mexam com ele. Eu já vi Prefeitos, em palestras minhas, se levantarem e saírem. Num dos municípios, levantaram-se, na minha frente, o Promotor, o Juiz, o Comandante da Polícia Militar local e o Prefeito da cidade, e saíram - como protesto. E o pior não foi isso."



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.
PROJ. (CDD) Nº 2114/93
(Is) 243
(P) <i>P</i>

Aí, quando eu fui jantar - porque o Município tinha oferecido o jantar - estavam eles tomando chopp lá, todos juntos, e aí iniciamos outra discussão e ele falou não, eu vou dar uma mãozinha para você; eu falei: para mim, não; para teus filhos aí, os filhos da tua cidade."

**ASSISTENTE:** "Em termos de mobilização, do Diapoque ao D. P., todo mundo recebeu comunicado para apoio e a Prefeitura recebeu os fax pedindo para que fosse colocada a antiga lei ou revista pelo menos. A imprensa foi jogado tudo, também - tem dossiê sobre o assunto. Quando nós viemos aqui para discutir, a Polícia Militar que veio aqui, ironizou. Alberto Rolfo, que veio aqui, começou a questionar coisas, assio, ridiculas."

**PALESTRANTE:** "Eu gostaria imensamente de estar aqui. Eu só digo o seguinte: está corretíssimo e eu não estou dizendo que vocês não fizeram nada. O que eu quero dizer é que tem de continuar fazendo e sem fim porque não tem fim, é conquista. Então, você tem de fazer exatamente... a guerra é assim, também, conquistar pedagogos, é chegar aos pés do Prefeito se ele não deixa chegar à altura do banco dele, mas fazer cocoga no pé, mexer com ele, mesmo."

**Vereador PAULO MIGUEL ZENORINI:** "Isso foi uma pergunta que eu fiz até para o Hélio na segunda-feira: como é que está a questão de mobilização, de organização das pessoas para brigarem pelos seus direitos? E sentia - e sinto - que há um crescimento, mas existem aqueles momentos, como a Tônia colocou, que a gente desanima. Você briga, briga, briga, bate, bate, bate e, quando vê, não mexeu quase nada. Essa sua participação foi muito interessante, Ulysses, porque você veio e deu um novo ânimo para a gente, de novo. Para mostrar como existe esse ânimo de pessoas - e não só desse grupo que está aqui porque existem mais pessoas no Município que estão brigando por isso -, quando veio esse projeto ridículo do Prefeito para a Câmara, era infinitamente pior do que está hoje, nós ficamos discutindo - o grupo todo e eram mais de vinte pessoas - até mais do que as duas horas da manhã, preparamos dezenove emendas e conseguimos avançar um pouco, aprovamos quinze emendas. Os pontos mais fundamentais nós não conseguimos alterar, mas alteramos algumas coisas importantes. O mérito foi de todo mundo que participou. Então, eu acho que esse ponto positivo teve. Existem essas pessoas interessadas em querer fazer a coisa certa no Município. Nós estamos dando os primeiros passos. Como você já viu na lei, são seis pessoas de cada lado e mais um presidente colocado pelo Executivo. Nós fizemos um





## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.	
PROT. C.M.E.B.P.	2114 93
Fis.	214
	R

projeto de discussão por essa Comissão de Criança e do Adolescente, para que se colocasse mais um representante da sociedade civil, para colocarmos sete contra sete. Tivemos várias pessoas que vieram à Casa acompanhar a votação e o projeto foi rejeitado. Ainda existe uma outra forma de alteração, que é a retirada desse parágrafo único, e aí a gente vai discutir de novo na Comissão, tirar o parágrafo único dessa lei, onde coloca que o presidente é o Diretor do Departamento de Saúde."

**PALESTRANTE:** "Isso quebraria a imparidade. Transformaria em paritário."

**ASSISTENTE:** "Exatamente. A legislação não nos permite a mesma alteração no mesmo ano. Só no outro ano nós podemos mudar. Mas como nós vamos dar outra coisa que não é aquela que nós já tentamos, então nós temos um outro mecanismo ainda para tentar e, aí, eu queria o seu compromisso de vir para cá nessa votação porque nós vamos tentar jogar das duas formas. E vou deixar meu compromisso: eu vou a receita federal, vou levantar, dos últimos dois anos, quanto foi de recursos ao governo federal de imposto de Renda e quanto é esse um por cento que poderia estar revertido para a criança e o adolescente. A pior distribuição de subvenções dos últimos três anos, a Prefeitura está fazendo, correspondente a cinquenta por cento das verbas que vinha dando nos últimos três anos. Só para completar o que você falou dos sessenta mil dólares do Governo do Estado, nós temos uma briga, foi uma conquista que nós tivemos: na votação do orçamento passado, a emenda colocando um fundo financeiro para o Conselho."

4.

### **ENCERRAMENTO**

Concluídos os debates, o vereador Paulo Rogério Zenorini agradeceu ao palestrante pelo comparecimento e pela palestra apresentada, assim como a todas as pessoas presentes pela participação, declarando encerrado o evento às onze horas e quinze minutos.

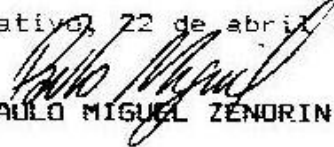


## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. P. P.	
PROT. GERAL	2114/93
F. n.º	245
1).....	R

A pedido do vereador Paulo Miguel Zenorini, eu, Regina Maria Zanini, Regina Maria Zanini, Diretora do Departamento Legislativo da Câmara Municipal extrei a íntegra da palestra para aproveitamento dos dados e das informações pela Comissão Especial de Vereadores que vem tratando de assuntos relacionados à política de atendimento da criança e do adolescente no plano municipal. O registro de presença deste evento consta do Protocolo Geral nº 07/93 da Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista. Por estar de acordo, assina o vereador Paulo Miguel Zenorini,

Casa do Poder Legislativo, 22 de abril de 1994

  
a.) PAULO MIGUEL ZENORINI

## Classificação dos indivíduos

A Tabela 1 apresenta a classificação dos indivíduos pesquisados segundo os cinco níveis de instrução propostos, assim como a daqueles passíveis de integrarem a escala familiar.

Embora estas informações constituam um passo metodológico necessário para a construção da escala educacional a nível familiar, são reveladoras da gravidade do problema educacional na RMSP.

**Tabela 1**

Distribuição dos Indivíduos de 7 Anos ou Mais de Idade e dos Não-Estudantes de 18 Anos ou Mais, Segundo Níveis de Instrução Região Metropolitana de São Paulo 1990

Níveis de Instrução	Em porcentagem	
	Indivíduos com 7 Anos ou Mais	Indivíduos Não-Estudantes com 18 Anos ou Mais
Total	100,0	100,0
Muito Baixo	33,1	28,3
Baixo	36,9	36,6
Intermediário	14,8	16,1
Alto	8,3	10,8
Muito Alto	6,9	8,2

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota-se, desde logo, que quase 70% dos indivíduos possuem nível de instrução baixo ou muito baixo, isto é, não possuem sequer o 1º Grau completo. Com este grau completo foram identificados cerca de 30% dos indivíduos, sendo que, destes, pouco

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL 182114/93
Fls. 246
a) _____

mais da  
completo  
do os in  
rindo ap  
a escola,  
indica o  
Constru  
Con  
a análise  
oria dos  
em as u  
para se  
de seus  
Des  
da educ  
onal das  
te. A a  
interfam  
tamente  
ponto d  
patrimé  
ma med  
escola.  
Por  
análise  
educaçã  
instruçã  
equivale  
Na  
medidas  
- como  
Grau, et  
levia A  
dual en

o Segundo  
 cos



**Quadro 4**  
**Níveis de Instrução Familiar e Graus de Escolaridade dos Membros Seleccionados**

Níveis de Instrução Familiar	Graus de Escolaridade Completos dos Indivíduos Seleccionados
Muito Baixo	Ambos sem Primário
Baixo	Ambos com Primário Um com e Outro sem Primário Um com o 1º Grau e Outro sem o Primário
Intermediário Baixo	Ambos com 1º Grau Um com 1º Grau e Outro com Primário Um com 2º Grau e Outro sem Primário Um com 2º Grau e Outro com Primário
Intermediário Alto	Ambos com 2º Grau Um com 2º Grau e Outro com 1º Grau Um com 3º Grau e Outro sem Primário Um com 3º Grau e Outro com Primário
Alto	Um com 3º Grau e Outro com 1º Grau Um com 3º Grau e Outro com 2º Grau
Muito Alto	Ambos com 3º Grau

Nota: No caso do 3º Grau, também estão incluídos os indivíduos que não o completaram.

#### Classificação das famílias

O resultado da classificação das famílias pesquisadas pela PCV encontra-se na Tabela 2. Há uma certa dificuldade de comparação das escalas individuais (Tabela 1) com a familiar, uma vez que naquelas foram definidos cinco níveis de instrução e nesta, seis.

Ainda assim, nota-se uma proporção expressivamente menor de famílias classificadas com nível de instrução muito baixo do que a de indivíduos nesta mesma situação. Isto decorre, evidentemente, da opção metodológica adotada, já que tanto o chefe de família como o segundo componente selecionado possuem nível de instrução mais elevado do que a média dos indivíduos. Logo,

de, este  
 air uma  
 lade das  
 icar" as  
 ncia do

o, apre-  
 escolar-  
 íveis de

Mais do que o analfabetismo, contudo, chama atenção o baixo grau de instrução da população da RMSP. Com exceção do grupo A, em que parcela significativa dos indivíduos cursou o 3º grau, nos demais agrupamentos predominam aqueles sem o 1º grau completo.

A situação das famílias do grupo D é particularmente desfavorável, visto que mais da metade dos indivíduos de sete anos ou mais que as compõem, estando ou não na escola, não concluiu sequer o antigo curso primário.

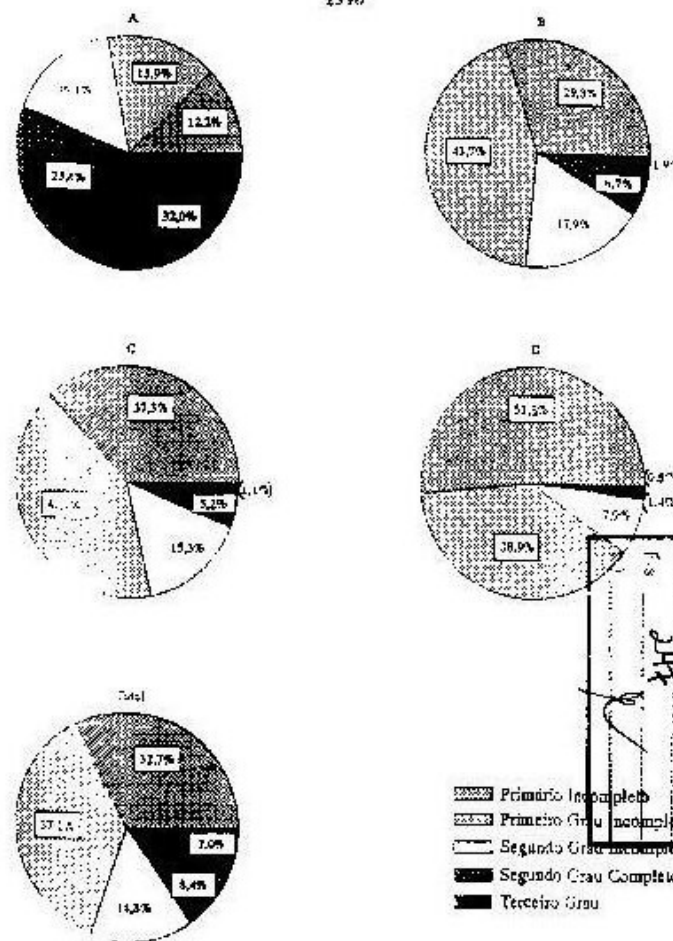
**Tabela 32**  
Distribuição dos Indivíduos de 7 Anos ou Mais, por Agrupamentos Sócio-Econômicos, Segundo Grau de Instrução  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Em porcentagem

Grau de Instrução	Distribuição dos Indivíduos de 7 Anos ou Mais, por Agrupamentos Sócio-Econômicos				
	A	B	C	D	Total
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Primário Incompleto	12,2	29,8	37,3	51,3	32,7
1º Grau Incompleto	15,9	43,7	41,1	38,9	37,1
2º Grau Incompleto	16,1	17,9	15,3	7,9	14,8
2º Grau Completo	23,8	6,7	5,2	(1,4)	8,4
3o. Grau	32,0	1,9	(1,1)	(0,5)	7,0

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Os valores entre parênteses estão sujeitos a erro amostral relativo superior a 30%.

**Gráfico 32**  
Distribuição dos Indivíduos de 7 Anos ou Mais, por Agrupamentos Sócio-Econômicos, Segundo Grau de Instrução  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990



Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Os valores entre parênteses estão sujeitos a erro amostral relativo superior a 30%.

Chamam atenção, além disso, as diferenças observadas no que diz respeito à situação dos indivíduos de 7 anos ou mais que não frequentam o 1º grau.

Praticamente todos os indivíduos do grupo A, nesta faixa etária, declararam não frequentar escola de 1º grau por já a terem concluído.

Bem diversa é a situação dos demais agrupamentos sócio-econômicos da PCV, nos quais, além de aumentar a proporção dos indivíduos que nunca frequentaram escola, cresce também, e de forma considerável, o percentual dos que declararam tê-la abandonado antes da conclusão do curso de 1º grau.

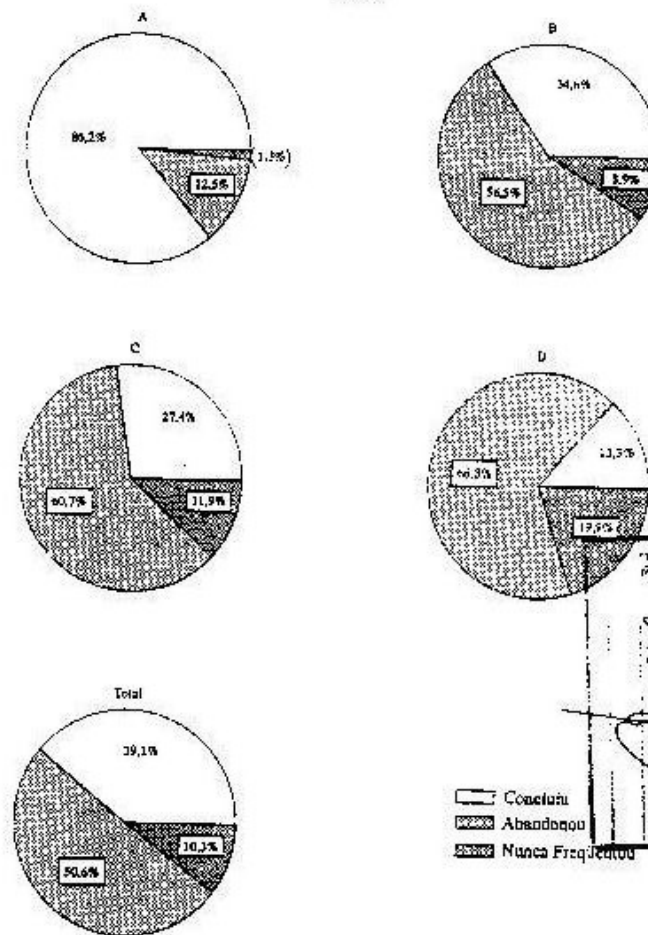
Tabela 30  
Distribuição dos Indivíduos de 7 Anos ou Mais Não-Estudantes, por Agrupamentos Sócio-Econômicos, Segundo Motivos de Não-Frequência ao 1º Grau Região Metropolitana de São Paulo 1990

Em porcentagem

Motivos de Não-Frequência ao 1º Grau	Distribuição dos Indivíduos de 7 Anos ou Mais Não-Estudantes, por Agrupamentos Sócio-Econômicos				
	A	B	C	D	Total
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Concluiu	86,2	34,6	27,4	13,3	39,1
Abandonou	12,5	56,5	60,7	66,8	50,6
Nunca Frequentou	(1,3)	9,9	11,9	19,9	10,3

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Os valores entre parênteses estão sujeitos a erro amostral relativo superior a 30%.

Gráfico 30  
Distribuição dos Indivíduos de 7 Anos ou Mais Não-Estudantes, por Agrupamentos Sócio-Econômicos, Segundo Motivos de Não-Frequência ao 1º Grau Região Metropolitana de São Paulo 1990



Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Os valores entre parênteses estão sujeitos a erro amostral relativo superior a 30%.

### Indivíduos do grupo A têm melhor desempenho escolar

O desempenho escolar, medido através da reprovação ou da evasão de alunos, permite diferenciar os quatro agrupamentos sócio-econômicos identificados através da PCV.

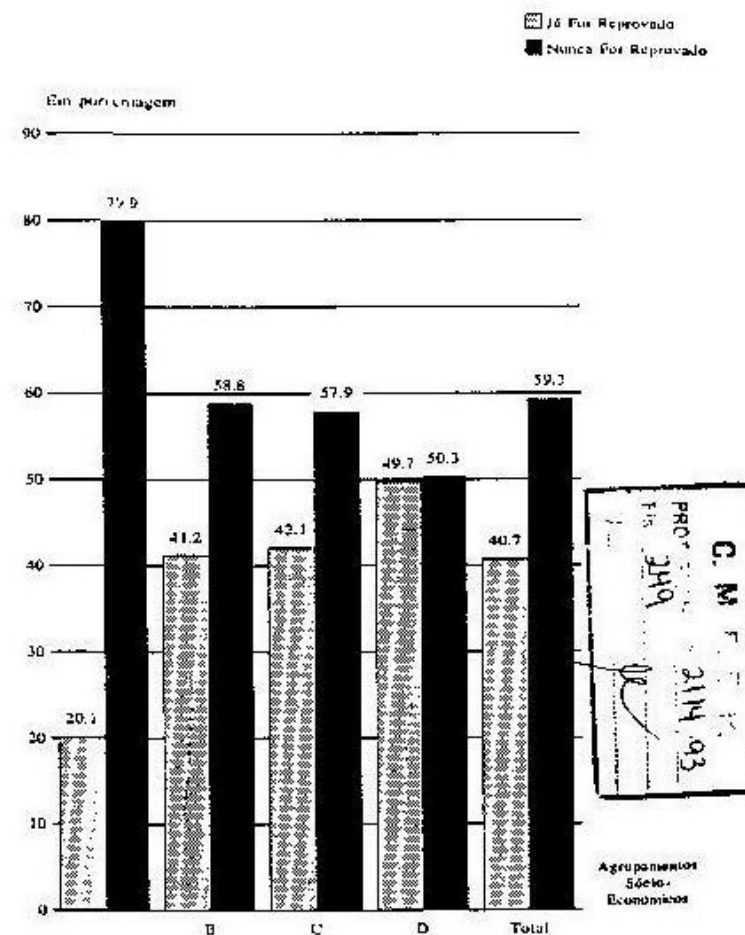
A reprovação escolar, por exemplo, atinge sobretudo os estudantes de 1º grau pertencentes aos grupos B, C e D, reproduzindo, também quanto a este aspecto, o contraponto entre os perfis educacionais destes agrupamentos e o do grupo A.

**Tabela 29**  
Distribuição dos Estudantes de 1º Grau, por Agrupamentos Sócio-Econômicos, Segundo Condição de Reprovação  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Condição de Reprovação	Distribuição dos Estudantes de 1º Grau, por Agrupamentos Sócio-Econômicos				
	A	B	C	D	Total
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Já Foi Reprovado	20,1	41,2	42,1	49,7	40,7
Nunca Foi Reprovado	79,9	58,8	57,9	50,3	59,3

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

**Gráfico 29**  
Distribuição dos Estudantes de 1º Grau, por Agrupamentos Sócio-Econômicos, Segundo Condição de Reprovação  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990



**Mais da metade dos estudantes do grupo D enfrenta problemas de atraso nos estudos**

À exceção do grupo A, em que a grande maioria dos estudantes de 1º grau está matriculada na série esperada para a idade, parcela significativa daqueles dos demais agrupamentos sócio-econômicos da PCV enfrenta problemas de atraso nos estudos.

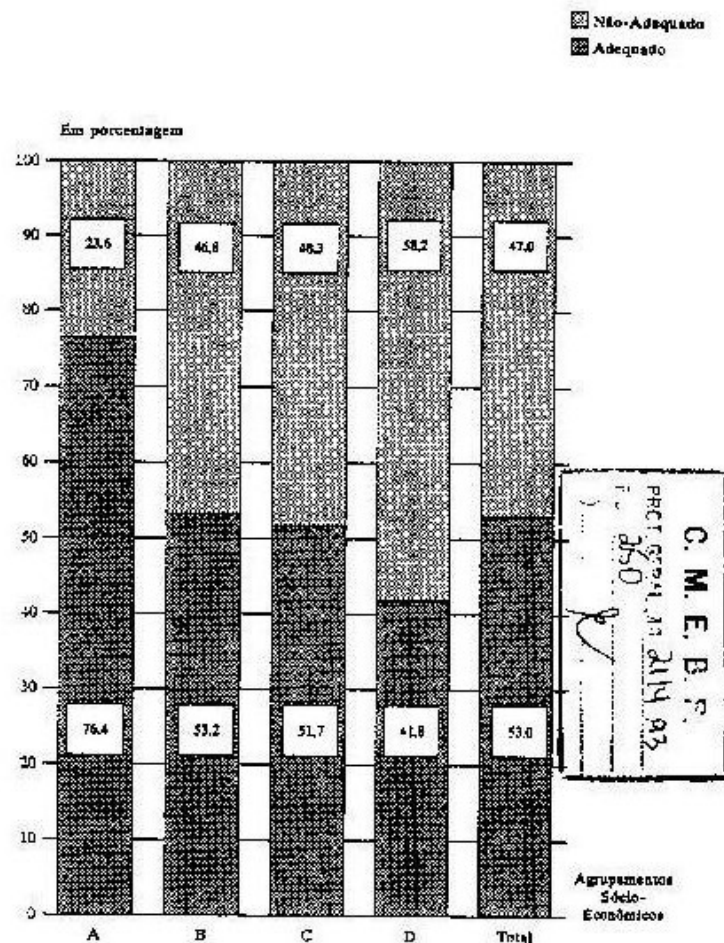
A inadequação entre idade e série atinge sobretudo os estudantes pertencentes ao grupo D; mais da metade deles encontra-se nesta situação.

**Tabela 28**  
Distribuição dos Estudantes de 1º Grau, por Agrupamentos Sócio-Econômicos, Segundo Adequação entre Idade e Série  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Adequação entre Idade e Série	Distribuição dos Estudantes de 1º Grau, por Agrupamentos Sócio-Econômicos				
	A	B	C	D	Total
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Adequado	76,4	53,2	51,7	41,8	53,0
Não-Adequado	23,6	46,8	48,3	58,2	47,0

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

**Gráfico 28**  
Distribuição dos Estudantes de 1º Grau, por Agrupamentos Sócio-Econômicos, Segundo Adequação entre Idade e Série  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990



Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.



## Ainda há crianças de 7 a 14 anos fora da escola na RMSP

Apesar dos esforços governamentais visando à universalização do ensino de 1º grau, encontram-se fora da escola 4,5% das crianças de 7 a 14 anos da RMSP. Ainda que as diferenças entre os agrupamentos não sejam significativas quanto a este aspecto, chama atenção o fato de que o grupo D é o de maior proporção de crianças nesta faixa etária que não frequentam escola de primeiro grau.

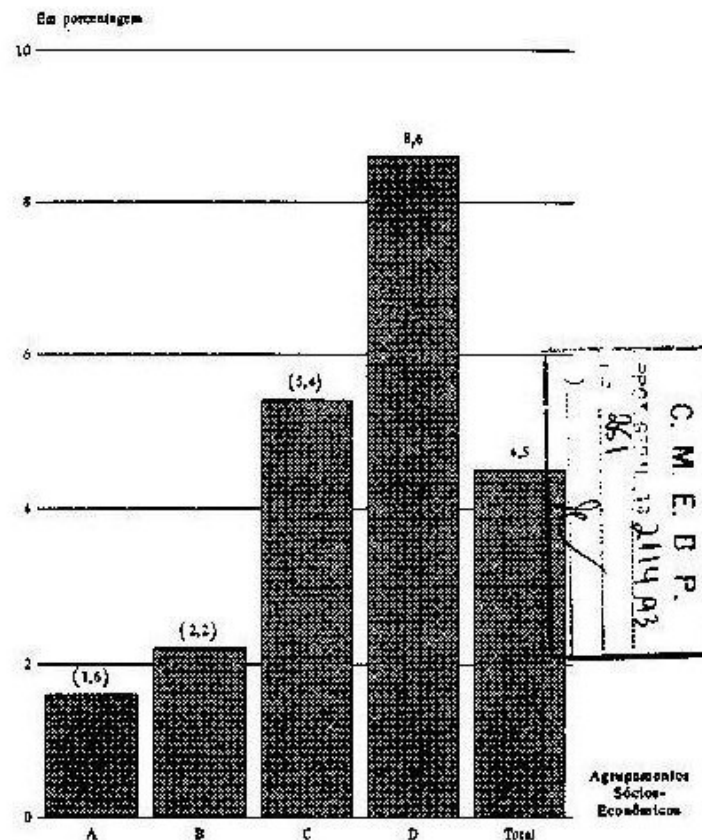
Tabela 26  
Distribuição dos Indivíduos de 7 a 14 Anos, por Agrupamentos Sócio-Econômicos, Segundo Frequência à Escola  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Em porcentagem

Frequência à Escola	Distribuição dos Indivíduos de 7 a 14 Anos, por Agrupamentos Sócio-Econômicos				
	A	B	C	D	Total
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Frequente	98,4	97,8	94,6	91,4	95,5
Não Frequente	(1,6)	(2,2)	(5,4)	8,6	4,5

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Os valores entre parênteses estão sujeitos a erro amostral relativo superior a 30%.

Gráfico 26  
Proporção dos Indivíduos de 7 a 14 Anos que Não Frequentam a Escola, por Agrupamentos Sócio-Econômicos  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990



Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Os valores entre parênteses estão sujeitos a erro amostral relativo superior a 30%.

C. M. E. P. 2114.93  
362

**Quase 40% dos menores de 10 a 17 anos das famílias do grupo D estão no mercado de trabalho**

A parcela da população de 10 a 17 anos que apenas estuda tende a diminuir à medida que se deterioram as condições de vida das famílias.

Nas famílias do grupo A, por exemplo, praticamente todos os menores nesta faixa etária estudam, ainda que 9% também trabalhem. Entre as que compõem os grupos B e C, é significativamente mais elevado o percentual daqueles que estudam e trabalham, além de existir uma parcela não desprezível que apenas trabalha.

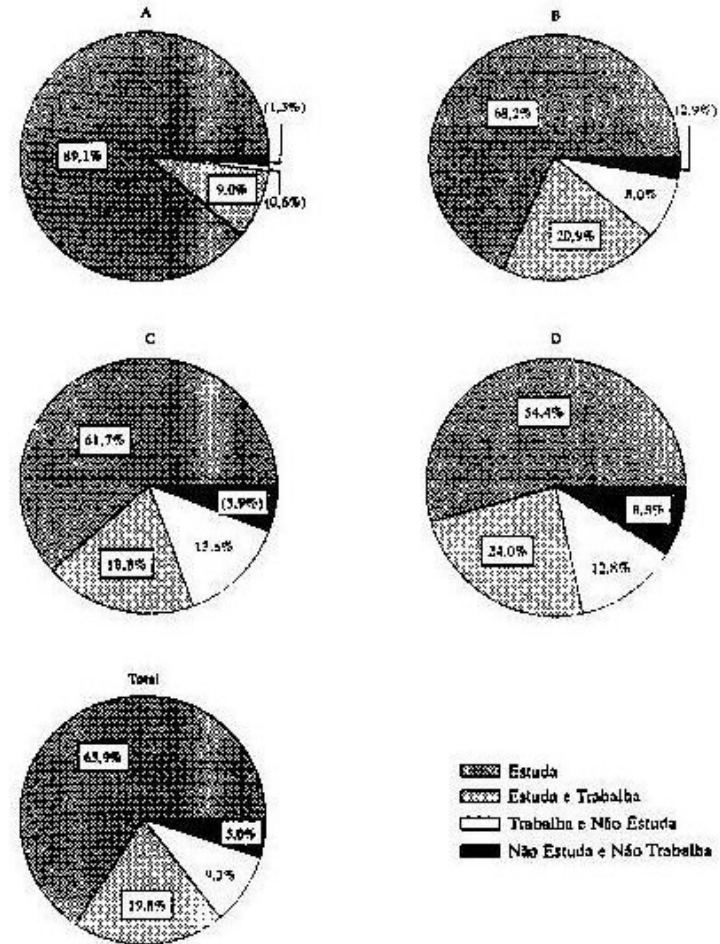
A situação mais desfavorável, no entanto, é encontrada entre os menores de 10 a 17 anos que constituem as famílias do grupo D. A parcela que estuda e trabalha é superior à média regional, cerca de 13% apenas trabalham e quase 10% não estudam e não estão no mercado de trabalho.

**Tabela 18**  
Distribuição dos Indivíduos de 10 a 17 Anos, por Agrupamentos Sócio-Econômicos, Segundo Condição de Atividade e Estudo  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Condição de Atividade e Estudo	Distribuição dos Indivíduos de 10 a 17 Anos, por Agrupamentos Sócio-Econômicos				
	A	B	C	D	Total
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Estuda	89,1	68,2	61,7	54,4	65,9
Estuda e Trabalha	9,0	20,9	18,8	24,0	19,8
Trabalha e Não Estuda	(0,6)	8,0	13,6	12,3	9,3
Não Estuda e Não Trabalha	(1,3)	(2,9)	(5,9)	8,3	5,0

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Os valores entre parênteses estão sujeitos a erro amostral relativo superior a 30%.

**Gráfico 18**  
Distribuição dos Indivíduos de 10 a 17 Anos, por Agrupamentos Sócio-Econômicos, Segundo Condição de Atividade e Estudo  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990



Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Os valores entre parênteses estão sujeitos a erro amostral relativo superior a 30%.

**Participação de crianças e adolescentes é mais elevada entre as famílias do grupo D**

Comparar a estrutura etária das famílias dos quatro observa-se que as que compõem o grupo D são formadas por parcela mais expressiva de indivíduos com menos de 18 anos. Por outro lado, no grupo A, menos de um terço das famílias constitui-se de crianças e adolescentes, e elas um percentual bem superior à média da Região de 25 a 39 anos, considerada usualmente a faixa etária ativa.

Encontra-se ainda a parcela relativamente menor de pessoas com mais de 60 anos e mais encontrada nas famílias do grupo C, indicando também a ser mais jovens que as demais famílias.

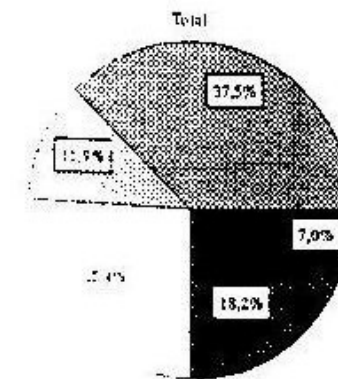
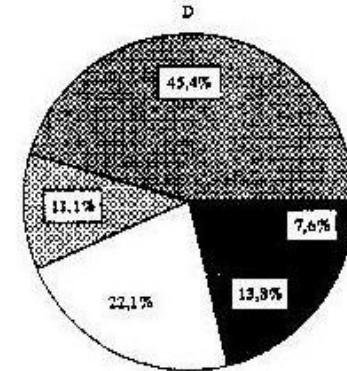
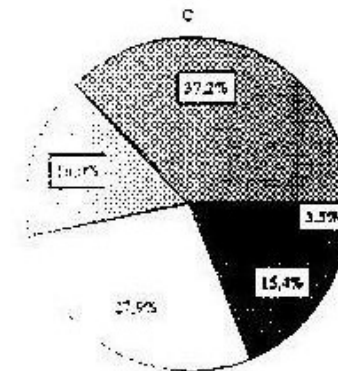
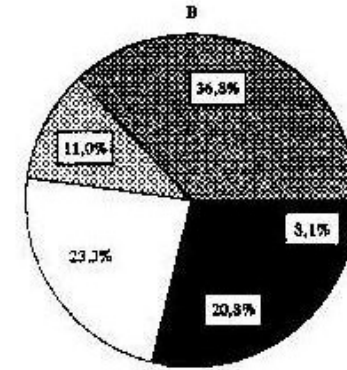
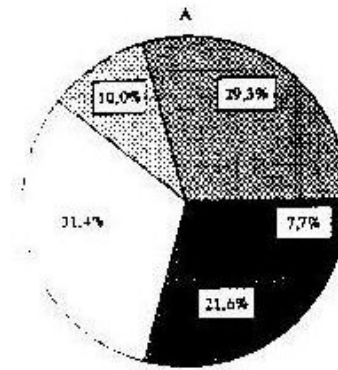
**Tabela 1**  
**Distribuição dos Indivíduos, por Agrupamentos Sócio-Econômicos, Segundo Faixa Etária**  
**Região Metropolitana de São Paulo**

1990

Em porcentagem

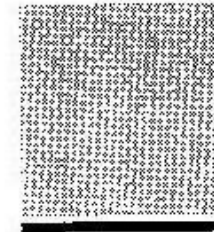
	Distribuição dos Indivíduos, por Agrupamentos Sócio-Econômicos				
	A	B	C	D	Total
Menos de 18 Anos	29,3	36,8	37,2	45,4	37,5
De 18 a 24 Anos	10,0	11,0	16,0	11,1	11,9
De 25 a 39 Anos	31,4	23,3	27,9	22,1	25,4
De 40 a 60 Anos	21,6	20,8	15,4	13,8	18,2
Mais de 60 Anos	7,7	8,1	3,5	7,6	7,0

Região Metropolitana de São Paulo  
1990



- Menos de 18 Anos
- De 18 a 24 Anos
- De 25 a 39 Anos
- De 40 a 60 Anos
- Mais de 60 Anos

C. M. F. P. P.  
2114 93  
864



*As famílias*

C. M. S. P.  
PROT. GERAL Nº 214.93  
255

escolaridade adequado e/ou que se insere de forma vulnerável no mercado de trabalho, sendo que ainda cerca de um terço das famílias apresenta carência em renda.

### Grupo C

Engloba 19,7% das famílias da RMSP, que também poderiam ser classificadas em posição intermediária na escala social.

Todas as famílias deste grupo são carentes em moradia, embora uma parcela esteja melhor inserida no mercado de trabalho que as famílias do grupo B. Em termos de renda e de nível de escolaridade, apresentam características semelhantes às famílias deste último grupo.

### Grupo D

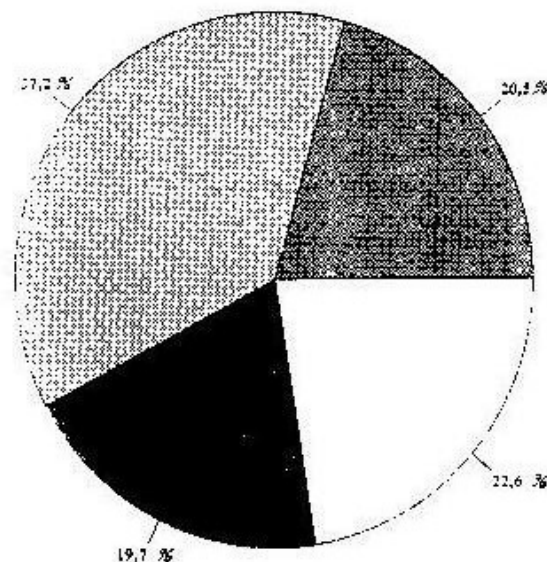
Incorpora 22,6% das famílias da RMSP, sendo composto por aquelas que se encontram na situação mais desfavorável quanto a nível de instrução, inserção no mercado de trabalho e disponibilidade de renda. Suas condições habitacionais são, no entanto, menos desfavoráveis que as das famílias do grupo C.

Quanto ao perfil de carências, 43,3% das famílias do grupo D possuem três carências. Por outro lado, e mais importante, metade das famílias do grupo - correspondendo a 11,3% do total da Região - é carente, simultaneamente, em moradia, instrução, emprego e renda, estando, portanto, em situação de extrema precariedade quanto às suas condições de sobrevivência.

É necessário ressaltar que aproximadamente 15% das famílias do grupo D não apresentam carência em renda. Isto significa que, apesar de classificadas como pobres pela análise simultânea daquelas quatro dimensões, estas famílias seriam consideradas não-pobres, caso o critério de classificação fosse a linha de pobreza baseada exclusivamente na renda.

Distribuição das Famílias,  
Segundo Agrupamentos Sócio-Econômicos  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

■ Grupo A  
▨ Grupo B  
■ Grupo C  
□ Grupo D



Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, Pesquisa de Condições de Vida-PCV.



se que a utilização simultânea de diferentes indicadores pode ser um instrumento fundamental para repensar as categorias sociológicas e econômicas que orientam a elaboração de políticas sociais, por permitir uma definição mais precisa das necessidades do público-alvo de cada uma delas.

A metodologia desenvolvida mostrou-se bastante sensível, gerando grupos de famílias com claras diferenciações entre os mesmos, ainda que internamente homogêneos. No entanto, devido às variadas combinações de carência que caracterizam as famílias, não é possível ordenar os quatro grupos homogêneos.

Isto não equivale, contudo, a um viés ou a uma insuficiência metodológica da pesquisa. Ao contrário, a identificação de grupos de família que, embora tenham condições de vida semelhantes, apresentam combinações variadas de carências e não-carências confirma a hipótese inicial da PCV. Reafirma a situação de pobreza como um fenômeno complexo, que só pode ser apreendido em toda sua extensão quando abordado sob vários ângulos. Assim, se os resultados obtidos pela PCV não se adequam de forma direta à noção usual de que ser pobre é auferir renda abaixo de certo mínimo, eles o fazem porque a própria situação de pobreza não pode ser resumida em um único indicador.

## *Classificação das famílias da Região Metropolitana de São Paulo segundo a metodologia da PCV*

Se forem considerados os quatro grupos de família em que a população foi dividida, com base na metodologia adotada pela PCV, torna-se possível fazer a descrição que se segue.

### **Grupo A**

Reúne 20,5% das famílias da RMSP, as quais podem ser enquadradas na situação social mais favorável, pois possuem melhores condições de moradia, maior nível de instrução, inserção mais adequada no mercado de trabalho e nível de renda mais elevado.

Dos quatro agrupamentos identificados, o grupo A é também o de maior homogeneidade interna, visto que 86,7% das famílias a ele incorporadas não apresentam carência em nenhum dos quatro aspectos estudados. Sua principal característica, no entanto, é não incluir famílias carentes em instrução.

### **Grupo B**

Agrega 37,2% das famílias da RMSP, que podem ser classificadas na situação intermediária na escala social. A característica que o distingue dos demais é a de não incluir famílias carentes em moradia.

Além de concentrar o maior número de famílias, o grupo B é também o de maior heterogeneidade interna quanto ao perfil de carências das famílias que o compõem. Ainda que 22,3% das famílias deste grupo não apresentem qualquer tipo de carência, é significativo o percentual daquelas que não possuem nível de

Rede Privada	1.165	1.012	1.143	1.209		
Taxa de Evasão do Ensino Público de 1º Grau	11,05	13,30	12,85	14,86	11,18	11,99
Taxa de Evasão do Ensino Público de 2º Grau	19,13	25,48	29,16	31,01	23,08	20,29
Taxa de Reprovação do Ensino Público de 1º Grau	29,54	16,50	16,60	13,33	14,77	12,20
Taxa de Reprovação do Ensino Público de 2º Grau	15,78	11,84	7,58	5,61	8,53	2,62
Domicílios	19.441	...	...	...	...	34.442 <sup>2</sup>
Economias Residenciais - Água Encanada (1)	...	15.636	18.287	19.193	20.199	21.313 <sup>2</sup>
Economias Residenciais - Rede de Esgoto (1)	...	12.037	14.855	15.415	16.090	17.258 <sup>2</sup>
Consumidores de Energia Elétrica Residenciais	12.935	17.735	20.998	21.828	22.862	23.945
Consumidores de Energia Elétrica Rurais	777	1.162	1.310	1.145	1.170	1.206
Consumidores de Energia Elétrica Industriais	265	268	327	403	436	481
Consumidores de Energia Elétrica no Comércio, Serviços e Outras Atividades	1.580	1.716	1.911	1.995	2.089	2.149
Consumo de Energia Elétrica Residencial (em MWh)	21.069	29.141	35.788	40.882	46.011	50.840
Consumo de Energia Elétrica Rural (em MWh)	8.073	8.461	10.151	10.571	11.319	12.092
Consumo de Energia Elétrica Industrial (em MWh)	98.868	116.402	122.473	165.503	151.841	111.158
Consumo de Energia Elétrica no Comércio, Serviços e Outras Atividades (em MWh)	3.722	10.404	12.248	13.142	13.961	15.218
Terminais Telefônicos (por mil habitantes) (1)	85,80	79,14	78,64	77,23	75,85	75,60
Pessoal Ocupado na Indústria (1)	6.148	6.076	10.385	10.376	10.258	...
Pessoal Ocupado no Comércio (1)	2.869	2.313	3.076	3.286	3.442	...
Pessoal Ocupado em Serviços (1)	...	4.939	5.853	6.359	6.528	...
Crédito Rural (em Cr\$ mil de 1991) (2)	...	1.831.723	...	708.160	769.406	848.973
Agricultura (em Cr\$ mil de 1991)	...	1.285.184	...	539.698	588.049	393.705
Pecuária (em Cr\$ mil de 1991)	...	546.539	...	168.465	183.357	255.267
Valor Adicionado (em Cr\$ mil de 1991) (1)	80.215.286	72.838.697	85.618.588	101.146.155	98.367.087	79.483.425
Índice de Participação na Arrecadação do ICMS (em%)	0,12351600	0,18559384	0,19338743	0,20666538	0,20981918	0,20041544
Receita Federal Arrecadada (em Cr\$ mil de 1991)	5.510.676	5.894.561	7.595.304	7.982.498	8.730.596	...
Receita Estadual Arrecadada (em Cr\$ mil de 1991)	5.036.109	5.641.737	8.310.243	8.979.953	9.760.698	7.852.377
ICMS (em Cr\$ mil de 1991) (1)	5.350.561	5.076.776	8.560.103	8.741.411	8.437.966	7.139.302
Receita Municipal Total (em Cr\$ mil de 1991)	3.005.247	3.810.538	4.744.595	7.801.784	7.201.064	7.110.602 <sup>2</sup>
Receita Municipal Própria (em Cr\$ mil de 1991)	1.204.155	1.536.331	1.415.777	3.652.157	3.032.928	3.217.335 <sup>2</sup>
Transferências Constitucionais (em Cr\$ mil de 1991)	1.209.270	2.180.527	2.229.853	2.378.198	3.799.452	3.698.384 <sup>2</sup>
Cota-Parte do ICMS (em Cr\$ mil de 1991)	866.304	1.292.805	1.295.456	1.598.102	1.760.744	1.536.351 <sup>2</sup>
Cota-Parte do FPM (em Cr\$ mil de 1991)	345.380	755.149	789.187	721.782	1.136.537	1.063.022 <sup>2</sup>
Operações de Crédito (em Cr\$ mil de 1991)	420.849	-	729.507	1.010.806	35.573	...
Despesas de Pessoal/Receitas Correntes	41,85	28,19	31,95	33,46	29,45	45,94 <sup>2</sup>
Investimentos per Capita (em Cr\$ de 1991)	11,856	16,788	29,838	21,729	14,649	13,320 <sup>2</sup>
Eleitores	31.058	40.161	54.684	61.170	62.414	63.658

Fonte: Ver páginas 18-19.

(1) Ver Notas Explicativas em Definições e Metodologias, páginas 5-17.

(2) A soma das parcelas pode não coincidir com o total, em função de arredondamentos efetuados nos dados parciais.

PROT. GERAL N.º 2119/193  
 85X  
 C. M. E. B. P.  
 1993



## Bragança Paulista

Ano de Emancipação: 1797  
 Área: 762 km<sup>2</sup>  
 Taxa de Urbanização (1991): 84,83%  
 Densidade Demográfica (1991): 142,52 hab./km<sup>2</sup>  
 Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População (1980/1991): 2,36%

	1980	1985	1988	1989	1990	1991
População	83.705	94.385 <sup>p</sup>	101.167 <sup>p</sup>	103.485 <sup>p</sup>	105.832 <sup>p</sup>	108.204 <sup>p</sup>
População Feminina	41.053	46.744 <sup>p</sup>	50.396 <sup>p</sup>	51.652 <sup>p</sup>	52.926 <sup>p</sup>	54.218 <sup>p</sup>
População Masculina	42.652	47.641 <sup>p</sup>	50.771 <sup>p</sup>	51.833 <sup>p</sup>	52.906 <sup>p</sup>	53.986 <sup>p</sup>
População Urbana	62.421	74.790 <sup>p</sup>	82.996 <sup>p</sup>	85.862 <sup>p</sup>	88.794 <sup>p</sup>	91.646 <sup>p</sup>
População Rural (1)	21.284	19.595 <sup>p</sup>	18.171 <sup>p</sup>	17.623 <sup>p</sup>	17.038 <sup>p</sup>	16.558 <sup>p</sup>
Taxa de Natalidade	27,58	24,38	23,16	23,01	21,14	21,28 <sup>p</sup>
Taxa de Natimortalidade (1)	20,36	13,91	10,24	9,66	16,09	11,72 <sup>p</sup>
Taxa de Mortalidade Geral	9,45	8,45	8,33	8,18	8,48	7,18 <sup>p</sup>
Taxa de Mortalidade Infantil (1) <sup>x</sup>	71,46	44,76	39,69	27,30	40,68	33,43 <sup>p</sup>
Leitos Gerais (2)	378	372	371	433	433 <sup>p</sup>	...
Governamentais	...	-	-	-	- <sup>p</sup>	...
Estaduais	...	-	-	-	- <sup>p</sup>	...
Municipais	...	-	-	-	- <sup>p</sup>	...
Particulares	...	372	371	433	433 <sup>p</sup>	...
Com Fins Lucrativos	...	84	-	-	- <sup>p</sup>	...
Sem Fins Lucrativos	...	288	371	433	433 <sup>p</sup>	...
Leitos Gerais (por mil habitantes)	4,52	3,94	3,67	4,18	4,09 <sup>p</sup>	...
Matrícula Inicial da Educação Pré-Escolar	901	1.318	1.648	1.569	3.127	3.218
Rede Estadual	188	342	527	488	214	-
Rede Municipal	153	-	-	-	1.748	2.006
Rede Particular	560	976	1.122	1.081	1.165	1.212
Matrícula Inicial do Ensino de 1º Grau	12.708	15.911	17.674	18.748	19.635	20.459
Rede Estadual	9.813	13.219	14.493	15.420	15.886	16.846
Rede Municipal	-	-	-	-	-	-
Rede Particular	2.895	2.692	3.181	3.328	3.749	3.613
Matrícula Inicial do Ensino de 2º Grau	2.197	2.493	2.831	3.114	3.122	3.528
Rede Pública	1.032	1.481	1.688	1.851	1.965	2.411
Rede Privada	1.165	1.012	1.143	1.263	1.157	1.117



**Quadro 3**

Classificação da Vulnerabilidade Familiar no Mercado de Trabalho, Segundo a Qualidade da Inserção dos Membros Seleccionados

Níveis de Vulnerabilidade e Qualidade da Inserção do Chefe		Níveis de Vulnerabilidade e Qualidade de Inserção do Outro Membro Seleccionado						
		Dependente	Vulnerável		Intermediária	Não-Vulnerável		
			Muito Ruim	Ruim	Regular	Boa	Muito Boa	Ótima
Não-Classificado	Não-Classificado	NC 3,5%	T1 0,7%	T1 0,3%	T3 0,6%	T6 0,9%	T7 1,2%	T7 0,1%
Dependente		NC 2,7%	T1 0,8%	T1 0,3%	T2 0,6%	T2 1,5%	T4 1,5%	T6 0,4%
Vulnerável	Muito Ruim	T1 2,3%	T1 3,0%	T1 0,5%	T2 0,9%	T2 1,0%	T4 1,1%	T6 0,4%
	Ruim	T1 1,4%	T1 0,9%	T1 1,3%	T2 0,8%	T4 0,7%	T4 0,6%	T6 0,1%
Intermediária	Regular	T3 5,9%	T3 2,5%	T3 1,1%	T5 4,5%	T5 2,3%	T6 2,9%	T7 0,7%
	Boa	T3 5,4%	T3 2,7%	T4 1,1%	T5 1,2%	T6 2,6%	T7 1,5%	T8 0,3%
Não Vulnerável	Muito Boa	T6 10,6%	T6 3,6%	T6 1,5%	T6 2,1%	T7 3,2%	T7 5,4%	T8 0,5%
	Ótima	T9 3,9%	T7 0,6%	T8 0,2%	T8 0,4%	T8 0,8%	T8 1,3%	T9 1,3%

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Tipos T1 a T3 = Famílias Vulneráveis;  
Tipos T4 e T5 = Famílias Intermediárias;  
Tipos T6 a T9 = Famílias Não-Vulneráveis;  
NC = Famílias Não-Classificadas.

**Famílias vulneráveis:**

*Tipo 1, inserção familiar péssima* - o chefe e o outro membro seleccionado têm inserção vulnerável.

*Tipo 2, inserção familiar muito ruim* - o chefe é vulnerável ou dependente e o outro membro seleccionado tem qualidade de inserção regular ou boa.

*Tipo 3, inserção familiar ruim* - o chefe está em situação regular ou boa e o outro membro seleccionado apresenta inserção vulnerável ou é dependente.

**Famílias em situação intermediária:**

*Tipo 4, inserção familiar quase regular* - o chefe é vulnerável ou é dependente e a qualidade de inserção do outro membro seleccionado é boa ou muito boa; ou o chefe é não-vulnerável com qualidade de inserção boa e o outro membro seleccionado tem qualidade de inserção ruim.

*Tipo 5, inserção familiar regular* - o chefe e o outro membro seleccionado têm qualidade de inserção regular ou um deles tem qualidade de inserção boa.

**Famílias não-vulneráveis:**

*Tipo 6, inserção familiar quase boa* - o chefe tem inserção vulnerável ou intermediária, ou é dependente e o outro membro seleccionado tem qualidade de inserção ótima ou muito boa; ou os dois membros seleccionados da família têm qualidade boa de inserção; ou o chefe tem inserção muito boa mas a qualidade de inserção do outro membro seleccionado é, no máximo, regular.

Por ordem do Sr. C. M. E. B. P.  
20/11/83

*Tipo 7, inserção familiar boa* - o chefe tem qualidade de inserção regular, boa ou muito boa e o outro membro selecionado tem qualidade ótima, muito boa e/ou boa; ou o chefe tem ótima qualidade de inserção combinada com uma situação muito ruim do outro membro selecionado.

*Tipo 8, inserção familiar muito boa* - o chefe tem qualidade de inserção boa ou muito boa e o outro membro selecionado tem qualidade ótima; ou o chefe tem ótima qualidade de inserção combinada com uma qualidade de ruim a muito boa do outro membro selecionado da família.

*Tipo 9, inserção familiar ótima* - o chefe e o outro membro selecionado da família têm ótima qualidade de inserção; ou o chefe é o único membro da família incorporado ao mercado de trabalho e tem qualidade de inserção ótima.

Essa tipologia de inserção familiar no mercado de trabalho foi construída com o propósito de diferenciar, mais detalhadamente, os efeitos da inserção dos membros da família sobre suas condições de vida. Neste sentido, expressa a intensidade da vulnerabilidade familiar.

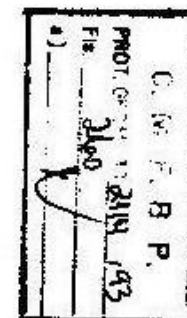
A título de ilustração das possibilidades analíticas da metodologia desenvolvida, apresenta-se, a seguir, uma classificação mais desagregada da inserção familiar, a qual permite identificar situações diferenciadas dentro de cada um daqueles níveis (Tabela 5).

Dentre os três tipos em que se subdivide o grupo das famílias com inserção vulnerável, destaca-se o *Tipo 1*, que corresponde a 11,5% das famílias na RMSP. Esta situação pode ser considerada estrutural, uma vez que os membros secundários tendem a reproduzir a situação de vulnerabilidade do chefe.

Já o *Tipo 2* representa a situação de famílias vulneráveis nas quais há ligeira melhora de inserção no mercado de trabalho para pelo menos um membro da família, em relação à situação do chefe. A porcentagem de famílias nesta situação é, no entanto, de apenas 4,8%.

**Tabela 5**  
Distribuição das Famílias, Segundo Níveis de Vulnerabilidade e Tipos de Inserção Familiar no Mercado de Trabalho  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

	Em porcentagem
Níveis de Vulnerabilidade e Tipos de Inserção	Distribuição das Famílias
<b>Total</b>	<b>100,0</b>
<b>Vulnerável</b>	<b>33,9</b>
Tipo 1	11,5
Tipo 2	4,8
Tipo 3	17,6
<b>Intermediário</b>	<b>13,6</b>
Tipo 4	5,0
Tipo 5	8,6
<b>Não-Vulnerável</b>	<b>46,3</b>
Tipo 6	24,9
Tipo 7	12,7
Tipo 8	3,5
Tipo 9	5,2
<b>Não-Classificadas</b>	<b>6,2</b>



Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

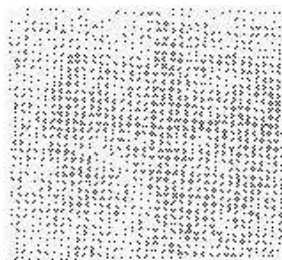
O *Tipo 3*, que agrupa 17,6% das famílias na região, configura situação de menor vulnerabilidade, visto que o chefe tem inserção não-vulnerável ou intermediária, embora os demais membros sejam todos vulneráveis ou dependentes. Estas famílias tipificam a deterioração relativa daqueles membros secundários inseridos no mercado de trabalho em relação ao chefe.

No grupo de famílias consideradas como não-vulneráveis, destaca-se a alta participação daquelas do *Tipo 6* (24,9%), que se

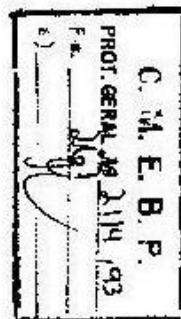
encontram no limite inferior da não-vulnerabilidade. Esta concentração é resultado da inserção heterogênea dos dois membros definidores da classificação familiar.

Apenas 8,7% das famílias foram classificadas nos extremos superiores da não-vulnerabilidade (Tipos 8 e 9). Podem ser consideradas como relativamente homogêneas, uma vez que o chefe e pelo menos um dos membros secundários tem inserção não-vulnerável no mercado de trabalho.

A combinação adotada de classificação familiar permite destacar também, nos três níveis de vulnerabilidade, situações de inserção diferenciadas segundo a incorporação dos membros da família no mercado de trabalho. Neste caso, é possível identificar um processo de reprodução, melhora ou deterioração da inserção dos membros secundários da família em relação à situação do chefe. Quanto às famílias classificadas como vulneráveis, a tipologia apresentada no Quadro 3 já possibilita esta diferenciação.



## APÊNDICE



**Tabela 1**  
Distribuição dos Membros das Famílias de 10 Anos e Mais, por Tipo de Inserção Familiar no Mercado de Trabalho, Segundo Condição de Atividade  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Condição de Atividade	Distribuição dos Membros das Famílias, por Tipo de Inserção Familiar									
	Total	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Tipo 8	Tipo 9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Ocupado de 15 Anos e Mais	52,7	37,2	49,8	39,2	63,5	56,2	51,9	68,4	69,9	50,9
Desempregado de 15 Anos e Mais	5,7	15,2	11,6	5,8	6,2	4,1	4,2	3,4	0,6	0,3
Menor de 10 a 14 Anos Ocupado ou Desempregado	1,4	3,0	1,3	1,9	1,6	0,5	1,3	1,1	0,2	-
Inativo Aposentado	6,1	8,3	6,9	8,3	3,0	18,3	3,4	3,4	1,8	-
Outros Inativos (10 Anos e Mais)	34,1	36,3	30,4	44,8	25,7	20,9	39,2	23,7	27,5	48,8

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 16,6%.

**Tabela 2**  
Distribuição das Famílias, por Tipo de Inserção Familiar no Mercado de Trabalho, Segundo Tamanho da Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Tamanho das Famílias (Em pessoas)	Distribuição das Famílias, por Tipo de Inserção Familiar									
	Total	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Tipo 8	Tipo 9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
1	5,4	13,2	-	-	-	16,0	3,0	8,4	-	6,4
2	15,8	23,2	14,9	22,0	15,2	15,1	12,2	9,7	13,2	14,3
3	22,7	18,3	24,8	27,6	26,9	24,2	19,9	22,5	25,3	20,0
4	22,7	15,1	19,4	23,1	17,2	18,5	29,2	18,0	26,1	32,3
5	17,4	14,3	16,0	16,0	18,8	10,6	19,7	18,4	24,2	21,7
6	8,6	8,9	11,5	7,1	10,9	7,3	8,9	10,0	8,7	5,2
7 ou Mais	7,4	7,0	13,4	4,2	11,0	8,3	7,1	13,0	2,5	1,0

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 13,8%.

**Tabela 3**  
Distribuição dos Ocupados de 15 Anos e Mais, por Tipo de Inserção Familiar no Mercado de Trabalho, Segundo Horas Semanais Trabalhadas  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

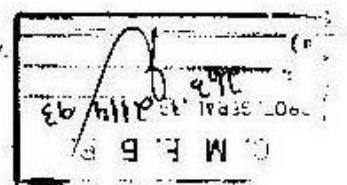
Horas Semanais Trabalhadas	Distribuição dos Ocupados de 15 Anos e Mais, por Tipo de Inserção Familiar									
	Total	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Tipo 8	Tipo 9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Menos de 30	16,1	31,1	16,3	13,7	18,4	15,1	13,7	15,8	17,0	12,5
31 a 44	47,0	33,5	44,6	44,1	49,2	45,2	48,6	49,2	53,2	52,1
45 a 48	14,0	12,0	15,8	14,5	10,3	15,6	16,1	12,2	10,2	15,7
Mais de 48	22,9	23,4	23,3	27,7	22,1	24,0	21,6	22,8	19,6	19,7

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 8,5%.

**Tabela 4**  
Distribuição dos Ocupados de 15 Anos e Mais, por Tipo de Inserção Familiar no Mercado de Trabalho, Segundo Continuidade de Trabalho  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Continuidade de Trabalho	Distribuição dos Ocupados de 15 Anos e Mais, por Tipo de Inserção Familiar									
	Total	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Tipo 8	Tipo 9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com Continuidade (1)	70,1	37,7	53,3	62,3	61,0	55,2	79,0	82,0	80,9	93,0
Sem Mudança de Emprego	56,3	28,4	36,6	46,1	45,2	42,8	65,0	67,7	70,5	83,3
Com Mudança de Emprego	13,8	9,3	16,7	16,2	15,8	12,4	14,0	14,3	10,4	9,7
Com Descontinuidade (2)	29,9	62,3	46,7	37,7	39,0	44,8	21,0	18,0	19,1	7,0
Até 12 Meses com Trabalho	8,8	16,9	12,8	10,1	10,5	12,0	7,0	6,2	4,4	2,5
13 a 23 Meses com Trabalho	21,1	45,4	33,9	27,6	28,5	32,8	13,1	11,8	14,7	4,5

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
(1) 24 meses com trabalho nos últimos 24 meses.  
(2) Interrupção de pelo menos um mês sem trabalho nos últimos 24 meses.  
Nota: Coeficiente de Cramer referente à continuidade de trabalho do indivíduo ocupado = 31,4%.  
Coeficiente de Cramer referente à estabilidade do indivíduo ocupado = 19,3%.



**Tabela 5**  
Distribuição dos Ocupados de 15 Anos e Mais, por Tipo de Inserção Familiar no Mercado de Trabalho, Segundo Classes de Renda do Trabalho  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

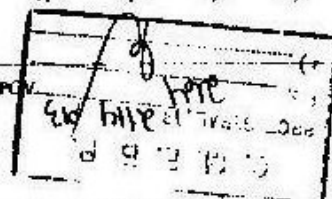
Classes de Renda do Trabalho (1)	Em porcentagem									
	Distribuição dos Ocupados de 15 Anos e Mais, por Tipo de Inserção Familiar									
	Total	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Tipo 8	Tipo 9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Até 2,0	18,3	44,7	31,4	20,1	22,2	21,9	15,1	11,9	6,9	3,3
Mais de 2,0 a 2,5	8,1	16,2	12,3	8,8	9,9	12,7	6,6	5,5	3,1	1,0
Mais de 2,5 a 3,0	7,7	8,0	9,8	7,5	12,6	12,6	6,7	7,1	3,8	0,5
Mais de 3,0 a 5,0	22,9	15,0	26,8	26,6	28,6	29,4	21,3	24,4	16,2	6,5
Mais de 5,0 a 10,0	25,9	11,4	16,5	25,9	19,3	18,3	30,8	34,0	31,4	16,5
Mais de 10,0	17,1	4,7	3,2	11,1	7,4	5,1	19,5	17,1	38,6	72,2

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
(1) Em salário mínimo de junho de 1990 (Cr\$3.857,76), equivalente a US\$64,46 (valor médio oficial de junho/90).  
Nota: Coeficiente de Gini = 21,8%.

**Tabela 6**  
Distribuição dos Ocupados de 15 Anos e Mais, por Tipo de Inserção Familiar no Mercado de Trabalho, Segundo Posição na Ocupação  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Posição na Ocupação	Em porcentagem									
	Distribuição dos Ocupados de 15 Anos e Mais, por Tipo de Inserção Familiar									
	Total	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Tipo 8	Tipo 9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Empregados Domésticos	5,1	26,5	5,6	6,0	7,3	2,8	3,6	1,5	-	-
Autônomos para o Público	11,4	22,1	10,2	7,7	9,3	8,5	13,4	14,3	3,8	0,9
Autônomos para Empresa	3,0	10,6	5,2	4,4	2,3	2,4	2,3	1,3	1,0	-
Assalariados do Setor Público	11,6	1,2	3,2	1,2	9,6	2,7	13,0	20,7	24,7	22,2
Assalariados do Setor Privado	62,2	33,7	73,0	79,4	68,0	82,3	58,8	52,8	62,9	58,8
Empregadores e Profissionais Liberais	5,7	3,0	2,5	1,2	2,4	1,1	7,3	8,4	6,5	17,8
Outros	1,0	2,9	0,3	0,1	1,1	0,2	1,6	1,0	1,1	0,3

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Gini = 19,8%.



**Tabela 7**  
Distribuição dos Ocupados de 15 Anos e Mais, por Tipo de Inserção Familiar no Mercado de Trabalho,  
Segundo Níveis de Vulnerabilidade  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Níveis de Vulnerabilidade (1)	Em porcentagem									
	Distribuição dos Ocupados de 15 Anos e Mais, por Tipo de Inserção Familiar									
	Total	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Tipo 8	Tipo 9
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Vulnerável</b>	21,4	100,0	31,9	21,3	34,9	13,5	15,0	8,0	4,9	-
Postos de Trabalho do Grupo I, sem Continuidade	5,3	14,3	8,2	7,0	4,1	4,6	5,6	2,0	3,0	-
Postos de Trabalho do Grupo I, com Continuidade	3,4	13,6	5,0	4,9	1,8	3,5	2,3	2,0	1,9	-
Postos de Trabalho do Grupo II, sem Continuidade	2,6	14,9	3,3	3,3	3,2	0,6	2,0	0,6	-	-
Postos de Trabalho do Grupo II, com Continuidade	3,8	22,9	6,8	1,8	8,0	0,6	2,4	1,4	-	-
Postos de Trabalho do Grupo III, sem Continuidade (2)	6,3	34,3	8,6	4,3	17,5	4,2	2,7	2,0	-	-
<b>Intermediária</b>	15,9	-	31,8	34,3	4,2	55,1	10,2	4,7	7,1	0,4
Postos de Trabalho do Grupo III, com Continuidade (2)	10,1	-	18,1	27,4	1,9	32,4	6,3	2,6	2,0	-
Postos de Trabalho do Grupo III, sem Continuidade (3)	5,8	-	13,7	6,9	2,3	22,7	3,9	2,1	5,4	0,4
<b>Não-Vulnerável</b>	62,7	-	36,3	44,4	60,9	31,4	74,8	86,7	87,7	99,6
Postos de Trabalho do Grupo III, com Continuidade (3)	14,2	-	22,8	28,0	13,5	18,7	9,4	15,9	11,7	0,9
Postos de Trabalho do Grupo IV, sem Continuidade	9,3	-	13,5	16,4	11,8	12,7	6,7	10,2	7,5	0,6
Postos de Trabalho do Grupo IV, com Continuidade	30,1	-	-	-	35,6	-	55,9	54,9	25,6	0,9
Postos de Trabalho do Grupo V, sem Continuidade	0,5	-	-	-	-	-	0,1	0,2	3,3	0,1
Postos de Trabalho do Grupo V, com Continuidade	8,3	-	-	-	-	-	2,7	5,5	39,6	91,1

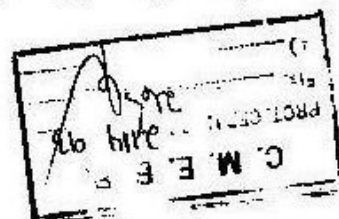
Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - ICV.

(1) Ver identificação dos postos de trabalho na Tabela 2, do Anexo Metodológico.

(2) Exceto assalariados semiquualificados de empresas privadas com menos de 50 empregados.

(3) Exclusivamente assalariados semiquualificados de empresas privadas com menos de 50 empregados.

Nota: Coeficiente de Gini = 40,3%.



**Tabela 8**  
Distribuição dos Ocupados de 15 Anos e Mais, por Tipo de Inserção Familiar no Mercado de Trabalho,  
Segundo Atributos Pessoais  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Atributos Pessoais	Distribuição dos Ocupados de 15 Anos e Mais, por Tipo de Inserção Familiar									
	Total	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Tipo 8	Tipo 9
<b>Sexo (1)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Homem	62,1	52,7	51,5	77,5	51,9	56,5	68,3	56,6	53,1	74,5
Mulher	37,9	47,3	48,5	22,5	48,1	43,5	31,7	43,4	44,9	25,5
<b>Faixa Etária (2)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
15 a 17 Anos	6,6	14,4	8,9	8,8	5,9	6,2	6,7	4,1	4,7	0,3
18 a 24 Anos	20,5	15,7	34,5	10,9	24,3	27,6	17,2	26,8	22,2	4,6
25 a 60 Anos	69,5	61,4	54,1	78,2	66,7	63,3	73,8	64,9	71,1	91,8
Mais de 60 Anos	3,4	8,5	2,5	2,1	3,1	2,9	2,3	4,2	2,0	3,9
<b>Posição na Família (3)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Chefe	47,8	53,7	13,0	75,6	23,8	34,7	56,3	38,7	41,2	75,4
Cônjuge	16,3	17,9	13,3	10,5	18,7	16,9	14,1	19,4	26,2	14,6
Filhos	28,2	23,4	58,0	10,3	43,6	37,3	23,3	33,2	28,8	7,0
Outros	7,7	5,0	15,7	3,6	13,9	11,1	6,3	8,7	3,8	3,0

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

(1) Coeficiente de Cramer = 18,4%.

(2) Coeficiente de Cramer = 13,9%.

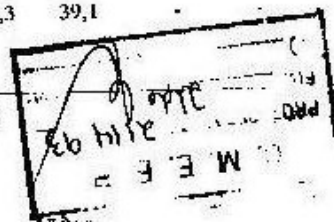
(3) Coeficiente de Cramer = 21,8%.

**Tabela 9**  
Distribuição dos Desempregados de 15 Anos e Mais, por Tipo de Inserção Familiar no Mercado de Trabalho,  
Segundo Tipos de Desemprego  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Tipos de Desemprego	Distribuição dos Desempregados de 15 Anos e Mais, por Tipo de Inserção Familiar									
	Total	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Tipo 8	Tipo 9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Desemprego Aberto	74,6	70,2	79,5	76,9	88,7	77,3	75,7	60,9	100,0	100,0
Desemprego Oculto	25,4	29,8	20,5	23,1	11,3	22,7	24,3	39,1	-	-

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 18,2%.





**Tabela 10**  
Distribuição dos Desempregados de 15 Anos e Mais, por Tipo de Inserção Familiar no Mercado de Trabalho, Segundo Experiência Anterior de Trabalho  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

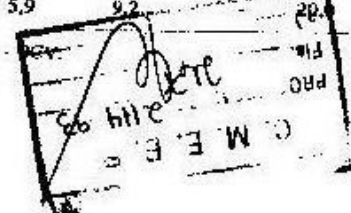
Experiência Anterior de Trabalho	Distribuição dos Desempregados de 15 Anos e Mais, por Tipo de Inserção Familiar									
	Total	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Tipo 8	Tipo 9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com Experiência	88,6	91,6	93,0	87,5	90,1	91,5	83,1	86,1	60,0	80,0
Sem Experiência	11,4	8,4	7,0	12,5	9,9	8,5	16,9	13,9	40,0	20,0

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 12,9%.

**Tabela 11**  
Distribuição dos Desempregados de 15 Anos e Mais, por Tipo de Inserção Familiar no Mercado de Trabalho, Segundo Atributos Pessoais  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Atributos Pessoais	Distribuição dos Desempregados de 15 Anos e Mais, por Tipo de Inserção Familiar									
	Total	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Tipo 8	Tipo 9
<b>Sexo (1)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Homem	55,8	66,7	69,6	32,6	62,9	59,3	49,6	53,1	50,0	-
Mulher	44,2	33,3	30,4	67,4	37,1	40,7	50,4	46,9	50,0	100,0
<b>Faixa Etária (2)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
15 a 17 Anos	20,6	9,8	20,8	24,1	15,2	31,3	28,6	27,0	0,0	20,0
18 a 24 Anos	34,1	28,7	18,4	29,5	35,1	38,7	41,2	60,4	40,0	80,0
25 a 60 Anos	44,7	60,2	59,7	46,4	49,0	30,0	30,0	12,6	60,0	-
Mais de 60 Anos	0,6	1,3	1,1	-	0,7	-	0,2	-	-	-
<b>Posição na Família (3)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Chefe	24,6	54,2	42,1	-	42,4	-	6,4	-	-	-
Cônjuge	14,4	9,0	5,3	31,3	4,0	11,3	20,7	7,7	50,0	-
Filhos	51,7	28,4	43,8	52,5	47,7	78,0	67,0	83,1	50,0	0,0
Outros	9,3	8,4	8,8	16,2	5,9	10,7	5,9	9,2	0,0	0,0

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida.  
(1) Coeficiente de Cramer = 26,0%.  
(2) Coeficiente de Cramer = 20,7%.  
(3) Coeficiente de Cramer = 35,4%.



**Tabela 12**  
Distribuição dos Inativos de 10 Anos e Mais, por Tipo de Inserção Familiar no Mercado de Trabalho,  
Segundo Tipos de Inatividade  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Tipos de Inatividade	Distribuição dos Inativos de 10 Anos e Mais, por Tipo de Inserção Familiar									
	Em porcentagem									
	Total	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Tipo 8	Tipo 9
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Dona de Casa	43,2	37,7	42,1	49,7	43,3	29,6	48,4	33,0	25,2	54,0
Estudante	34,6	32,4	23,6	28,7	29,6	24,2	37,2	47,7	61,5	40,4
Aposentado/Pensionista	14,2	17,6	19,7	15,1	8,7	39,0	8,3	11,6	7,2	1,8
Doente/Inválido	2,9	4,3	4,8	2,9	6,3	2,1	1,9	3,4	3,6	0,4
Outros	5,1	8,0	9,8	3,6	12,1	5,1	4,2	4,3	2,5	3,4

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 16,5%.

**Tabela 13**  
Distribuição dos Inativos de 10 Anos e Mais, por Tipo de Inserção Familiar no Mercado de Trabalho,  
Segundo Motivo de Não-Trabalho  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Motivo de Não-Trabalho	Distribuição dos Inativos de 10 Anos e Mais, por Tipo de Inserção Familiar									
	Em porcentagem									
	Total	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Tipo 8	Tipo 9
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mercado de Trabalho	3,2	2,8	3,9	3,2	5,7	2,6	2,6	3,7	0,8	5,7
Não Tem com Quem Deixar os Filhos	13,1	14,3	6,0	18,7	4,9	2,5	16,6	4,4	1,7	23,4
Marido ou o Pai não Deixa	5,8	5,4	2,7	6,7	2,4	2,8	7,8	3,7	9,1	6,2
Outros Motivos de Organização Familiar	16,6	11,5	18,2	16,2	22,4	17,1	17,2	19,8	16,0	12,9
Está Estudando	28,8	27,5	20,4	22,4	27,1	19,5	30,2	41,4	51,8	37,8
Doente/Incapacitado/Inválido	8,3	14,1	15,6	8,0	13,7	9,5	6,5	5,6	3,8	0,9
Idade	9,0	9,0	11,8	10,9	8,9	11,4	7,5	9,9	0,8	4,4
Aposentado/Pensionista	10,2	10,3	17,5	10,1	9,8	32,0	5,1	7,5	6,3	1,8
Outros Motivos	5,0	5,1	3,9	3,8	5,1	2,6	6,5	4,0	9,7	6,9

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 13,9%.

Handwritten notes and stamps: "26/11/92" and "105".

**Tabela 14**  
Distribuição dos Inativos de 10 Anos e Mais, por Tipo de Inserção Familiar no Mercado de Trabalho,  
Segundo Atributos Pessoais  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Atributos Pessoais	Distribuição dos Inativos de 10 Anos e Mais, por Tipo de Inserção Familiar									
	Em porcentagem									
	Total	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Tipo 8	Tipo 9
<b>Sexo (1)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Homem	27,8	32,4	28,8	26,8	29,3	35,9	25,6	27,6	29,8	17,8
Mulher	72,2	67,6	71,2	73,2	70,7	64,1	74,4	72,4	70,2	82,2
<b>Faixa Etária (2)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
10 a 17 Anos	35,9	36,7	25,4	30,6	31,1	27,6	39,2	48,0	52,6	35,1
18 a 24 Anos	7,4	7,6	8,3	8,9	5,2	2,8	7,6	6,6	11,7	7,2
25 a 60 Anos	39,9	34,9	41,9	40,9	43,9	38,1	42,4	31,1	30,3	52,2
Mais de 60 Anos	16,8	20,8	24,4	19,6	19,8	31,5	10,8	14,3	5,4	5,5
<b>Posição na Família (3)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Chefe	14,1	20,2	40,9	12,6	35,7	31,4	6,0	5,6	-	-
Cônjuge	38,5	33,7	16,6	50,0	13,5	26,5	45,0	30,1	26,7	53,3
Filhos	37,0	36,3	28,7	31,1	33,1	27,9	40,0	47,5	62,6	38,9
Outros	10,4	9,8	13,8	6,3	17,7	14,2	9,0	16,8	10,7	7,8

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

(1) Coeficiente de Cramer = 8,9%.

(2) Coeficiente de Cramer = 13,3%.

(3) Coeficiente de Cramer = 23,1%.

**Tabela 15**  
Distribuição das Famílias, por Tipo de Inserção Familiar no Mercado de Trabalho,  
Segundo Tipos de Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Tipos de Família	Distribuição das Famílias, por Tipo de Inserção Familiar									
	Em porcentagem									
	Total	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Tipo 8	Tipo 9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Nuclear	10,5	14,7	5,6	17,9	6,7	10,0	7,9	6,1	7,9	10,8
Nuclear Ampliada	1,4	0,8	2,5	2,4	-	2,1	0,9	1,1	2,5	0,1
Quebrada	8,2	14,9	22,3	4,6	16,2	8,9	6,7	5,9	0,2	1,0
Quebrada Ampliada	5,1	5,5	20,9	2,1	17,1	6,1	2,5	4,7	1,1	1,8
Nuclear Completa	53,8	40,5	31,2	61,8	36,5	37,0	62,6	53,0	74,5	67,6
Nuclear Completa Ampliada	11,5	6,4	11,2	7,3	14,0	13,7	13,7	17,6	6,8	8,9
Grupo Familiar	4,1	4,0	6,3	3,6	9,5	6,2	2,7	3,1	7,0	3,4
Unipessoal	5,4	13,2	-	-	-	16,0	3,0	8,5	-	16,0

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida.

Nota: Coeficiente de Cramer = 17,4%.

**Tabela 16**  
Distribuição das Famílias, por Tipo de Inserção Familiar no Mercado de Trabalho,  
Segundo Ciclos de Vida  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Ciclos de Vida	Distribuição das Famílias, por Tipo de Inserção Familiar									
	Em porcentagem									
	Total	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Tipo 8	Tipo 9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Jovem	35,1	34,8	16,0	46,4	35,3	22,3	39,7	28,0	26,2	40,7
Adulta	37,0	33,3	32,7	29,9	29,1	27,9	43,2	43,1	45,0	45,2
Velha	27,9	31,9	51,3	23,7	35,6	49,8	17,6	28,9	28,8	14,1

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Crumer = 19,5%.

**Tabela 17**  
Distribuição das Famílias, por Tipo de Inserção Familiar no Mercado de Trabalho,  
Segundo Sexo, Cor e Tempo de Residência do Chefe na RMSP  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Características do Chefe	Distribuição das Famílias, por Tipo de Inserção Familiar									
	Em porcentagem									
	Total	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Tipo 8	Tipo 9
<b>Sexo (1)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Homem	82,2	67,6	50,0	91,8	63,7	75,0	89,6	84,1	93,2	92,8
Mulher	17,8	32,4	50,0	8,2	36,3	25,0	10,4	15,9	6,8	7,2
<b>Cor (2)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Branca	73,6	66,7	70,4	74,0	74,3	72,4	73,1	73,4	82,8	88,7
Negra/Parda	24,6	32,9	29,1	25,3	25,0	25,8	24,8	23,8	12,7	6,5
Amarela	1,8	0,4	0,5	0,7	0,7	1,8	2,1	2,8	4,5	4,8
<b>Tempo de Residência na RMSP (3)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Menos de 1 Ano	1,0	1,6	2,2	1,0	3,8	0,3	0,4	0,1	1,7	1,3
1 a 5 Anos	6,6	10,4	10,9	8,6	7,7	6,4	5,0	4,0	1,7	4,8
6 a 10 Anos	6,3	8,0	7,2	6,2	9,8	3,9	6,1	6,5	5,3	3,8
Mais de 10 Anos	86,1	80,0	79,7	84,2	78,7	89,4	88,5	89,4	91,3	90,1

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
(1) Coeficiente de Crumer = 31,5%.  
(2) Coeficiente de Crumer = 11,2%.  
(3) Coeficiente de Crumer = 8,7%.

Ex. hite  
Dad

**Tabela 18**  
Distribuição das Famílias, por Tipo de Inserção Familiar no Mercado de Trabalho,  
Segundo Sexo do Chefe e Tipos de Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Sexo do Chefe e Tipos de Família	Distribuição das Famílias, por Tipo de Inserção Familiar									
	Total	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Tipo 8	Tipo 9
<b>Chefe Mulher</b>	100,0	22,2	14,3	8,6	10,9	12,8	15,4	12,1	1,4	2,3
Família Nuclear (1)	100,0	22,5	24,5	2,9	13,7	1,0	22,5	11,8	1,0	-
Família Quebrada (2)	100,0	19,8	17,8	9,2	14,1	9,7	16,6	11,4	0,1	1,0
Grupo Familiar	100,0	15,8	11,5	19,8	6,7	13,8	7,5	8,7	9,9	6,3
Família Unipessoal	100,0	35,9	-	-	-	27,9	13,8	17,2	-	5,2
<b>Chefe Homem</b>	100,0	10,1	3,1	20,9	4,1	8,4	29,0	13,9	4,2	6,3
Família Nuclear (1)	100,0	9,8	3,1	21,9	3,9	7,5	29,3	13,7	4,4	6,4
Família Quebrada (2)	100,0	9,5	6,3	16,5	6,3	16,5	35,4	6,3	-	3,2
Grupo Familiar	100,0	8,1	4,4	12,9	17,7	13,7	25,8	11,1	3,0	3,0
Família Unipessoal	100,0	22,7	-	-	-	26,3	16,0	26,7	-	8,3

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
(1) Inclui famílias dos tipos nuclear, nuclear ampliada, nuclear completa e nuclear completa ampliada.  
(2) Inclui famílias dos tipos quebrada e quebrada ampliada.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 16,4%.

**Tabela 19**  
Distribuição das Famílias, por Tipo de Inserção Familiar no Mercado de Trabalho,  
Segundo Sexo e Cor do Chefe  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Sexo e Cor do Chefe	Distribuição das Famílias, por Tipo de Inserção Familiar									
	Total	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Tipo 8	Tipo 9
<b>Chefe Homem (1)</b>	100,0	10,1	3,1	20,9	4,1	8,4	29,0	13,9	4,2	6,3
Branca	100,0	9,2	2,9	21,0	4,3	8,0	28,6	13,7	4,8	7,5
Negra/Parda	100,0	13,4	3,8	21,6	4,0	9,3	29,6	14,2	2,3	1,8
Amarela	100,0	1,0	1,0	8,7	2,0	8,7	34,2	20,9	6,1	17,4
<b>Chefe Mulher (2)</b>	100,0	22,2	14,3	8,6	10,9	12,8	15,4	12,1	1,4	2,3
Branca	100,0	19,8	13,9	8,7	10,6	13,1	16,1	13,0	1,4	3,1
Negra/Parda	100,0	29,7	16,2	8,5	12,3	11,2	13,5	8,6	-	-
Amarela	100,0	15,7	3,1	-	3,1	12,5	12,5	25,0	28,1	-

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
(1) Coeficiente de Cramer = 11,1%.  
(2) Coeficiente de Cramer = 22,6%.

**Tabela 20**  
Distribuição das Famílias, por Tipo de Inserção Familiar no Mercado de Trabalho,  
Segundo Classes de Renda Familiar per Capita  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Classes de Renda Familiar per Capita (1)	Distribuição das famílias, por Tipo de Inserção Familiar									
	Total	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Tipo 8	Tipo 9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Até 0,5	4,4	23,9	3,9	4,5	1,6	0,4	1,8	0,3	-	0,2
Mais de 0,5 a 1,0	12,8	27,8	16,6	21,9	8,4	7,9	10,9	2,5	1,9	0,3
Mais de 1,0 a 2,0	27,2	24,5	43,2	38,7	35,2	24,0	30,5	14,4	3,7	6,4
Mais de 2,0 a 3,0	18,2	14,0	17,5	17,8	21,4	27,3	19,9	18,4	7,3	9,5
Mais de 3,0 a 5,0	18,1	3,9	15,7	11,7	24,2	25,7	19,8	27,5	25,8	17,6
Mais de 5,0 a 10,0	13,0	2,3	3,1	4,5	7,8	10,7	13,6	27,2	26,2	36,6
Mais de 10,0	6,3	3,6	-	0,9	1,4	4,0	3,5	9,7	35,1	29,4

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
(1) Em salário mínimo de junho de 1990 (Cr\$3.857,76), equivalente a US\$64,46 (valor médio oficial de junho/90).  
Nota: Coeficiente de Cramer = 27,4%.

**Tabela 21**  
Distribuição das Famílias, por Tipo de Inserção Familiar no Mercado de Trabalho,  
Segundo Níveis de Acesso a Bens de Consumo Duráveis  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Níveis de Acesso a Bens de Consumo Duráveis	Distribuição das famílias, por Tipo de Inserção Familiar									
	Total	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Tipo 8	Tipo 9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Baixo (1)	20,7	43,9	25,4	27,8	21,5	20,9	16,4	9,8	1,9	0,4
Médio (2)	31,4	34,4	41,2	37,7	37,4	39,6	30,6	24,3	10,8	11,1
Alto (3)	47,9	21,7	33,4	34,5	41,1	39,5	53,0	65,9	87,3	88,5

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
(1) Posse de no máximo geladeira e TV em branco e preto.  
(2) Posse de geladeira, TV em cores e outros bens.  
(3) Posse de geladeira, TV em cores, aparelho de som, outro bem ou carro.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 27,9%.

**Tabela 22**  
Distribuição das Famílias, por Tipo de Inserção Familiar no Mercado de Trabalho,  
Segundo Número de Cômodos Disponíveis na Moradia  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Número de Cômodos	Distribuição das Famílias, por Tipo de Inserção Familiar									
	Em porcentagem									
	Total	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Tipo 8	Tipo 9
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 3	26,0	47,8	28,6	33,5	28,8	27,1	21,1	18,4	3,6	3,1
4	18,6	19,3	22,3	19,8	19,1	23,8	18,6	16,9	8,3	11,3
5	29,3	23,4	32,6	31,1	31,9	29,5	31,5	30,0	25,0	20,8
6 ou Mais	26,1	9,5	16,5	15,6	20,2	19,6	28,8	34,7	63,1	64,8

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 21,7%.

**Tabela 23**  
Distribuição das Famílias, por Tipo de Inserção Familiar no Mercado de Trabalho,  
Segundo o Acesso de seus Membros a Convênio Médico de Pré-Pagamento  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Acesso a Convênio Médico	Distribuição das Famílias, por Tipo de Inserção Familiar									
	Em porcentagem									
	Total	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Tipo 8	Tipo 9
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Beneficiários	43,2	15,9	25,8	39,5	36,2	42,9	50,8	46,0	69,8	72,0
Não-Beneficiários	56,8	84,1	74,2	60,5	63,8	57,1	49,2	54,0	30,2	28,0

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 28,0%.

**Tabela 24**  
 Distribuição das Famílias, por Tipo de Inserção Familiar no Mercado de Trabalho,  
 Segundo Níveis de Instrução Familiar  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1990

Níveis de Instrução Familiar	Distribuição das Famílias, por Tipo de Inserção Familiar									Em porcentagem	
	Total	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Tipo 8		Tipo 9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Muito Baixo	14,1	34,9	14,9	20,7	6,4	15,2	10,3	4,8	0,9	0,1	
Baixo	40,0	46,4	47,4	48,3	45,4	43,2	41,6	32,8	12,6	9,5	
Intermediário Baixo	23,5	11,7	25,6	20,1	32,9	24,5	29,3	27,5	17,3	15,3	
Intermediário Alto	11,0	3,8	8,9	7,9	10,0	8,7	11,6	18,4	18,0	18,7	
Alto	5,2	0,8	1,2	1,8	5,3	6,7	3,2	8,8	16,1	20,1	
Muito Alto	6,2	2,4	2,0	1,2	-	1,7	4,0	7,7	35,1	36,3	

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
 Nota: Coeficiente de Cremona = 25,3%.

## NOTAS METODOLÓGICAS

### Amostra

Os dados da Pesquisa de Condições de Vida - PCV foram obtidos através de amostra probabilística em duas etapas (*double sampling*): a primeira forneceu elementos para a estratificação da população da Região Metropolitana de São Paulo e a segunda sorteou uma subamostra desta para o levantamento das informações. Terminado o processo, foram sorteados, com probabilidades distintas, 6.497 dos 32.207 domicílios para os quais a Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED havia acumulado informações no ano de 1989.

Para efeitos do sorteio, tais domicílios foram previamente classificados como *pobres*, *prováveis pobres*, *não-pobres* ou *prováveis não-pobres* com base na renda domiciliar per capita ou variáveis dependentes desta, conforme esquema reproduzido no Quadro 1. A título de ilustração, foram classificadas como *pobres* as unidades amostrais com renda domiciliar per capita inferior ou igual a NCz\$ 70,00, ou 1,1 salário mínimo de abril de 1989, cujo valor era NCz\$ 63,90. O ponto de corte representava o terceiro decil da distribuição, correspondente aos 30% de renda mais baixa.



o nível de instrução familiar - composto pela sua combinação - deveria ser, também, mais elevado que o referente aos indivíduos, pelo menos para os níveis de instrução inferiores.

**Tabela 2**  
Distribuição das Famílias, Segundo Níveis de Instrução Familiar  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Níveis de Instrução Familiar	Em porcentagem	
	Distribuição das Famílias	
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	
Muito Baixo	15,2	
Baixo	39,7	
Intermediário Baixo	23,0	
Intermediário Alto	10,7	
Alto	5,2	
Muito Alto	6,2	

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Para investigar melhor a escala educacional familiar construída, realizou-se uma tabulação cruzada das classificações familiares obtidas pelos níveis de instrução do chefe de família e do componente mais bem posicionado. O resultado desta tabulação encontra-se na Tabela 3, que permite observar qual seria a escala familiar obtida se fosse utilizado apenas o nível de instrução do chefe (coluna do total) ou o do segundo membro selecionado (linha do total).

Como se vê, a utilização do segundo componente selecionado implicaria uma classificação distinta das famílias, reduzindo a proporção daquelas consideradas com nível de instrução muito baixo (zero a 3 anos de escolaridade) e ampliando a das demais. Ou seja, o nível de instrução do segundo componente selecionado tende a ser mais elevado que o do chefe da família, sendo capaz de alterar, para melhor, a posição das famílias, sobretudo aquelas classificadas nos níveis inferiores da escala educacional.

**Tabela 3**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução do Segundo Componente,  
Segundo Nível de Instrução do Chefe  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

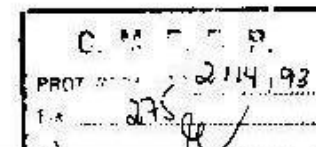
Nível de Instrução do Chefe (Em anos)	Em porcentagem					
	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução do Segundo Componente					
	0 a 3 Anos	4 a 7 Anos	8 a 10 Anos	10 a 11 Anos	12 a 17 Anos	Total
<b>Total</b>	<b>22,1</b>	<b>35,8</b>	<b>18,7</b>	<b>12,7</b>	<b>10,7</b>	<b>100,0</b>
0 - 3	15,2	9,2	3,7	2,3	0,4	30,8
4 - 7	5,3	20,4	5,3	2,9	1,9	35,8
8 - 10	1,0	4,2	6,8	1,3	0,8	14,1
10 - 11	0,2	1,5	1,8	4,4	1,3	9,2
12 - 17	0,4	0,5	1,1	1,8	6,3	10,1

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

De fato, ao se observar a primeira linha da Tabela 3, nota-se que em mais da metade das famílias cujos chefes possuem até três anos de escolaridade, o segundo membro selecionado possui nível de instrução maior que o do chefe de sua família. Na situação inversa, expressa na primeira coluna desta tabela, pouco mais de 30% dos chefes de família possuem nível de instrução mais elevado que o do segundo componente selecionado com até três anos de escolaridade.

Esta análise, realizada para as demais linhas e colunas desta tabela, apresenta resultados semelhantes, embora sejam cada vez menos expressivas as diferenças entre ambas as classificações para níveis de instrução mais elevados.

Superpondo-se a Tabela 3 ao Quadro 3, observa-se como se construiu a escala de nível de instrução familiar utilizada neste trabalho. Para simplificar a comparação entre as classificações obtidas através dos três critérios em pauta - o nível de instrução do



chefe, o do segundo membro selecionado e a combinação de ambos -, as informações da Tabela 3 foram reorganizadas na Tabela 4.

De início, note-se que a classificação baseada exclusivamente no nível de instrução do chefe aloca 30,8% das famílias no nível muito baixo, proporção que, como já comentado, reduz-se para 22,1% quando se utiliza apenas o melhor componente e para 15,2% quando se combinam ambos os critérios.

Ou seja, é bem menor a proporção de famílias em que os dois membros selecionados possuem nível de instrução muito baixo, embora sejam bastante frequentes os casos em que um destes, principalmente o chefe da família, tenha esta característica.

Embora movimentos semelhantes tenham ocorrido nos demais níveis de instrução, o expressivo percentual de famílias com nível muito baixo que foram "reclassificadas" implicou um aumento do percentual daquelas alocadas nos níveis baixo, intermediário e alto.

**Tabela 4**  
Distribuição das Famílias, Segundo Nível de Instrução  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Nível de Instrução	Distribuição das Famílias		
	Em porcentagem		
	Chefe	Segundo Componente	Ambos(1)
Total	100,0	100,0	100,0
Muito Baixo	30,8	22,1	15,2
Baixo	35,8	35,8	39,7
Intermediário	14,1	18,7	23,0
Alto	9,2	12,7	(2)15,9
Muito Alto	10,1	10,7	6,2

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

(1) Critério adotado neste relatório.

(2) Para facilitar a comparação, a parcela das famílias com nível de instrução intermediário alto foi agregada às de nível alto.

Já no nível de instrução muito alto, ainda que a tendência apontada possa ser verificada ao se comparar as classificações pelo chefe e pelo segundo componente, ela não é capaz de elevar o nível de instrução familiar quando medido pela combinação dos dois critérios. Ao fazê-lo, ocorre o contrário, ou seja, uma redução do percentual de famílias consideradas possuidoras deste nível de instrução, quando comparado com o obtido pelas classificações baseadas nos outros dois critérios, tomados isoladamente.

Isto pode ser associado ao fato de o critério adotado - a combinação do chefe com o segundo componente da família mais bem instruído - exigir que ambos os componentes tenham frequentado curso superior para que o nível de instrução de sua família seja considerado muito alto. Pelos outros critérios em comparação, basta que o chefe ou o segundo componente selecionado o tenha frequentado para sua família ser considerada de nível de instrução muito alto.

Ademais, recorde-se que os estudantes foram desconsiderados quando da seleção do segundo componente na construção da escala adotada. Deste modo, nos casos em que havia na família indivíduos mais instruídos que o selecionado, mas que estivessem em fase de complementação de seu processo de escolarização, estes foram excluídos da construção da escala.

Ou seja, o critério adotado na construção da escala familiar parece ser mais adequado para medir o nível de instrução da família em seu conjunto. Para tanto, considerou-se que, fazê-lo, tomando-se apenas um de seus componentes, mesmo que fosse o chefe da família, não se estaria levando em conta a heterogeneidade da situação familiar sob a ótica educacional. Isto seria particularmente questionável num período em que há indicações de estar ocorrendo um progresso educacional intergeracional, o que contribui para ampliar tal heterogeneidade.

Ainda assim, ressalte-se que a comparação entre as classificações obtidas a partir dos três critérios testados mostra que a escala educacional adotada foi capaz de captar a mobilidade educacional apontada, sobretudo nos seus níveis inferiores, objeto privilegiado do presente estudo (7).

(7) Várias informações sobre os atributos dos membros selecionados e suas relações com a classificação obtida encontram-se no Anexo 1, que compõe este relatório.

C. 22

PPOT 2014/93

276

**Tabela 7**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Ciclo de Vida  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Em porcentagem

Ciclo de Vida da Família	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>54,7</b>	<b>23,1</b>	<b>22,2</b>
<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Jovem	34,8	31,3	39,3	38,8
Adulta	36,2	37,1	35,6	34,4
Velha	29,0	31,6	25,1	26,8

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 6,1%.

Note-se, porém, que as diferenças na composição dos três subgrupos de famílias são pequenas quando comparadas à do seu conjunto e que o coeficiente de Cramer (11) obtido foi muito baixo (6,1%). Ou seja, o ciclo de vida, tal como definido nesta pesquisa, não parece ser um atributo que influencie, de forma expressiva, o nível de instrução familiar.

Outro indicador utilizado para a caracterização das famílias refere-se aos seus tipos (12), e os resultados obtidos encontram-se na Tabela 8.

(11) Para mais informações sobre o coeficiente de Cramer, ver Notas Metodológicas.  
(12) Sobre os tipos de família utilizados na PCV, ver Notas Metodológicas.

**Tabela 8**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Tipo de Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Em porcentagem

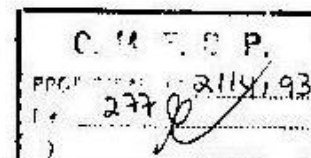
Tipo de Família	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>54,8</b>	<b>23,0</b>	<b>22,2</b>
<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Nuclear	12,2	14,1	8,3	11,5
Nuclear Completa	63,7	59,5	71,2	66,0
Quebrada	13,1	13,9	14,3	9,7
Grupo Familiar	4,2	3,9	3,5	5,7
Unipessoal	6,8	8,6	2,7	7,1

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 10,1%.

Nos três subgrupos de famílias apresentados nesta tabela, nota-se a predominância de famílias nucleares completas. Notam-se algumas diferenças que merecem destaque, particularmente na composição das que foram classificadas com nível de instrução precário. Nestas, o percentual de famílias nucleares completas é inferior ao observado para os demais subgrupos e para o conjunto de famílias pesquisadas - em contrapartida, é maior o peso de famílias nucleares simples. Ou seja, a presença de filhos parece ser favorável para a definição do nível de instrução familiar, ao menos entre as famílias nucleares.

As demais diferenças são menos notáveis, mas merece menção a presença menor de famílias quebradas e maior de grupos familiares entre as consideradas de nível de instrução não-precário.



Neste caso, o coeficiente de Cramer encontrado (10,1%), embora maior que o verificado no caso anterior, indica ainda uma baixa associação entre os dois atributos pesquisados.

A análise do nível de instrução da família segundo o número de componentes que a integram (Tabela 9) mostra que à medida que amplia o nível de instrução das famílias, estas tendem a ser menores. Ainda assim, dada a grande concentração de famílias de até quatro componentes, esta tendência não é muito expressiva, como mostra o coeficiente de Cramer encontrado (8,9%).

**Tabela 9**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Número de Componentes  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Número de Componentes	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar			
	Em porcentagem			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
Total	100,0	54,8	23,0	22,2
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 4	67,6	64,7	65,7	76,9
5 a 6	25,3	26,4	26,8	20,9
7 ou Mais	7,1	8,9	7,5	2,2

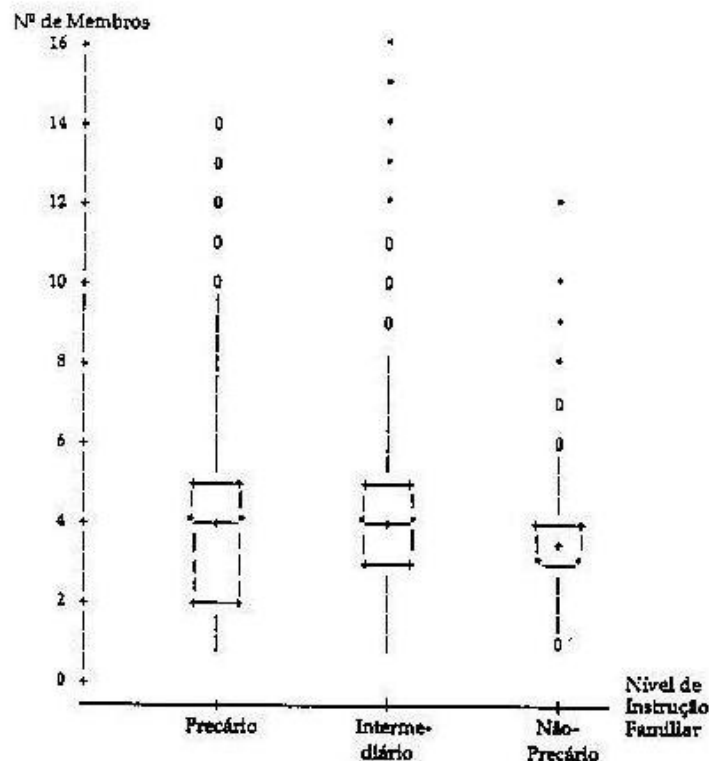
Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 8,9%.

Outras informações sobre a relação entre o nível de instrução e o tamanho da família encontram-se no Gráfico 1 (13).

(13) Para a melhor compreensão deste e dos demais gráficos constantes deste relatório, ver Notas Metodológicas.

**Gráfico 1**  
Box-Plot e Principais Estatísticas da Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Número de seus Membros  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990



	Precário	Intermediário	Não-Precário
Máximo	14	16	12
3º Quartil	5	5	4
Média	3,9	4,1	3,5
Mediana	4	4	3
1º Quartil	2	3	3
Mínimo	1	1	1

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

C. M. E. P. P.  
PROT. GEN. 2114,193  
Fis. 278  
\*)

Além deste conjunto de indicadores, predominantemente demográficos, procurou-se identificar as possíveis relações entre o nível de instrução e as condições de moradia da família.

A Tabela 10 apresenta a distribuição das famílias com distintos níveis de instrução segundo tipos de moradia, admitindo-se que os tipos de moradia estejam apresentados em ordem crescente de adequação.

**Tabela 10**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Tipo de Moradia  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Em porcentagem

Tipo de Moradia	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>54,8</b>	<b>23,0</b>	<b>22,2</b>
<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Barraco ou Favela	4,4	6,6	3,1	0,1
Cortiço	6,5	9,7	4,4	0,7
Casa de Alvenaria	77,3	79,0	82,3	68,1
Apartamento	11,6	4,5	9,9	30,9
Outros	0,2	0,2	0,3	0,2

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 26,4%.

Nota-se, para todos os níveis de instrução, uma grande proporção de famílias que vivem em casas de alvenaria. No entanto, entre as famílias com nível de instrução precário, há um percentual considerável (16,3%) que habita moradias que podem ser consideradas inadequadas: barracos ou favelas e cortiços. Mesmo entre as famílias de nível de instrução intermediário, há uma parcela não desprezível (7,5%) que vive em moradias inadequadas.

O coeficiente de Cramer relativamente alto (26,4%) indica haver um elevado grau de associação entre os indicadores confrontados.

A Tabela 11 e o Gráfico 2 relacionam o nível de instrução familiar e o número de cômodos na moradia, considerando-se como não-adequada uma moradia que possua menos de quatro cômodos.

**Tabela 11**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Número de Cômodos na Moradia  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Em porcentagem

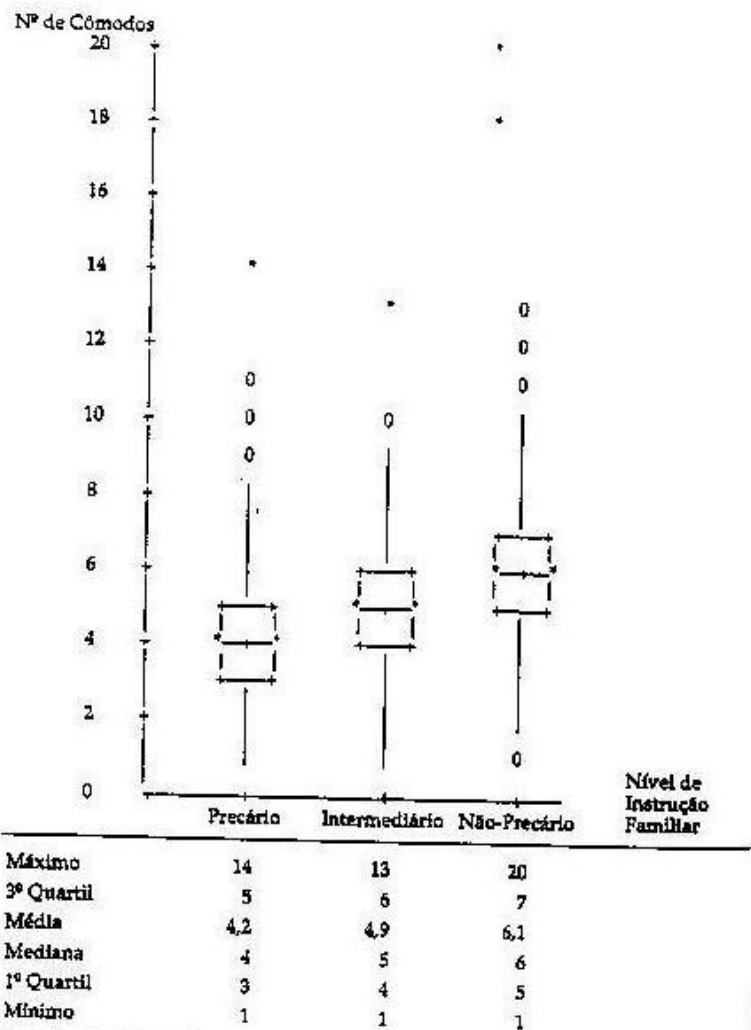
Número de Cômodos	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>54,8</b>	<b>23,0</b>	<b>22,2</b>
<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Até 3	23,1	32,7	16,9	5,7
4 ou Mais	76,9	67,3	83,1	94,3

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 26,7%.

C. M. F. R. P.	
PROJ. Nº	2114/93
Fis.	239
*)	

**Gráfico 2**  
**Box-Plot e Principais Estatísticas da Distribuição do Número de Cômodos na Moradia, Segundo Nível de Instrução Familiar**  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1990



Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota-se que a maioria das famílias, de qualquer nível de instrução, mora em residências com pelo menos quatro cômodos. Entretanto, percebe-se claramente que a proporção de famílias que habitam moradias com até três cômodos diminui segundo seu nível de instrução. Desse modo, se cerca de 1/3 das famílias com nível de instrução precário dispõe de moradias com até três cômodos, esta proporção se reduz a apenas 5,7% para as de nível de instrução não-precário. Há, portanto, uma elevada associação entre estes dois indicadores, confirmada pelo coeficiente de Cramer obtido (26,7%).

Pela Tabela 12 pode-se ver a distribuição das famílias com diversos níveis de instrução, segundo o número de cômodos utilizados para dormir, referido ao número de quartos existentes na moradia. Este procedimento decorre da consideração de que, quando o número de cômodos utilizado para dormir é igual ou menor que o número de quartos existentes na moradia, esta pode ser considerada adequada.

**Tabela 12**  
**Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Utilização, nos Domicílios, de Cômodos para Dormir**  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1990

Cômodos para Dormir	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
Total	100,0	54,8	23,0	22,2
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
Igual ou inferior ao Nº de Quartos	89,0	87,2	86,9	95,6
Superior ao Nº de Quartos	11,0	12,8	13,1	4,4

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 11,3%.

C. M. E. B. P.  
 PROT. GERM. 2114,93  
 Fls. 269  
 4)

Nota-se que a grande maioria das famílias, qualquer que seja o seu nível de instrução, reside em moradias onde o número de cômodos usados para dormir é menor ou igual ao número de quartos existentes. Porém, entre as famílias com nível de instrução precário e intermediário, há um percentual mais elevado das que vivem em moradias, sob esta ótica, inadequadas do que o encontrado entre as de nível de instrução não-precário. Ainda assim, não existe um grau de associação elevado entre estes indicadores, como revela o baixo coeficiente de Cramer encontrado (11,3%).

O conjunto de informações que se segue busca relacionar o nível de instrução da família com alguns indicadores sócio-econômicos. O primeiro a ser analisado diz respeito à posse de bens de consumo duráveis (Tabela 13).

Através destas informações, nota-se que, entre as famílias precárias, é ainda elevado o percentual daquelas que têm baixo acesso aos bens de consumo duráveis (31,8%), ou seja, possuem, no máximo, uma geladeira e um televisor em branco e preto. Entretanto, parte expressiva destas famílias tem acesso médio (40,5%) ou alto (27,7%) a este tipo de bens de consumo, sugerindo uma certa tendência à generalização do padrão de consumo de bens duráveis, particularmente dos básicos, como os dois acima destacados.

A despeito disto, ainda é elevada a desigualdade das famílias no que diz respeito ao acesso a estes bens. Basta observar que entre as famílias não-precárias o percentual daquelas que têm alto acesso a tais bens supera os 80%. O elevado coeficiente de Cramer obtido (33,5%) vem confirmar esta constatação.

A Tabela 14 mostra o percentual de famílias em que pelo menos um de seus membros possui convênio médico de pré-pagamento. A posse de tais convênios permite a seu titular e, em geral, à sua família, ampliar seu acesso aos serviços de saúde, não se restringindo aos oferecidos pelo setor público.

Como se vê, também aqui há uma certa generalização do acesso a estes convênios, embora a situação entre famílias com diferentes níveis de instrução seja ainda bastante desigual. Cerca de 60% das famílias precárias não dispõem destes convênios, enquanto entre as não-precárias este percentual reduz-se para 26,1%.

Como estes convênios, em geral, estão relacionados aos contratos de trabalho, o menor acesso a eles entre as famílias precárias deve decorrer de uma inserção mais desfavorável de seus membros no mercado de trabalho.

**Tabela 13**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Nível de Acesso a Bens de Consumo Duráveis  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Nível de Acesso a Bens	Em porcentagem			
	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
Total	100,0	54,8	23,0	22,2
Total Coluna	100,0	100,0	100,0	100,0
Baixo (1)	20,9	31,8	11,1	4,1
Médio (2)	31,7	40,5	29,6	12,4
Alto (3)	47,4	27,7	59,3	83,5

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

(1) Posse de, no máximo, geladeira e TV em preto e branco;

(2) Posse de geladeira, TV em cores e outro bem;

(3) Posse de geladeira, TV em cores, aparelho de som, outro bem ou carro.

Nota: Coeficiente de Cramer = 33,5%.

**Tabela 14**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Condição de Acesso a Convênios Médicos de Pré-Pagamento  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Acesso a Convênios Médicos	Em porcentagem			
	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
Total	100,0	54,8	23,0	22,2
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
Não Possui	45,4	58,3	33,4	26,1
Possui	54,6	41,7	66,6	73,9

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 28,9%.

<b>C. M. E. B. P.</b>	
PROT. GEN. Nº	2114/93
Fila	281
o)	<i>[assinatura]</i>

Os dados sintetizados na Tabela 15 referem-se ao fato de a família receber ou não ajuda de terceiros. Nota-se que a proporção de famílias que recebe ajuda é muito pequena, qualquer que seja seu nível de instrução. Entre as famílias com nível de instrução precário, há um percentual nesta situação pouco superior aos verificados para as demais famílias, insuficiente, porém, para se afirmar a existência de um grau de associação significativo entre estas variáveis. Ademais, notou-se que, em alguns casos, por problemas de captação das informações, as pensões alimentícias foram consideradas ajuda de terceiros, o que torna ainda mais difícil a análise destes dados.

**Tabela 15**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Condição de Recebimento de Ajuda de Terceiros  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Condição de Recebimento de Ajuda	Em porcentagem			
	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
Total	100,0	54,8	23,0	22,2
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
Recebe	6,4	8,8	3,7	3,1
Não Recebe	93,6	91,2	96,3	96,9

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 11,1%.

Na Tabela 16 e no Gráfico 3 encontram-se informações referentes à renda familiar per capita, segundo os diferentes níveis de instrução das famílias.

Nota-se, desde logo, a estreita associação entre o nível de instrução da família e sua renda, revelada pelo elevado coeficiente de Cramer obtido na tabela em análise (44,3%).

Observa-se, nesta mesma tabela, que 7,5% das famílias precárias dispõem de uma renda não superior a 0,5 salário mínimo per capita, proporção que se reduz para 2,1% entre as famílias intermediárias e para 0,3% entre as não-precárias.

**Tabela 16**

Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Faixas de Renda Familiar per Capita  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Faixas de Renda Familiar per Capita (Em salários mínimos)	Em porcentagem			
	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
Total	100,0	54,9	22,9	22,2
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 0,5	4,7	7,5	2,1	0,3
De 0,6 a 1,0	12,9	20,1	7,2	0,8
De 1,1 a 2,0	27,2	36,1	24,4	8,1
De 2,1 a 3,0	18,3	18,9	23,9	11,2
De 3,1 a 5,0	17,6	11,7	26,8	23,0
De 5,1 a 10,0	13,1	4,9	13,4	33,0
Mais de 10,0	6,2	0,8	2,2	23,6

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

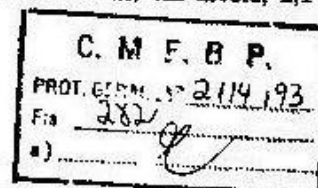
1) Salário mínimo de junho de 1990 = Cr\$ 3.857,76.

Nota: Coeficiente de Cramer = 44,3%.

Tomando-se as famílias que recebem entre 0,6 e 2 salários mínimos per capita, renda que pode ainda ser considerada baixa, nota-se que 56,2% daquelas com nível de instrução precário encontram-se nesta situação. Este percentual reduz-se para 31,6% entre as classificadas como intermediárias e para 8,9% entre as não-precárias.

Observando-se o outro extremo da distribuição, tem-se que 23,6% das famílias não-precárias dispõem de renda superior a 10 salários mínimos per capita, percentual que não atinge 1% entre as famílias precárias.

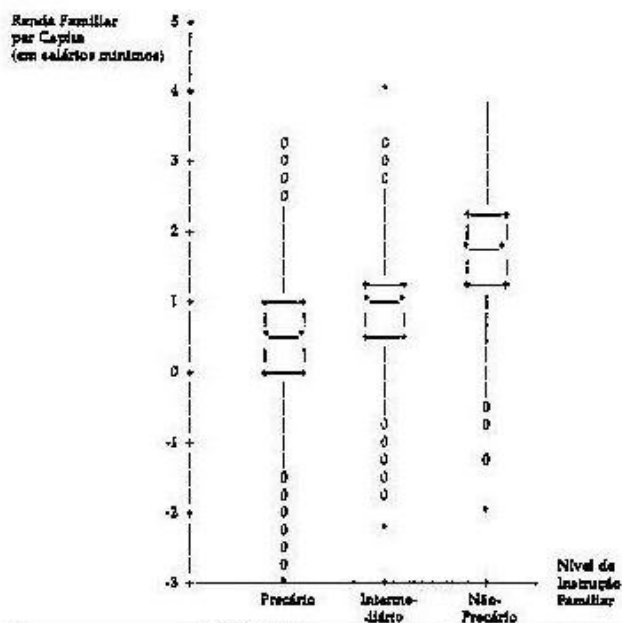
Através das informações do Gráfico 3, vê-se que as famílias com nível de instrução precário receberam, em média, 2,1 salários





mínimos per capita, e, à medida que aumenta seu nível de instrução, amplia-se a sua renda, de modo que entre as famílias intermediárias e as não-precárias este valor passa para 3,3 e 7,5 salários mínimos per capita, respectivamente. Tal situação deve estar muito relacionada com a inserção no mercado de trabalho das famílias, já que o trabalho é a principal fonte de sua renda.

**Gráfico 3**  
Box-Plot e Principais Estatísticas da Distribuição da Renda Familiar per Capita, Segundo Níveis de Instrução Familiar  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990



	Precário	Intermediário	Não-Precário
Máximo	22,8	49,9	45,6
3º Quartil	2,5	3,9	9,7
Mediana	1,6	2,6	5,7
Média	2,1	3,3	7,5
2º Quartil	1,0	1,7	3,4
Mínimo	0,1	0,1	0,1

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: As estatísticas referem-se a salários mínimos de junho de 1990 = Cr\$ 3.857,76.

A Tabela 17 resume informações sobre a qualidade da inserção no mercado de trabalho das famílias segundo seus níveis de instrução. Também aqui se nota que é mais vulnerável a inserção das famílias com nível de instrução precário quando comparada com a das demais.

**Tabela 17**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Qualidade de Inserção no Mercado de Trabalho  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Em porcentagem

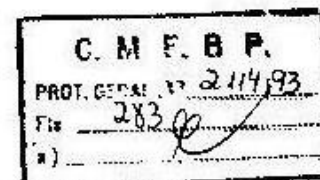
Qualidade de Inserção no Mercado de Trabalho	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>54,1</b>	<b>23,5</b>	<b>22,4</b>
<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Vulnerável	36,2	48,3	27,8	15,8
Intermediário	14,5	15,0	17,0	10,7
Não-Vulnerável	49,3	36,7	55,2	73,5

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 22,5%.

### Análise das famílias a partir de indicadores individuais

Este segundo corte analítico volta-se para o conhecimento das famílias a partir das características dos indivíduos que as integram. Por se tratar de uma análise centrada na educação, considerou-se que alguns aspectos demográficos deveriam ser retomados, permitindo uma melhor caracterização da população em idade escolar.



Ressalte-se ainda que os aspectos aqui aprofundados tratam unicamente do ensino pré-escolar - em seu sentido mais amplo, que inclui creche e pré-escola - e de 1º Grau, indispensáveis para a compreensão das condições de vida e pobreza da população. Não ter acesso e não completar a educação fundamental já é um indicativo de precariedade - não só educacional, mas de condições de vida em geral - seja dos indivíduos, seja de suas famílias.

Iniciando com a distribuição dos indivíduos, por nível de instrução familiar, segundo sua posição na família, observe-se a Tabela 18: 45,9% dos indivíduos pesquisados são filhos, 26,1% são chefes de família, 19,8% são cônjuges e 8,2% mantêm outras relações de parentesco. Esta distribuição praticamente não se altera ao se introduzir os diferentes níveis de instrução familiar.

**Tabela 18**  
Distribuição dos Indivíduos, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Posição na Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Posição na Família	Em porcentagem			
	Distribuição dos Indivíduos, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Inter-mediário	Não-Precário
Total	100,0	55,5	24,3	20,2
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	26,1	25,7	24,7	28,5
Cônjuge	19,8	19,0	19,6	22,1
Filho	45,9	47,0	46,6	42,3
Outra	8,2	8,3	9,1	7,1

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 3,7%.

Cabe apenas destacar a presença pouco menor de filhos e, portanto, maior de chefes e cônjuges, nas famílias com nível de instrução não-precário. Esta pequena distinção, de certa forma, já foi destacada anteriormente, quando se apontou haver, neste subgrupo, uma menor parcela de famílias numerosas e uma proporção pouco maior de famílias nucleares completas que as encontradas nos demais subgrupos.

A Tabela 19 e o Gráfico 4 apresentam informações a respeito da distribuição dos indivíduos segundo faixa etária.

**Tabela 19**  
Distribuição dos Indivíduos, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Faixa Etária  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Faixa Etária (Em anos)	Em porcentagem			
	Distribuição dos Indivíduos, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Inter-mediário	Não-Precário
Total	100,0	55,5	24,3	20,2
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
0 - 6	14,6	14,7	14,7	13,9
7 - 14	17,1	19,1	15,2	14,0
15 - 17	5,7	6,9	4,9	3,4
18 - 24	12,0	10,9	16,1	9,9
25 - 35	18,9	16,4	20,1	24,5
36 - 49	16,7	16,4	15,7	18,7
50 - 69	12,0	12,1	11,3	12,8
70 ou Mais	3,0	3,5	2,0	2,8

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 9,7%.

Assim como é grande a proporção de filhos no conjunto da população, também o é a de indivíduos com idade inferior a 18 anos - cerca de 37% do total. O segmento demandante do ensino pré-escolar, com idade menor ou igual a 6 anos, equivale a 14,6% da população, e o correspondente ao 1º Grau (de 7 a 14 anos), a 17,1%.

C. M. E. D. P.  
PROT. GERAL N.º 2114.193  
Fls. 284  
43

Quando o enfoque é referido ao nível de instrução familiar, nota-se que entre as famílias com nível de instrução precário há uma proporção maior de crianças e adolescentes (de zero a 17 anos) e menor de indivíduos em idade "produtiva" (de 18 a 49 anos). O contrário ocorre nas famílias com níveis de instrução mais elevados.

Cabe ressaltar que, nas famílias com nível de instrução precário, esta situação deve-se à maior presença de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos (19,1%) - em idade escolar de 1º Grau, portanto. Este percentual é de 15,2% e 14%, respectivamente, nas famílias com níveis de instrução intermediário e não-precário.

Após esta breve apresentação da composição das famílias em estudo segundo a posição e a faixa etária de seus membros, a análise direciona-se para a situação educacional destes. De início, observe-se a Tabela 20, que apresenta a distribuição dos indivíduos por anos de escolaridade.

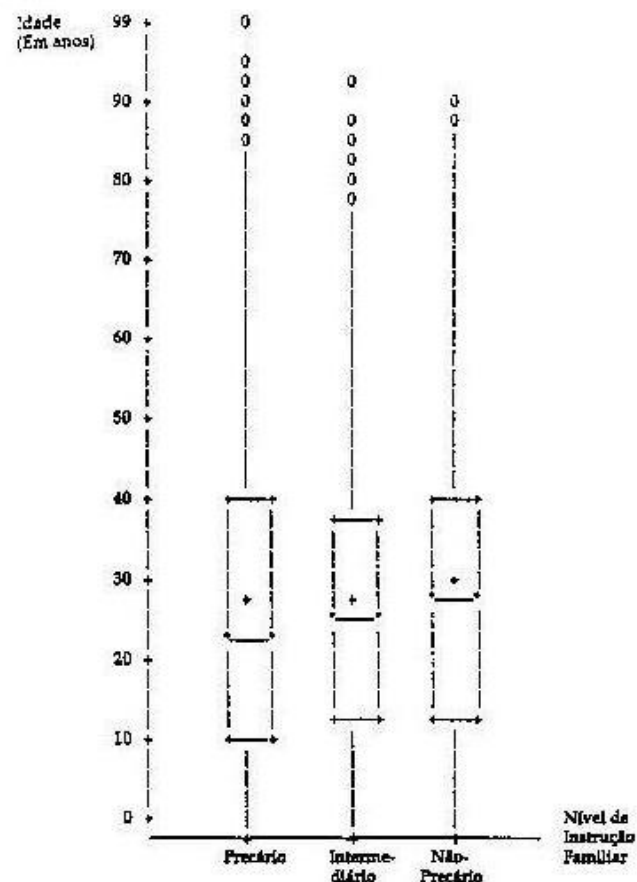
**Tabela 20**  
Distribuição dos Indivíduos de 7 Anos ou Mais, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Anos de Escolaridade  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Anos de Escolaridade	Em porcentagem			
	Distribuição dos Indivíduos, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>55,3</b>	<b>24,2</b>	<b>20,5</b>
<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
0 - 3	33,1	47,0	18,7	12,3
4 - 7	37,0	45,4	35,2	16,4
8 - 10	14,7	6,4	34,6	13,9
11	8,3	0,6	10,7	26,5
12 ou Mais	6,9	0,6	0,8	30,9

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, Pesquisa de Condições da Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 51,9%.

**Gráfico 4**  
Box-Plot e Principais Estatísticas da Distribuição dos Indivíduos, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Idade  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990



	Precário	Intermediário	Não-Precário
Máximo	99	93	88
3º Quartil	40	38	41
Média	27,3	26,7	29,1
Mediana	23	24	28
1º Quartil	11	12	12
Mínimo	0	0	0

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, Pesquisa de Condições da Vida - PCV.

C. M. F. B. P.  
 PROT. GERAL Nº 2114, 93  
 Fis. 28500  
 (\*)

Esta tabela mostra que os indivíduos, na faixa etária considerada, que compõem famílias com nível de instrução precário possuem escolaridade que praticamente não ultrapassa os sete anos. Mais de 92% dos indivíduos pertencentes a tais famílias encontram-se nesta situação, sendo inferior a 1% a parcela daqueles que atingiram escolaridade superior a 11 anos.

Nas famílias com nível de instrução intermediário, cerca da metade de seus membros (53,9%) possui escolaridade inferior a oito anos. A parcela dos que chegaram ao 3º Grau não passa de 0,8%. A escolaridade aumenta expressivamente nas famílias com o nível de instrução mais elevado da escala: o não-precário. Apenas 28,7% de seus componentes possuem escolaridade inferior a oito anos e 30,9% chegaram ao ensino superior.

Saliente-se que, sendo os anos de escolaridade a variável componente da escala classificatória das famílias, era de se esperar um elevado coeficiente de Cramer, o que de fato se verificou (51,9%).

Mais informações a respeito da distribuição dos indivíduos, por nível de instrução da família a que pertençam, segundo anos de escolaridade, encontram-se no Gráfico 5.

A análise desenvolvida a seguir procurou caracterizar todos os indivíduos, com idade igual ou maior que 7 anos, que não estão frequentando o 1º Grau, a partir dos motivos da não-frequência (Tabela 21).

Tabela 21

Distribuição dos Indivíduos de 7 Anos ou Mais que Não Frequentam o 1º Grau, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Motivo da Não-Frequência Região Metropolitana de São Paulo 1990

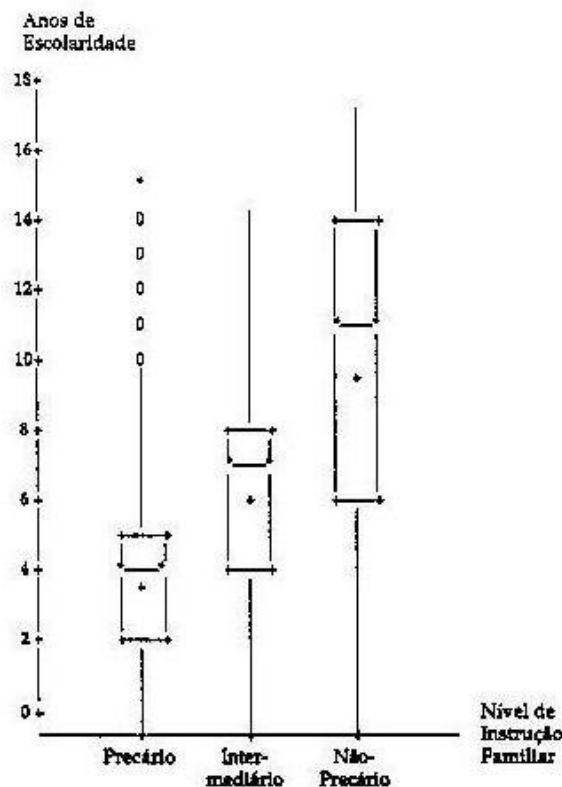
Motivo da Não-Frequência	Em porcentagem			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
Total	100,0	53,4	24,7	21,9
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
Concluiu	38,7	10,1	58,1	86,3
Abandonou	50,8	72,7	38,0	12,0
Nunca Frequentou	10,5	17,2	3,9	1,7

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 46,7%.

Gráfico 5

Box-Plot e Principais Estatísticas da Distribuição dos Indivíduos, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Anos de Escolaridade Região Metropolitana de São Paulo 1990



Máximo	15	14	17
3º Quartil	5	8	14
Média	3,5	6,2	9,7
Mediana	4	7	11
1º Quartil	2	4	6
Mínimo	0	0	0

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

C. M. E. B. P.	
PROT. GERAL Nº	2114,93
Fila	386
a)	

A maioria dos indivíduos que não frequentam o 1º Grau declarou tê-lo abandonado antes de sua conclusão (50,8%), e 10,5% nunca o frequentaram. A parcela que já adquiriu este nível de instrução representa apenas 38,7% dos indivíduos pesquisados.

Nas famílias com níveis de instrução intermediário e não-precário, a situação é bem melhor: dos indivíduos que as compõem, 58,1% e 86,3%, respectivamente, concluíram o 1º Grau. Entretanto, o abandono da escola não é desprezível, mesmo entre estas famílias: 38% e 12%, respectivamente.

Entre as famílias com nível de instrução precário, a situação é bem mais grave: apenas 10,1% de seus componentes concluíram o 1º Grau, 72,7% abandonaram-no e 17,2% sequer chegaram a frequentá-lo.

Estes indicadores revelam que, embora o acesso à educação básica ainda não seja um direito desfrutado por todos os indivíduos da RMSP, a permanência na escola parece ser uma questão central na busca de soluções ao problema educacional.

Observe-se agora os indivíduos que estudam. A Tabela 22 mostra a sua distribuição segundo o grau de ensino frequentado.

A Tabela 22 mostra que a maioria dos indivíduos que estudam frequenta o ensino obrigatório de 1º Grau (69,5%). Os outros Graus de ensino, seja a pré-escola, sejam o 2º e o 3º Graus, são

**Tabela 22**  
Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Grau Frequentado  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Grau Frequentado	Em porcentagem			
	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
Total	100,0	56,0	23,5	20,5
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
Pré-Escola	14,8	11,9	15,4	21,9
1º Grau	69,5	76,4	67,2	53,1
2º Grau	9,8	8,5	12,0	10,8
3º Grau	5,9	3,2	5,4	14,2

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 16,5%.

frequentados por parcelas relativamente pequenas da população estudante (14,8%, 9,8% e 5,9%, respectivamente).

Há vários fatores que podem ser invocados para explicar esta discrepância, que vão desde a não-obrigatoriedade dos graus de ensino que não o de 1º Grau, até problemas culturais e dificuldades sócio-econômicas da população.

A associação entre este indicador e o nível de instrução da família não é muito grande (coeficiente de Cramer = 16,5%). Ainda assim, verifica-se uma situação mais favorável para as famílias com nível de instrução não-precário, particularmente no que diz respeito ao acesso a cursos superiores (3º Grau).

Restringindo ainda mais o universo analisado, atente-se agora para os estudantes de 1º Grau, que será caracterizada segundo o tipo de escola, o período que frequenta, a situação de reprovação, o atraso escolar e o exercício de trabalho. Com isto, busca-se indicar as relações entre o desempenho do estudante e o nível de instrução de sua família e apontar as diferentes probabilidades de aquisição de educação dos membros da família em idade escolar.

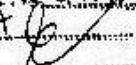
A Tabela 23 mostra a importância da escola pública na escolarização dos indivíduos da RMSP: do total de indivíduos estudantes do 1º Grau, 87,9% frequentam escolas públicas e apenas 12,1% estudam em escolas privadas.

**Tabela 23**  
Distribuição dos Estudantes de 1º Grau, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Tipo de Escola Frequentada  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Tipo de Escola	Em porcentagem			
	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
Total	100,0	61,8	22,2	16,0
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
Particular	12,1	2,9	9,5	51,2
Pública	87,9	97,1	90,5	48,8

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 53,0%.

<b>C. M. E. B. P.</b>	
PROT. GERAL. N.º	2114/93
Fls.	287
	

Quando estes indivíduos são analisados a partir do nível de instrução familiar, constata-se que a quase totalidade dos estudantes que pertencem a famílias de níveis de instrução precário (97,1%) e intermediário (90,5%) freqüenta escolas públicas. Já nas famílias consideradas de nível de instrução não-precário, 51,2% dos estudantes de 1º Grau estão em escolas privadas.

Há portanto uma clara associação (coeficiente de Cramer = 53%) entre os indicadores em confronto: à medida que aumenta o nível de instrução das famílias, diminui o percentual de estudantes de 1º Grau que freqüentam escolas públicas. Deste modo, pode-se admitir que o tipo de escola utilizada pelos estudantes de 1º Grau é revelador não só das condições de educação, mas também das condições de vida de suas famílias.

Através da Tabela 24, pode-se notar a freqüência ao ensino de 1º Grau, segundo o período de estudo. Foram excluídos os estudantes das quatro primeiras séries, uma vez que estas, em geral, não são ministradas em período noturno.

**Tabela 24**  
Distribuição dos Estudantes da 5ª à 8ª Série do 1º Grau, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Período Frequentado  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Período Frequentado	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar			
	Em porcentagem			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
Total	100,0	59,4	23,6	17,0
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
Diurno	71,2	64,4	74,0	91,4
Noturno	28,8	35,6	26,0	8,6

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 22,0%.

Embora seja grande a concentração de estudantes no período diurno (71,2%), não deixa de ser significativo o percentual daqueles que freqüentam cursos noturnos (28,8%), sobretudo por tratar-se de alunos de 1º Grau e, portanto, adolescentes.

Analisando-se estas informações por nível de instrução familiar, nota-se claramente que esta opção é mais freqüente entre as famílias de nível de instrução precário (35,6% dos indivíduos em análise) e intermediário (26%) e pouco utilizada entre as mais instruídas (8,6%).

Ainda que o coeficiente de Cramer não seja muito elevado (22%), pode-se afirmar que a freqüência ao ensino noturno é determinada pela situação educacional das famílias, na suposição de que, quanto menor o seu nível de instrução, mais cedo os filhos devem ingressar no mercado de trabalho, o que os obriga a manter-se em cursos noturnos.

Ao se tomar apenas os estudantes nestas mesmas séries na rede pública (Tabela 25), não se observam diferenças significativas em relação ao total (Tabela 24).

**Tabela 25**  
Distribuição dos Estudantes da 5ª à 8ª Série do 1º Grau na Rede Pública, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Período Frequentado  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Período Frequentado	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar			
	Em porcentagem			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
Total	100,0	64,8	24,6	10,6
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
Diurno	68,3	63,6	72,9	86,2
Noturno	31,7	36,4	27,1	13,8

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 15,7%.

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 2114/93
Fls. 288/2
*)

Um dos problemas fundamentais da educação - que vem, inclusive, dificultando uma maior oferta de vagas na escola pública - é a reprovação. Os motivos que levam o estudante ao fracasso escolar são muitos, alguns já bastante discutidos. O ambiente cultural do estudante pobre, que lhe dificulta assimilar noções e valores bastante distintos dos de seu meio, e o pouco tempo disponível para as obrigações escolares são, entre outros fatores, apontados como os principais responsáveis pela reprovação no 1º Grau. Algumas informações sobre este ponto encontram-se na Tabela 26.

**Tabela 26**  
Distribuição dos Estudantes de 1º Grau, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Condição de Reprovação  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Condição de Reprovação	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar			
	Em porcentagem			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
Total	100,0	61,8	22,1	16,1
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
Reprovado	40,6	47,3	35,6	22,0
Não-Reprovado	59,4	52,7	64,4	78,0

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 19,2%.

Nota-se que a reprovação escolar afetou, pelo menos uma vez, 40,6% do conjunto dos estudantes de 1º Grau pesquisados. Analisando-se estes indivíduos segundo o nível de instrução de suas famílias, observa-se que há maior incidência de estudantes reprovados entre os que integram as famílias com nível precário

(47,3%). Nas famílias com níveis de instrução intermediário e não-precário, a reprovação atingiu percentuais menores - 35,6% e 22%, respectivamente -, o que reafirma as relações existentes entre o sucesso escolar do estudante e a condição de educação de sua família.

As Tabelas 27 e 28 mostram estas mesmas informações desagregadas para as redes de ensino pública e privada.

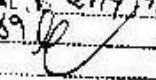
**Tabela 27**  
Distribuição dos Estudantes de 1º Grau na Rede Pública, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Condição de Reprovação  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Condição de Reprovação	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar			
	Em porcentagem			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
Total	100,0	68,4	22,7	8,9
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
Reprovado	44,0	47,5	37,4	33,7
Não-Reprovado	56,0	52,5	62,6	66,3

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 10,7%.

Por estas informações fica evidente que é na rede pública que se verificam mais reprovações - 44% de seus alunos, contra 16,4% na rede privada. Porém, em ambas, são os estudantes pertencentes a famílias precárias os mais reprovados: 47,5% na rede pública e 38,4% na rede privada.

C. M. F. B. P.	
PROT. GERAL	2114,93
Fls	289
	

**Tabela 28**  
Distribuição dos Estudantes de 1º Grau na Rede Privada, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Condição de Reprovação  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Condição de Reprovação	Em porcentagem			
	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Inter-mediário	Não-Precário
Total	100,0	14,6	17,5	67,9
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
Reprovado	16,4	38,4	18,9	11,0
Não-Reprovado	83,6	61,6	81,1	89,0

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 25,9%.

É interessante notar que o coeficiente de Cramer encontrado para as escolas privadas (25,9%) é expressivamente maior que o verificado para as públicas (10,7%). Ou seja, há uma associação mais forte entre o nível de instrução familiar e a condição de reprovação dos estudantes nas escolas privadas do que nas públicas. Portanto, o elevado índice de reprovação apontado nestas últimas parece ter determinantes específicos, mais relacionados com suas próprias condições de funcionamento, embora não se possa desprezar a questão da instrução familiar.

Outro aspecto investigado do tema da reprovação escolar é o que o relaciona com o período frequentado. As informações disponíveis, que se restringem aos estudantes da 5ª à 8ª série da rede pública, estão nas Tabelas 29 e 30.

**Tabela 29**  
Distribuição dos Estudantes da 5ª à 8ª Série do 1º Grau na Rede Pública em Período Diurno, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Condição de Reprovação  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Condição de Reprovação	Em porcentagem			
	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Inter-mediário	Não-Precário
Total	100,0	60,5	26,0	13,5
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
Reprovado	48,3	51,9	40,4	46,8
Não-Reprovado	51,7	48,1	59,6	53,2

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 9,9%.

**Tabela 30**  
Distribuição dos Estudantes da 5ª à 8ª Série do 1º Grau na Rede Pública em Período Noturno, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Condição de Reprovação  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Condição de Reprovação	Em porcentagem			
	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Inter-mediário	Não-Precário
Total	100,0	74,7	20,7	4,6
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
Reprovado	74,2	73,5	78,4	66,1
Não-Reprovado	25,8	26,5	21,6	33,9

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 6,1%.

C. M. F. B. P.	
PROT. GERAL	2114/93
Fis	290
a)	<i>[assinatura]</i>



Vê-se claramente que, entre os estudantes pesquisados, a reprovação dos que freqüentam cursos noturnos (74,2%) é bastante superior à dos demais (48,3%).

Entretanto, não se verifica uma associação expressiva entre a reprovação e o nível de instrução familiar entre os estudantes de cursos diurnos e, principalmente, de cursos noturnos, cujos coeficientes de Cramer foram calculados em 9,9% e 6,1%, respectivamente.

Visto que a educação fundamental, garantida por lei a todo cidadão, pressupõe a idade mínima de 7 e a máxima de 14 anos para a sua aquisição, uma importante medida da situação educacional é a que compara esta idade ideal e a real dos estudantes. Através dela pode-se perceber a adequação ou o descompasso existente entre a escola, tal como está organizada, e a sua clientela específica.

Os motivos da defasagem podem ser, entre outros, a reprovação, a evasão e a entrada tardia na escola. Como estes motivos têm estreita relação com as condições de vida do estudante e de sua família, analisou-se, também por este prisma, os indivíduos que freqüentam o 1º Grau.

Estas informações compõem a Tabela 31. Nota-se ali que, do total de estudantes desse grau, 14,7% foram considerados adiantados, 38,6% adequados e 46,7% atrasados.

Nas famílias com nível de instrução precário, 53,8% de seus componentes que cursam o 1º Grau estão defasados, 35,5% adequados e apenas 10,7% adiantados.

A situação das famílias não-precárias é bem distinta. Quase a metade de seus estudantes de 1º Grau (49,7%) apresenta adequação entre idade e série freqüentada. A outra metade se distribui de forma praticamente equitativa entre estudantes adiantados (26,1%) e defasados (24,2%), com ligeiro predomínio dos primeiros.

**Tabela 31**  
Distribuição dos Estudantes de 1º Grau, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Adequação Entre Idade e Série Frequentada  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

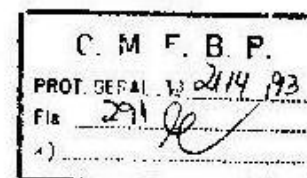
Em porcentagem

Adequação Entre Idade e Série	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
Total	100,0	61,8	22,2	16,0
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
Adiantado	14,7	10,7	17,2	26,1
Adequado	38,6	35,5	39,4	49,7
Defasado	46,7	53,8	43,4	24,2

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 15,2%.

Uma análise mais detalhada das informações sobre adequação entre idade e série torna ainda mais clara a situação mais desfavorável dos estudantes pertencentes a famílias com nível de instrução precário (Tabela 32).



**Tabela 32**  
**Distribuição dos Estudantes de 1º Grau, por Nível de Instrução Familiar,**  
**Segundo Adequação Entre Idade e Série**  
**Região Metropolitana de São Paulo**  
**1990**

Série	Adequação Entre Idade e Série	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar			
		Total	Precário	Inter- mediário	Não- Precário
1ª (1)	Total	100,0	60,7	22,4	16,9
	Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
	Adiantado	8,5	3,5	13,4	20,1
	Adequado	70,4	72,5	64,9	70,1
	Atrasado	21,1	24,0	21,7	9,8
2ª (2)	Total	100,0	64,4	20,8	14,8
	Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
	Adiantado	17,2	13,2	20,3	30,2
	Adequado	41,6	39,0	43,1	31,3
	Atrasado	41,2	47,8	36,6	18,5
3ª (3)	Total	100,0	60,3	22,7	17,0
	Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
	Adiantado	15,0	10,5	15,7	30,1
	Adequado	26,4	19,7	33,7	40,2
	Atrasado	58,6	69,8	50,6	29,7
4ª (4)	Total	100,0	59,8	23,4	16,8
	Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
	Adiantado	12,0	8,2	14,5	22,1
	Adequado	28,1	22,6	34,0	39,8
	Atrasado	59,9	69,2	51,5	38,1
5ª (5)	Total	100,0	56,4	25,8	17,6
	Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
	Adiantado	14,3	12,4	16,6	16,9
	Adequado	31,2	29,3	17,0	38,1
	Atrasado	54,5	58,3	66,4	45,0

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

- (1) Coeficiente de Cramer = 18,0%.  
 (2) Coeficiente de Cramer = 15,3%.  
 (3) Coeficiente de Cramer = 22,4%.  
 (4) Coeficiente de Cramer = 18,0%.  
 (5) Coeficiente de Cramer = 22,1%.

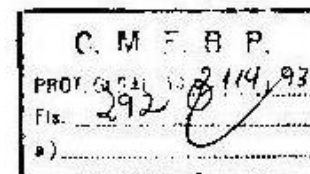
Nestas famílias, há um percentual bastante elevado de estudantes de 1º Grau que iniciaram a 1ª série com idade correta (72,5%), muito semelhante aos das famílias de melhor nível de instrução. Entretanto, é muito reduzido o percentual de adiantados (3,5%) e relativamente elevado o de atrasados (24%), nesta série, daqueles pertencentes a famílias precárias.

Esta situação vai se agravando à medida que se avança na trajetória escolar, uma vez que os estudantes pertencentes a famílias com nível de instrução precário atrasam-se mais que os das demais famílias. Ao atingir a 5ª série, apenas 19,7% dos estudantes que compõem as famílias com nível de instrução precário encontram-se na idade correta, e cerca de 70% estão atrasados.

Note-se, porém, que o elevado percentual de estudantes fora da idade correta que freqüentam a 5ª série - fenômeno que, com diferentes intensidades, se verifica em todas as famílias - resulta, também, do retorno daqueles que, concluindo a 4ª série, abandonaram o sistema escolar. Na tentativa de completar o 1º Grau, regressam à escola, engrossando ainda mais o contingente daqueles que se atrasaram devido a reprovações ou ao início tardio da escolarização.

O tempo de que dispõe o estudante para dedicar-se às atividades escolares deve se relacionar com o seu desempenho escolar e com suas possibilidades de alcançar maiores níveis de instrução. Os que trabalham fora ou ajudam em atividades domésticas fundamentais - normalmente exercidas por pessoas adultas - têm, freqüentemente, seu processo de escolarização prejudicado pela sobrecarga de atividades.

Os dados da Tabela 33 mostram que, do total de estudantes do 1º Grau, 9,9% trabalham fora e outros 31,5% ajudam em casa. Estes percentuais elevam-se um pouco entre aqueles pertencentes a famílias precárias (12,1% e 34,1%, respectivamente), onde cerca da metade dos indivíduos em pauta apenas estuda.



**Tabela 33**  
Distribuição dos Estudantes de 1º Grau, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Situação de Trabalho  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Em porcentagem

Situação de Trabalho	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Inter-mediário	Não-Precário
<b>Total</b>	100,0	61,8	22,2	16,0
<b>Total (coluna)</b>	100,0	100,0	100,0	100,0
Trabalha Fora	9,9	12,1	9,0	2,8
Ajuda em Casa	31,5	34,1	32,1	20,5
Apenas Estuda	58,6	53,8	58,9	76,7

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 12,3%.

Em contraposição, é bem mais favorável a situação dos estudantes que compõem famílias não-precárias. Neste caso, apenas 2,8% destes trabalham fora, 20,5% exercem atividades domésticas e 76,7% apenas estudam.

É de se esperar que a maioria daqueles que, além de estudar, trabalham - fora ou no domicílio - freqüente escola pública. A Tabela 34 fornece algumas indicações a respeito.

Nota-se que, neste caso, é maior a parcela de estudantes que trabalham fora ou no domicílio do que a verificada na tabela anterior. Isto ocorre, especialmente, entre os estudantes pertencentes a famílias não-precárias. Nas demais famílias, o percentual de estudantes que trabalham mantém-se praticamente igual ao anteriormente assinalado.

**Tabela 34**  
Distribuição dos Estudantes de 1º Grau na Rede Pública, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Situação de Trabalho  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Em porcentagem

Situação de Trabalho	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Inter-mediário	Não-Precário
<b>Total</b>	100,0	68,3	22,8	8,9
<b>Total (coluna)</b>	100,0	100,0	100,0	100,0
Trabalha Fora	10,8	12,5	9,2	3,6
Ajuda em Casa	33,6	34,1	33,6	30,4
Apenas Estuda	55,6	53,6	57,2	66,0

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 6,6%.

O baixo coeficiente de Cramer encontrado (6,6%), entretanto, revela que não há um grau de associação significativo entre o fato de estudantes em escola pública trabalharem fora e o de pertencerem a famílias com diferentes níveis de instrução.

Aprofundando um pouco mais a análise dos estudantes de 1º Grau que trabalha fora do domicílio, atente-se para suas jornadas de trabalho (Tabela 35).

C. M. F. B. P.	
PROG. BUCAL	12114/93
Fls.	293
*)	

**Tabela 35**  
Distribuição dos Estudantes de 1º Grau que Trabalham Fora do Domicílio, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Horas Dedicadas ao Trabalho  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Horas de Trabalho	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
Total	100,0	75,1	20,3	4,6
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 4	8,9	8,9	9,0	8,9
4 a 6	14,6	10,8	25,0	28,9
6 a 8	43,4	45,1	38,5	37,8
Mais de 8	33,1	35,2	27,5	24,4

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 13,2%.

Nota-se que 76,5% dos indivíduos em análise cumprem jornadas iguais ou maiores que 6 horas diárias, 14,6% entre 4 e 6 horas e 8,9% menos de 4 horas. As jornadas de trabalho exercidas pelos estudantes pertencentes a famílias com níveis de instrução intermediário e não-precário tendem a ser inferiores às daqueles que compõem famílias consideradas precárias. Entre estas, cerca de 80% cumprem jornadas diárias iguais ou maiores que 6 horas e, entre aqueles, tal percentual não ultrapassa os 66%.

A jornada de trabalho dos estudantes que trabalham fora do domicílio é bem mais extensa que a daqueles que executam serviços domésticos, no próprio domicílio. Entre estes últimos, há uma grande concentração de casos (cerca de 80%) em jornadas inferiores a 4 horas diárias, independentemente do nível de instrução de suas famílias (Tabela 36).

Outro ponto tratado pela PCV refere-se à educação pré-escolar, que vem ganhando atenção crescente do poder público diante da ampliação da demanda por vagas para a pré-escola, principalmente a partir dos movimentos sociais da década de 70. Isto

**Tabela 36**  
Distribuição dos Estudantes de 1º Grau que Trabalham no Domicílio, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Horas Dedicadas ao Trabalho  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Horas de Trabalho	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
Total	100,0	67,0	22,6	10,4
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 4	80,0	78,7	79,4	89,8
4 a 6	12,7	13,2	15,8	2,8
6 a 8	5,3	6,1	4,4	2,2
Mais de 8	2,0	2,0	0,4	5,2

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 10,7%.

decorreu do maior ingresso das mulheres no mercado de trabalho, associado às novas propostas educacionais que defendem a formação integral da criança a partir dos primeiros anos de vida.

Entretanto, o acesso a este tipo de escola é ainda bastante restrito, especialmente entre as crianças pertencentes a famílias com nível de instrução precário: 23,5% delas frequentam creche ou pré-escola (14), contra 45,9% das crianças pertencentes a famílias com nível de instrução não-precário (Tabela 37).

Os motivos pelos quais as crianças não frequentam a pré-escola encontram-se quantificados na Tabela 38. O principal motivo apontado é que os pais não a consideram uma necessidade. A proporção de crianças que não frequentam a pré-escola por este motivo amplia-se com o crescimento do nível de instrução familiar: de 69,1%, entre as famílias precárias, para 90,6%, entre as não-precárias.

(14) As informações deste trabalho não distinguem creche de pré-escola. Para simplificar a exposição utiliza-se apenas a expressão "pré-escola".

C. M. T. R. P.  
PROJ. Nº 2114/93  
F.º 294  
a)

**Tabela 37**  
Distribuição dos Indivíduos de 0 a 6 Anos de Idade, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Condição de Freqüência à Pré-Escola  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Condição de Freqüência à Pré-Escola	Em porcentagem			
	Distribuição dos Indivíduos de 0 a 6 Anos, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Inter-mediário	Não-Precário
Total	100,0	56,1	24,6	19,3
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
Freqüente	29,2	23,5	29,3	45,9
Não Freqüente	70,8	76,5	70,7	54,1

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 18,7%.

**Tabela 38**  
Distribuição dos Indivíduos de 0 a 6 Anos de Idade que Não Frequentam a Pré-Escola, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Motivo da Não-Freqüência  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Motivo da Não-Freqüência	Em porcentagem			
	Distribuição dos Indivíduos de 0 a 6 Anos, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Inter-mediário	Não-Precário
Total	100,0	61,2	24,4	14,4
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
Não Há Necessidade	76,3	69,1	85,9	90,6
Faltam Vagas	13,7	18,7	7,1	3,7
Outro	10,0	12,2	7,0	5,7

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 15,5%.

Segue-se em importância a falta de vagas, particularmente para as crianças pertencentes a famílias com nível de instrução precário (18,7%). Ao contrário do motivo anterior, este perde importância com a elevação do nível de instrução familiar, atingindo apenas 3,7% das crianças pertencentes às famílias com nível de instrução não-precário.

Outro aspecto relevante para uma análise sobre este tema diz respeito ao cuidado das crianças que não frequentam creche ou pré-escola. A Tabela 39 mostra que a grande maioria dessas crianças, em todos os grupos de família, fica em sua própria casa: 95,8% daquelas pertencentes às famílias precárias e 91,8% das não-precárias.

O baixo coeficiente de Cramer obtido indica que não há grau de associação significativo entre o nível de instrução das famílias e o local onde permanecem seus componentes de zero a 6 anos de idade.

**Tabela 39**  
Distribuição dos Indivíduos de 0 a 6 Anos de Idade que Não Frequentam a Pré-Escola, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Local onde Normalmente Ficam  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Local Onde Ficam	Em porcentagem			
	Distribuição dos Indivíduos de 0 a 6 Anos, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Inter-mediário	Não-Precário
Total	100,0	61,2	24,4	14,4
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
Em Casa	94,8	95,8	93,9	91,8
Outra Casa	3,8	3,0	5,1	5,4
Outro Local	1,4	1,2	1,0	2,8

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 5,2%.

C. M. F. B. P.	
PROT. Nº	2114/93
Fls.	295
*)	

Quando se considera a quem é conferido o cuidado das crianças que permanecem em casa (Tabela 40), embora estatisticamente pouco expressivo, o percentual daquelas que ficam em companhia de irmãos menores ou sozinhas é de 2,2% nas famílias precárias e de 1,2% nas não-precárias. A grande maioria das crianças nestas condições permanece sob a guarda de seus pais ou irmãos maiores. Embora haja um percentual mais elevado de crianças em tal situação nas famílias precárias (87,9%), não são expressivas as diferenças em relação às demais famílias (83,7% nas intermediárias e 78,8% nas não-precárias).

Por fim, nota-se que são menores as possibilidades de as famílias precárias deixarem seus filhos sob a guarda de terceiros, sejam outros parentes ou empregados domésticos, em relação às famílias com níveis de instrução mais elevados.

**Tabela 40**

Distribuição dos Indivíduos de 0 a 6 Anos de Idade que Não Frequentam a Pré-Escola e Mantêm-se no Domicílio, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Pessoa que os Guardam  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Pessoas que os Guardam	Em porcentagem			
	Distribuição dos Indivíduos de 0 a 6 Anos, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
Total	100,0	61,9	24,2	13,9
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
Irmãos Menores ou Sozinhas	2,2	2,8	1,4	1,2
Pais ou Irmãos Maiores	85,6	87,9	83,7	78,8
Outros Parentes, Babá ou Empregada	12,2	9,3	14,9	20,0

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 9,0%.

Analisando-se, agora, alguns pontos referentes às crianças que frequentam a pré-escola, nota-se, de início, a forte presença da rede pública na prestação deste serviço, como pode ser observado na Tabela 41.

Do total destas crianças, 56,9% frequentam pré-escolas públicas, 39,7% particulares e 3,4% outras, como de instituições assistenciais ou oferecidas por empresas. As crianças pertencentes a famílias precárias, em sua grande maioria (78,5%), frequentam as pré-escolas da rede pública, uma parcela ainda expressiva (17,0%) frequenta as particulares e as restantes (4,5%), as mantidas por instituições assistenciais ou por empresas.

À medida que se eleva o nível de instrução familiar, altera-se a distribuição em análise, ampliando a importância das pré-escolas privadas e, em contrapartida, diminuindo o peso daquelas mantidas pelo setor público. Deste modo, as crianças pertencentes a famílias com nível de instrução não-precário frequentam, em sua maioria (74,7%), as pré-escolas particulares, e 22,6% as da rede pública.

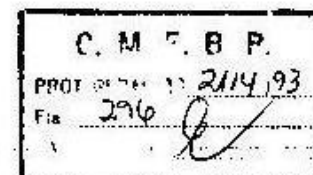
**Tabela 41**

Distribuição dos Indivíduos de 0 a 6 Anos de Idade que Frequentam Pré-Escola, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Tipo de Pré-Escola  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Tipo de Pré-Escola	Em porcentagem			
	Distribuição dos Indivíduos de 0 a 6 Anos, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
Total	100,0	45,1	24,6	30,3
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
Particular	39,7	17,0	38,0	74,7
Pública	56,9	78,5	59,6	22,6
Outros	3,4	4,5	2,4	2,7

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 35,7%.



O significativo coeficiente de Cramer obtido (35,7%) mostra que há um grau de associação relativamente elevado entre o nível de instrução familiar e o tipo de pré-escola freqüentado pelas crianças de 0 a 6 anos de idade.

O tempo de permanência das crianças na pré-escola é um fator importante para a família organizar seus compromissos e, especialmente, para a inserção da mulher no mercado de trabalho, além de ser determinante para o desenvolvimento integral das crianças. A Tabela 42 fornece algumas informações a respeito.

Das crianças que freqüentam pré-escola, 54,7% nela permanecem até 4 horas diárias, 22,8% entre 5 e 6 horas e 22,5%, 7 horas ou mais.

**Tabela 42**  
Distribuição dos Indivíduos de 0 a 6 Anos de Idade, que Frequentam Pré-Escola, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Tempo de Permanência na Pré-Escola  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Em porcentagem

Tempo de Permanência na Pré-Escola (Em horas)	Distribuição dos Indivíduos de 0 a 6 Anos, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
Total	100,0	44,7	24,8	30,5
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 4	54,7	57,3	49,5	55,1
5 a 6	22,8	16,1	29,2	27,5
7 ou Mais	22,5	26,6	21,3	17,4

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

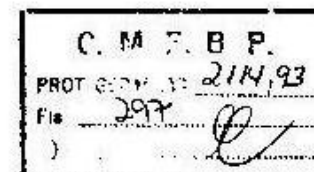
Nota: Coeficiente de Cramer = 11,2%.

Não se notam diferenças muito expressivas quanto ao tempo de permanência das crianças na pré-escola para os diferentes níveis de instrução familiar. Há uma pequena predominância de crianças pertencentes a famílias precárias que permanecem 7 horas ou mais, quando comparadas com aquelas de famílias com níveis de instrução mais elevados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados neste trabalho destacam aspectos de importância para a caracterização das famílias mais expostas à pobreza, em decorrência da sua condição de precariedade educacional, alguns dos quais apontados a seguir:

- Do conjunto das famílias pesquisadas na RMSF, mais da metade (54,8%) apresenta nível de instrução precário. A parcela com nível de instrução não-precário corresponde a 22,2%, semelhante àquela que possui nível de instrução intermediário (23%).
- Do total de famílias potencialmente pobres, 27,8% - o equivalente a 15,2% do total de famílias da região - encontram-se em situação de pobreza educacional que pode ser considerada mais estrutural ou permanente, pois todos os seus componentes possuem nível de instrução precário, reproduzindo, portanto, a situação educacional do chefe da família (três anos de escolaridade, no máximo).
- Por outro lado, entre as demais famílias com nível de instrução precário - excetuando-se, portanto, aquelas referidas no item anterior -, observou-se que 32,3% passam por um processo de melhora educacional, ou seja, o segundo membro da família selecionado possui nível educacional superior ao do seu chefe.



**Tabela 1**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo  
Posição na Família do Membro de Maior Instrução  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Posição na Família do Membro de Maior Instrução	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Interme- diário	Não- Precário
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Cônjuge	66,5	69,7	59,2	67,0
Filho	23,5	19,9	30,5	24,4
Demais	10,0	10,4	10,3	8,6

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 8,1%.

**Tabela 2**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo  
Sexo do Chefe de Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Sexo do Chefe	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Interme- diário	Não- Precário
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Masculino	80,8	78,8	83,4	83,0
Feminino	19,2	21,2	16,6	17,0

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 5,6%.

Quando se considera o segundo membro (Tabela 3), verifica-se o contrário: é expressivamente mais elevada a proporção de famílias cujo segundo membro mais instruído é do sexo feminino, fato esperado uma vez que este indivíduo é, predominantemente, cônjuge.

Nota-se que entre as famílias intermediárias há uma participação ligeiramente mais elevada daquelas cujo segundo membro é do sexo masculino, o que provavelmente está relacionado ao fato de que nestas famílias este indivíduo é geralmente um filho, como já apontado.

Em relação à idade, o próprio critério utilizado para a escolha dos membros classificatórios das famílias implica a predominância de pessoas em faixas etárias mais elevadas.

**Tabela 3**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo  
Sexo do Segundo Membro da Família Selecionado  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Sexo do Segundo Membro	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Interme- diário	Não- Precário
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Masculino	17,3	17,0	20,6	14,6
Feminino	82,7	83,0	79,4	85,4

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 5,5%.

C. M. F. B. P.	
PROT. GERAL Nº	2114,93
Fia	298
*)	



No que diz respeito ao chefe (Tabela 4), na grande maioria das famílias (67,9%) possui idade igual ou maior que 36 anos, e em 27,3% destas, sua idade varia de 25 a 35 anos. Chefiadas por pessoas com até 25 anos, há apenas 4,8% das famílias pesquisadas.

Esta distribuição altera-se ligeiramente por nível de instrução familiar: há uma proporção um pouco mais elevada de famílias cujos chefes têm mais de 35 anos entre aquelas com nível de instrução precário (71,7%), quando comparadas com as demais.

**Tabela 4**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Faixa Etária do Chefe de Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Faixa Etária do Chefe (Em anos)	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 24	4,8	4,8	6,9	2,6
25 a 35	27,3	23,5	30,7	33,3
36 ou Mais	67,9	71,7	62,4	64,1

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 8,3%.

Entre as de nível intermediário encontram-se o menor percentual de famílias com chefes nesta faixa etária (62,4%) e o maior de chefes mais jovens (6,9%). Já entre as não-precárias há menor participação das que possuem chefes mais jovens (2,6%) e maior daquelas cujo chefe tem de 25 a 35 anos (33,3%). Estas informações parecem indicar que o fato de as famílias serem chefiadas por pessoas nas faixas etárias extremas pesa-lhes desfa-

voravelmente na mensuração de seu nível de instrução. O baixo coeficiente de Cramer (8,3%) encontrado, porém, relativiza esta afirmação.

A Tabela 5 mostra que o percentual de famílias em que o segundo membro tem mais de 35 anos de idade (36,6%) é sensivelmente inferior ao das famílias cujo chefe está nesta faixa etária (67,9%), o que decorre do fato de este componente ser, basicamente, cônjuge ou filho. Por este mesmo motivo, é elevada a representatividade das famílias cujo segundo membro possui idade inferior a 25 anos.

**Tabela 5**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Faixa Etária do Segundo Membro da Família Selecionado  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Faixa Etária do Segundo Membro (Em anos)	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 24	24,2	22,2	33,4	16,4
25 a 35	39,2	35,1	39,2	48,8
36 ou Mais	36,6	41,7	27,4	34,8

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 12,5%.

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL 13 2114 193  
Fls 299  
)

Tal como no caso dos chefes, observa-se alguma relação, embora pequena, entre a idade do segundo componente e o nível de instrução da família. Também aqui, as famílias em que há uma forte presença deste indivíduo em faixas etárias extremas foram classificadas em níveis de instrução precário ou intermediário.

A preponderância de famílias chefiadas por migrantes fica manifesta na Tabela 6. Nota-se também uma relação relativamente forte (coeficiente de Cramer = 25,9%) entre este atributo do chefe e o nível de instrução familiar. Há uma tendência clara de redução do percentual de famílias chefiadas por migrantes à medida que se eleva o nível de instrução familiar.

**Tabela 6**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Condição de Migração do Chefe de Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Condição de Migração do Chefe	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar			
	Em porcentagem			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Migrante	69,4	79,6	63,2	50,8
Não-Migrante	30,6	20,4	36,8	49,2

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 25,9%.

A Tabela 7 mostra que também há uma relação importante entre o nível de instrução familiar e a condição de migração do segundo membro considerado, tal como apontado para o caso do chefe de família.

**Tabela 7**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Condição de Migração do Segundo Membro da Família Selecionada  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Condição de Migração do Segundo Membro	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar			
	Em porcentagem			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Migrante	57,3	69,6	48,4	37,5
Não-Migrante	42,7	30,4	51,6	62,5

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 27,7%.

Outro ponto pesquisado diz respeito à cor dos membros da família selecionados para sua classificação. A Tabela 8 mostra que há uma relação considerável (coeficiente de Cramer = 17,7%) entre o nível de instrução da família e a cor de seu chefe. Enquanto há 24,2% de famílias chefiadas por pessoas de cor negra ou parda entre as classificadas como possuidoras de nível de instrução não-precário, foram registradas apenas 8,8% cujos chefes têm este atributo. Para as famílias com chefe de cor branca ou amarela, a situação é inversa: sua participação aumenta entre as que possuem nível de instrução mais elevado.

C. M. F. B. P.	
PROT. GEN. 17	214 193
Fis	300
a)	

**Tabela 8**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo  
Cor do Chefe de Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Cor do Chefe	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Branca	73,7	67,5	77,1	85,4
Negra/Parda	24,2	31,8	21,1	8,8
Amarela	2,1	0,7	1,8	5,8

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 17,7%.

Estes mesmos comentários valem para a distribuição das famílias segundo a cor do segundo membro selecionado (Tabela 9), ou seja, as famílias em que este indivíduo é de cor negra ou parda tendem a estar mais mal classificadas que as demais.

**Tabela 9**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo  
Cor do Segundo Membro da Família Selecionado  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Cor do Segundo Membro	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Branca	75,2	68,9	78,5	86,4
Negra/Parda	22,8	30,4	19,5	8,4
Amarela	2,0	0,7	2,0	5,2

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 17,0%.

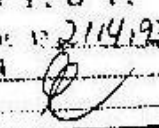
Para finalizar, observe-se a condição de atividade dos dois membros familiares em estudo. Como se pode observar na Tabela 10, há uma pequena relação entre o nível de instrução da família e a condição de atividade de seu chefe.

**Tabela 10**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo  
Condição de Atividade do Chefe de Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Condição de Atividade do Chefe	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Desempregado	4,1	5,0	3,5	2,5
Ocupado	76,2	72,8	78,3	82,1
Inativo	19,7	22,2	18,2	15,4

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 6,6%.

Nas famílias consideradas de nível de instrução precário, há uma participação ligeiramente maior daquelas chefiadas por pessoas desempregadas ou inativas. O percentual de famílias cujo chefe encontra-se numa destas situações declina à medida que se amplia seu nível de instrução.

C. M. F. B. P.	
PROT. GEN. Nº	2114/93
Fis.	301
	

Quando se analisa a distribuição das famílias segundo a condição de atividade do segundo membro selecionado (Tabela 11), nota-se, desde logo, um crescimento significativo daquelas cujo segundo membro é inativo, para todos os níveis de instrução, em relação às informações da Tabela 10. Este fato era esperado, uma vez que parte expressiva destes indivíduos, como já se demonstrou, constitui-se de cônjuges, cuja taxa de participação é bastante inferior à dos chefes de família.

**Tabela 11**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Condição de Atividade do Segundo Membro da Família Selecionado Região Metropolitana de São Paulo 1990

Condição de Atividade do Segundo Membro	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar			
	Em porcentagem			
	Total	Precário	Intermediário	Não-Precário
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Desempregado	5,2	5,3	6,8	3,1
Ocupado	47,8	42,4	50,5	57,5
Inativo	47,0	52,3	42,7	39,4

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

Nota: Coeficiente de Cramer = 9,4%.

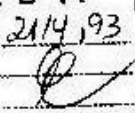
A despeito desta particularidade, verifica-se, também neste caso, uma relação entre o nível de instrução familiar e a condição de inserção no mercado de trabalho do segundo membro selecionado, muito semelhante à observada para o chefe de família.

As informações deste Anexo permitem conhecer, de forma geral, algumas características das famílias com diferentes níveis de instrução. Destacam-se aqui as referentes às famílias com nível de instrução precário: numa proporção relativamente elevada, o cônjuge é o membro mais instruído, desconsiderando-se o chefe; há um percentual mais elevado de famílias chefiadas por mulheres; é maior a proporção de famílias cujos membros analisados encontram-se em faixas etárias mais elevadas; há um percentual expressivamente mais elevado de famílias cujos membros selecionados são migrantes; é mais significativa a participação de famílias cujos membros analisados são de cor negra ou parda; há uma maior proporção de famílias cujos chefes estão desempregados e daquelas em que os membros selecionados são inativos.

Estas mesmas informações também permitem verificar a influência de alguns atributos pessoais dos membros da família selecionados sobre a classificação obtida. Como se viu, a associação entre a escala adotada e os atributos pessoais dos membros da família utilizados em sua construção é muito pequena, salvo nos casos da condição de migração e, em menor medida, da cor dos seus membros.

Evidentemente, o grau de escolaridade destes indivíduos está estreitamente associado com a classificação das famílias (coeficiente de Cramer próximo a 70%), como se pode ver pelas Tabelas 12 e 13.

Note-se que as informações que constam nestas tabelas também indicam o maior nível de escolaridade adquirido pelo segundo membro selecionado em relação ao chefe da família.

C. M. F. B. P.	
PROT. GEN. Nº	2114/93
FIL	302
	

**Tabela 1**  
 Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Condição de Migração do Chefe de Família  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1990

Condição de Migração do Chefe	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar							Em porcentagem
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto	
Total	100,0	15,2	39,6	23,0	10,7	5,2	6,3	
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Migrante	69,4	87,3	76,6	63,2	51,9	51,9	47,9	
Não-Migrante	30,6	12,7	23,4	36,8	48,1	48,1	52,1	

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
 Nota: Coeficiente de Gostar = 27,1%.

PROT. OFIC. Nº 2119/1993  
 Fls. 803  
 C. M. F. B. P.  
 [Assinatura]

**Tabela 2**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Cor do Chefe de Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

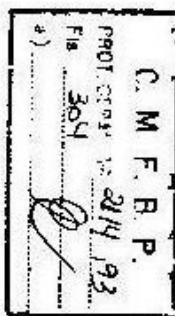
Cor do Chefe	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar							Em porcentagem
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto	
Total	100,0	15,2	39,6	23,0	10,7	5,2	6,3	
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Branca	73,8	64,4	68,8	77,1	82,4	84,7	91,1	
Negra/Parda	24,2	35,2	30,4	21,1	13,3	6,8	3,0	
Amarela	2,0	0,4	0,8	17,8	4,3	8,5	5,9	

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Gini = 18,6%.

**Tabela 3**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar,  
Segundo Ciclo de Vida  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Ciclo de Vida da Família	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar							Em porcentagem
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto	
Total	100,0	15,2	39,4	23,1	10,7	5,3	6,3	
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Jovem	34,8	20,1	35,6	39,3	38,4	34,0	43,5	
Adulta	36,2	37,8	36,9	35,6	33,7	37,2	33,2	
Velha	29,0	42,1	27,5	25,1	27,9	28,8	23,3	

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Gini = 11,0%.



**Tabela 4**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar,  
Segundo Tipo de Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Tipo de Família	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar						
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>15,2</b>	<b>39,6</b>	<b>23,0</b>	<b>10,7</b>	<b>5,2</b>	<b>6,3</b>
<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Nuclear	12,2	20,2	11,7	8,3	11,0	10,5	13,1
Nuclear Completa	63,7	44,5	65,3	71,2	64,5	72,4	63,2
Quebrada	13,1	13,5	14,0	14,3	12,7	8,0	6,3
Grupo Familiar	4,2	4,4	3,8	3,5	4,3	9,1	5,3
Unipessoal	6,8	17,4	5,2	2,7	7,5	0,0	12,1

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 13,1%.

**Tabela 5**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Número de Componentes  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Número de Componentes	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar						
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>15,2</b>	<b>39,6</b>	<b>23,0</b>	<b>10,7</b>	<b>5,2</b>	<b>6,3</b>
<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Até 4	67,6	74,5	60,9	65,7	74,8	77,5	79,9
5 a 6	25,3	19,2	29,2	26,7	21,6	21,2	19,5
7 ou Mais	7,1	6,3	9,9	7,6	3,6	1,3	0,6

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 11,4%.

4)  
PROJ. ORÇAM. Nº 2114/93  
FIB 305  
C. M. F. R. P.  
21/11/93

**Tabela 6**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Tipo de Moradia  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

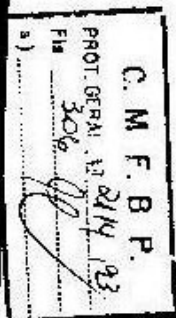
Tipo de Moradia	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar							Em porcentagem
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto	
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>15,2</b>	<b>39,6</b>	<b>23,0</b>	<b>10,7</b>	<b>5,2</b>	<b>6,3</b>	
<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	
Barraco ou Favela	4,4	9,5	5,5	3,1	0,2	0,1	0,0	
Cortiço	6,5	11,3	9,1	4,4	0,9	0,7	0,0	
Casa de Alvenaria	77,3	76,8	79,9	82,3	74,2	74,9	51,8	
Apartamentos	11,6	2,0	5,4	9,9	24,7	24,3	47,3	
Outros	0,2	0,4	0,1	0,3	0,0	0,0	0,9	

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 18,5%.

**Tabela 7**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Número de Cômodos na Moradia  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Número de Cômodos	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar							Em porcentagem
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto	
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>15,2</b>	<b>39,6</b>	<b>23,0</b>	<b>10,7</b>	<b>5,2</b>	<b>6,3</b>	
<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	
Até 3	23,1	40,8	29,7	16,9	8,6	1,3	4,1	
4 ou Mais	76,9	59,2	70,3	83,1	91,4	98,7	95,6	

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 28,3%.





**Tabela 8**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Utilização,  
nos Domicílios, de Cômodos para Dormir  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Cômodos para Dormir	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar						Em porcentagem
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>15,2</b>	<b>39,6</b>	<b>23,0</b>	<b>10,7</b>	<b>5,2</b>	<b>6,3</b>
<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Igual ou Inferior ao Nº de Quartos	89,0	90,5	85,9	86,9	95,6	94,0	97,0
Superior ao Nº de Quartos	11,0	9,5	14,1	13,1	4,1	6,0	3,0

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 12,4%.

**Tabela 9**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Nível de Acesso  
a Bens de Consumo Duráveis  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Nível de Acesso a Bens	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar						Em porcentagem
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>15,2</b>	<b>39,6</b>	<b>23,0</b>	<b>10,7</b>	<b>5,2</b>	<b>6,3</b>
<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Baixo	20,9	46,3	26,3	11,1	5,0	0,0	6,1
Médio	31,7	37,5	41,5	29,6	15,9	11,1	7,5
Alto	47,4	16,2	32,2	59,3	79,1	88,9	86,4

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 35,6%.

C. M. F. B. P.  
PROT. GEPAL. N.º 21/14.93  
Fis. 207

**Tabela 10**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Condição de Acesso a Convênios Médicos de Pré-Pagamento Região Metropolitana de São Paulo 1990

Acesso a Convênios Médicos	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar						Em porcentagem
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>15,1</b>	<b>39,7</b>	<b>23,0</b>	<b>10,7</b>	<b>5,2</b>	<b>6,3</b>
<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Não Possui	45,4	69,1	54,1	33,4	26,5	30,4	21,8
Possui	54,6	30,9	45,9	66,6	73,5	69,6	78,2

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 30,7%.

**Tabela 11**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Condição de Recebimento de Ajuda de Terceiros Região Metropolitana de São Paulo 1990

Condição de Recebimento de Ajuda	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar						Em porcentagem
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>15,2</b>	<b>39,6</b>	<b>23,0</b>	<b>10,7</b>	<b>5,2</b>	<b>6,3</b>
<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Recebe	6,4	14,4	6,7	3,7	3,6	3,4	2,1
Não Recebe	93,6	85,6	93,3	96,3	96,4	96,6	97,9

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 15,3%.

C. M. E. B. P.  
PROT. G. C. M. 11. 24/14. 93  
Fls. 30X  
2)

Tabela 12

Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Faixas de Renda Familiar per Capita  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Faixas de Renda Familiar per Capita (Em salários mínimos) (1)	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar						
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto
Total	100,0	15,1	39,8	22,9	10,6	5,3	6,3
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 0,5	4,7	12,6	5,6	2,1	0,7	0,0	0,0
De 0,5 a 1,0	12,9	27,3	17,4	7,2	1,0	1,4	0,0
Mais de 1,0 a 2,0	27,2	36,0	36,1	24,4	10,8	8,0	3,8
Mais de 2,0 a 3,0	18,3	13,6	21,0	23,9	14,8	8,1	7,7
Mais de 3,0 a 5,0	17,6	5,3	14,1	26,8	30,5	26,1	7,8
Mais de 5,0 a 10,0	13,1	4,2	5,1	13,4	30,3	33,0	37,3
Mais de 10,0	6,2	1,0	0,7	2,2	11,9	23,4	43,4

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

(1) Salário mínimo de junho de 1990 = Cr\$ 3.857,76.

Nota: Coeficiente de Cruser = 31,6%.

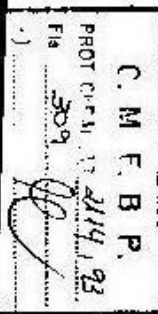
Tabela 13

Renda Familiar per Capita, Segundo Nível de Instrução Familiar  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Nível de Instrução familiar	Em salários mínimos (1)	
	Total	Renda Familiar per Capita
Total		3,5
Muito Baixo		1,8
Baixo		2,2
Intermediário Baixo		3,3
Intermediário Alto		5,5
Alto		7,7
Muito Alto		10,6

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

(1) Salário mínimo de junho de 1990 = Cr\$ 3.857,76.



**Tabela 14**  
Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Qualidade de Inserção no Mercado de Trabalho  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Qualidade de Inserção no Mercado de Trabalho	Distribuição das Famílias, por Nível de Instrução Familiar							Em porcentagem
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto	
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>14,1</b>	<b>40,0</b>	<b>23,5</b>	<b>11,0</b>	<b>5,2</b>	<b>6,2</b>	
<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	
Vulnerável	36,2	63,4	42,9	27,8	21,9	9,7	10,1	
Intermediário	14,5	12,3	16,0	17,0	12,1	17,4	2,5	
Não-Vulnerável	49,3	24,3	41,1	55,2	66,0	72,9	87,4	

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Gower = 25,6%.

**Tabela 15**  
Distribuição dos Indivíduos, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Posição na Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Posição na Família	Distribuição dos Indivíduos, por Nível de Instrução Familiar							Em porcentagem
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto	
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>13,1</b>	<b>42,4</b>	<b>24,3</b>	<b>9,9</b>	<b>5,0</b>	<b>5,3</b>	
<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	
Chefe	26,1	30,4	24,3	24,7	28,1	27,1	30,7	
Cônjuge	19,8	19,6	18,8	19,6	21,3	22,5	23,4	
Filho	45,9	43,9	47,9	46,6	43,9	40,7	40,8	
Outra	8,2	6,1	9,0	9,1	6,7	9,7	5,1	

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Gower = 4,7%.



**Tabela 16**  
 Distribuição dos Indivíduos, por Nível de Instrução Familiar, Segundo  
 Faixa Etária  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1990

Faixa Etária (Em anos)	Distribuição dos Indivíduos, por Nível de Instrução Familiar							Em porcentagem
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto	
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>13,0</b>	<b>42,2</b>	<b>24,3</b>	<b>10,0</b>	<b>5,0</b>	<b>5,5</b>	
<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	
0 - 6	14,5	13,0	15,2	14,7	13,2	13,3	15,1	
7 - 14	17,0	21,0	18,5	15,1	13,5	14,2	14,1	
15 - 17	5,7	7,4	6,7	5,0	3,8	3,9	2,0	
18 - 24	12,1	6,5	12,3	16,3	12,5	9,2	8,3	
25 - 35	19,0	11,8	17,8	20,1	25,7	21,1	26,2	
36 - 49	16,7	18,2	15,9	15,6	15,8	20,6	21,5	
50 - 69	12,0	16,0	10,9	11,2	13,5	13,3	10,4	
70 ou Mais	3,0	6,1	2,7	2,0	2,0	4,4	2,4	

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
 Nota: Coeficiente de Cramer = 6,3%.

**Tabela 17**  
 Distribuição dos Indivíduos de 7 Anos ou Mais, por Nível de Instrução  
 Familiar, Segundo Anos de Escolaridade  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1990

Familiar Anos de Escolaridade	Distribuição dos Indivíduos de 7 Anos ou Mais, por Nível de Instrução							Em porcentagem
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto	
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>13,2</b>	<b>41,9</b>	<b>24,1</b>	<b>10,2</b>	<b>5,2</b>	<b>5,4</b>	
<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	
0 - 3	33,1	82,7	35,8	18,9	14,4	11,4	11,8	
4 - 7	36,9	13,0	55,5	35,2	21,5	14,1	9,9	
8 - 10	14,8	3,3	7,4	34,5	17,1	18,3	4,8	
11	8,3	0,4	0,6	10,6	35,0	24,4	10,4	
12 ou Mais	6,9	0,6	0,7	0,8	12,0	31,8	63,1	

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
 Nota: Coeficiente de Cramer = 45,0%.

PPOT 311  
 C. M. F. R. P.  
 21/4/93

**Tabela 18**  
Distribuição dos Indivíduos de 7 Anos ou Mais que Não Frequentam o 1º Grau, por Nível de Instrução Familiar,  
Segundo Motivo da Não-Frequência  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Motivo da Não-Frequência	Distribuição dos Indivíduos de 7 Anos ou Mais, por Nível de Instrução Familiar						Em porcentagem
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>12,4</b>	<b>41,0</b>	<b>24,8</b>	<b>10,9</b>	<b>5,4</b>	<b>5,5</b>
<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Concluiu	38,7	5,8	11,5	58,0	78,2	91,5	97,4
Abandonou	50,8	57,3	77,3	38,1	19,6	7,1	1,7
Nunca Frequentou	10,5	36,9	11,2	3,9	2,2	1,4	0,9

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 50,6%.

**Tabela 19**  
Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Grau Frequentado  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Grau Frequentado	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar						Em porcentagem
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>14,3</b>	<b>41,7</b>	<b>23,5</b>	<b>9,5</b>	<b>5,1</b>	<b>5,9</b>
<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Pré-Escola	14,8	9,7	12,7	15,4	18,3	25,2	24,7
1º Grau	69,5	79,4	75,4	67,2	56,3	51,8	49,7
2º Grau	9,8	8,3	8,5	12,0	12,8	11,7	6,9
3º Grau	5,9	2,6	3,4	5,4	12,6	11,3	18,7

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 14,3%.

PROT. 312/93  
C. M. F. P. P.

**Tabela 20**  
Distribuição dos Estudantes de 1º Grau, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Tipo de Escola Frequentada  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Tipo de Escola	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar							Em porcentagem
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto	
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>16,1</b>	<b>45,7</b>	<b>22,2</b>	<b>7,9</b>	<b>3,9</b>	<b>4,2</b>	
<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	
Particular	12,1	2,0	3,2	9,5	36,4	62,1	68,7	
Pública	87,9	98,0	96,8	90,5	63,6	37,9	31,3	

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 56,1%.

**Tabela 21**  
Distribuição dos Estudantes da 5ª à 8ª Série do 1º Grau, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Período Frequentado  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Período Frequentado	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar							Em porcentagem
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto	
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>14,1</b>	<b>45,0</b>	<b>23,6</b>	<b>8,4</b>	<b>4,6</b>	<b>4,3</b>	
<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	
Diurno	71,2	65,9	63,9	74,0	84,5	94,3	97,0	
Noturno	28,8	34,1	36,1	26,0	15,5	5,5	2,1	

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 22,1%.

C. M. E. D. P.  
PROT. SEADE 11.2114/93  
Pa 313  
107

**Tabela 22**  
Distribuição dos Estudantes da 5ª à 8ª Série do 1º Grau na Rede Pública, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Período Frequentado  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

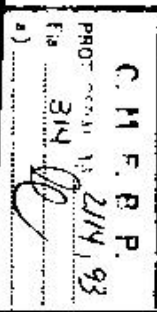
Período Frequentado	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar						
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto
Total	100,0	15,6	49,0	24,5	6,3	2,4	2,2
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Diurno	68,3	65,2	63,1	72,9	77,9	88,0	100,0
Noturno	31,7	34,8	36,9	27,1	22,1	12,0	0,0

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 16,3%.

**Tabela 23**  
Distribuição dos Estudantes de 1º Grau, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Condição de Reprovação  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Condição de Reprovação	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar						
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto
Total	100,0	16,1	45,7	22,1	7,9	4,0	4,2
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Reprovado	40,6	47,4	47,2	35,6	28,4	21,7	10,4
Não-Reprovado	59,4	52,6	52,8	64,4	71,6	78,3	89,6

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 20,1%.





**Tabela 24**  
 Distribuição dos Estudantes de 1º Grau na Rede Pública, por Nível de Instrução Familiar,  
 Segundo Condição de Reprovação  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1990

Em porcentagem

Condição de Reprovação	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar						
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto
Total	100,0	18,0	50,4	22,7	5,7	1,7	1,5
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Reprovado	44,0	48,1	47,3	37,4	37,3	32,4	21,2
Não-Reprovado	56,0	51,9	52,7	62,6	62,7	67,6	78,8

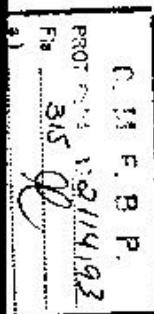
Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
 Nota: Coeficiente de Cramer = 11,3%.

**Tabela 25**  
 Distribuição dos Estudantes de 1º Grau na Rede Privada,  
 por Nível de Instrução Familiar, Segundo Condição de Reprovação  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1990

Em porcentagem

Condição de Reprovação	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar						
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto
Total	100,0	2,6	12,0	17,5	23,7	20,2	24,0
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Reprovado	16,4	12,5	44,1	18,9	12,9	15,2	5,5
Não-Reprovado	83,6	87,5	55,9	81,1	87,1	84,8	94,5

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
 Nota: Coeficiente de Cramer = 30,3%.



**Tabela 26**  
 Distribuição dos Estudantes da 5ª à 8ª Série do 1º Grau na Rede Pública em Período Diurno,  
 por Nível de Instrução Familiar, Segundo Condição de Reprovação  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1990

Condição de Reprovação	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar						Em porcentagem
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>15,0</b>	<b>45,5</b>	<b>26,9</b>	<b>7,2</b>	<b>3,1</b>	<b>3,3</b>
<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Reprovado	48,3	59,0	49,6	40,4	60,0	34,6	27,3
Não-Reprovado	51,7	41,0	50,4	59,6	40,0	65,4	72,7

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
 Nota: Coeficiente de Cramer = 16,1%.

**Tabela 27**  
 Distribuição dos Estudantes da 5ª à 8ª Série do 1º Grau na Rede Pública em Período Noturno,  
 por Nível de Instrução Familiar, Segundo Condição de Reprovação  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1990

Condição de Reprovação	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar						Em porcentagem
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>17,3</b>	<b>56,9</b>	<b>28,6</b>	<b>4,4</b>	<b>0,8</b>	<b>0,0</b>
<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>0,0</b>
Reprovado	74,2	65,9	75,8	78,4	50,0	100,0	0,0
Não-Reprovado	25,8	34,1	24,2	21,6	50,0	0,0	0,0

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
 Nota: Coeficiente de Cramer = 15,8%.

C. M. E. B. P.  
 PROT. GERAL Nº 2114/93  
 Fls. 316

**Tabela 28**  
Distribuição dos Estudantes de 1º Grau, por Nível de Instrução Familiar,  
Segundo Adequação Entre Idade e Série Frequentada  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

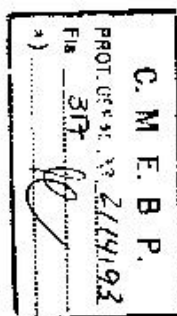
Adequação Entre Idade e Série	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar						
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>16,1</b>	<b>45,6</b>	<b>22,2</b>	<b>8,0</b>	<b>3,9</b>	<b>4,2</b>
<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Adiantado	14,7	9,5	11,1	17,2	25,6	29,0	23,5
Adequado	38,6	30,5	37,3	39,4	42,2	53,7	58,7
Defasado	46,7	60,0	51,6	43,4	32,2	17,3	17,8

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cruzes = 17,2%.

**Tabela 29**  
Distribuição dos Estudantes de 1º Grau, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Adequação Entre Idade e Série Frequentada  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Série	Adequação Entre Idade e Série	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar						
		Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto
1ª (1)	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>17,7</b>	<b>43,1</b>	<b>22,4</b>	<b>8,8</b>	<b>2,1</b>	<b>5,9</b>
	<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
	Adiantado	8,5	3,9	3,4	13,4	24,2	0,0	21,3
	Adequado	70,4	63,7	76,1	64,9	58,2	95,5	78,7
	Defasado	21,1	32,4	20,5	21,7	17,6	4,5	0,0
2ª (2)	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>17,7</b>	<b>46,7</b>	<b>20,8</b>	<b>7,3</b>	<b>3,7</b>	<b>3,8</b>
	<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
	Adiantado	17,2	11,7	13,8	20,3	33,7	27,2	26,3
	Adequado	41,6	32,9	41,2	43,1	45,5	61,0	53,1
	Defasado	41,2	55,4	45,0	36,6	20,8	11,8	20,6
5ª (3)	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>14,3</b>	<b>46,0</b>	<b>22,7</b>	<b>10,0</b>	<b>3,6</b>	<b>3,4</b>
	<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
	Adiantado	15,0	5,7	12,0	15,7	21,1	53,8	32,0
	Adequado	26,4	13,3	21,7	33,7	32,0	38,5	66,0
	Defasado	58,6	81,0	66,3	50,6	46,9	7,7	2,0

(Continua)



**Tabela 29**  
Distribuição dos Estudantes de 1ª Grau, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Adequação Entre Idade e Série Frequentada  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Série	Adequação Entre Idade e Série	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar						
		Total	Muito Baixo	Baixo	Interme- diário Baixo	Interme- diário Alto	Alto	Muito Alto
		Em porcentagem						
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>13,3</b>	<b>46,4</b>	<b>23,4</b>	<b>7,4</b>	<b>4,7</b>	<b>4,8</b>
6ª	<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
	Adiantado	12,0	8,5	8,1	14,5	16,7	32,7	20,4
7ª (4)	Adequado	28,1	19,1	23,6	34,0	37,2	32,6	50,5
	Defasado	59,9	72,4	68,3	51,5	46,1	34,7	29,1
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>15,9</b>	<b>39,9</b>	<b>25,5</b>	<b>8,3</b>	<b>6,1</b>	<b>4,3</b>
8ª (5)	<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
	Adiantado	14,3	12,6	12,3	16,6	18,3	15,4	10,8
	Adequado	31,2	21,5	32,4	17,0	38,0	67,3	64,9
	Defasado	54,5	65,9	55,3	66,4	43,7	17,3	24,3

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

(Conclusão)

- (1) Coeficiente de Cramer = 22,1%.  
 (2) Coeficiente de Cramer = 17,6%.  
 (3) Coeficiente de Cramer = 27,6%.  
 (4) Coeficiente de Cramer = 19,6%.  
 (5) Coeficiente de Cramer = 22,7%.

**Tabela 30**  
Distribuição dos Estudantes de 1ª Grau, por Nível de Instrução Familiar, Segundo Situação de Trabalho  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Situação de Trabalho	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar						
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto
	Em porcentagem						
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>16,1</b>	<b>45,6</b>	<b>22,2</b>	<b>7,9</b>	<b>3,9</b>	<b>4,3</b>
<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Trabalha Fora	10,0	13,4	11,7	9,1	5,1	2,3	0,9
Ajuda em Casa	31,4	35,5	33,5	32,0	17,0	23,7	24,4
Apenas Estuda	58,6	51,1	54,8	58,9	77,9	74,0	74,7

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
 Nota: Coeficiente de Cramer = 12,3%.

C. M. F. B. P.  
 PROT. GERAL Nº 2114/93  
 Fis. 318

**Tabela 31**  
 Distribuição dos Estudantes de 1º Grau na Rede Pública, por Nível de Instrução Familiar,  
 Segundo Situação de Trabalho  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1990

Em porcentagem

Situação de Trabalho	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar						
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto
Total	100,0	17,9	50,3	22,8	5,8	1,7	1,5
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Trabalha Fora	10,9	13,5	11,9	9,3	5,3	6,0	0,0
Ajuda em Casa	33,6	35,6	33,5	33,5	21,0	42,3	52,9
Apenas Estuda	55,5	50,9	54,6	57,2	73,7	51,7	47,1

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
 Nota: Coeficiente de Cramer = 8,8%.

**Tabela 32**  
 Distribuição dos Estudantes de 1º Grau que Trabalham Fora do Domicílio, por Nível de Instrução Familiar,  
 Segundo Horas Dedicadas ao Trabalho  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1990

Em porcentagem

Horas de Trabalho	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar						
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto
Total	100,0	21,6	52,8	20,3	4,0	0,9	0,4
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 4	8,9	6,1	10,1	9,0	0,0	0,0	100,0
4 a 6	14,6	13,1	9,9	25,0	22,5	44,4	0,0
6 a 8	43,4	46,7	44,5	38,5	50,0	55,6	0,0
Mais de 8	33,1	34,1	35,5	27,5	27,5	0,0	0,0

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
 Nota: Coeficiente de Cramer = 17,1%.

C. M. E. B. P.  
 PROT. Nº 319  
 21/4/93

**Tabela 33**  
 Distribuição dos Estudantes de 1º Grau que Trabalham no Domicílio, por Nível de Instrução Familiar,  
 Segundo Horas Dedicadas ao Trabalho  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1990

Horas de Trabalho	Distribuição dos Estudantes, por Nível de Instrução Familiar							Em porcentagem
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto	
Total	100,0	18,2	48,7	22,6	4,3	3,0	3,2	
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Até 4	79,9	84,8	76,4	79,4	77,8	96,8	96,0	
4 a 6	12,9	11,9	13,7	15,8	6,7	0,0	4,0	
6 a 8	5,3	1,6	7,9	4,4	3,6	2,2	0,0	
Mais de 8	1,9	1,7	2,0	0,4	11,9	1,0	0,0	

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
 Nota: Coeficiente de Cramer = 13,0%.

**Tabela 34**  
 Distribuição dos Indivíduos de 0 a 6 Anos de Idade, por Nível de Instrução Familiar,  
 Segundo Condição de Frequência à Pré-Escola  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1990

Condição de Frequência à Pré-Escola	Distribuição dos Indivíduos de 0 a 6 Anos, por Nível de Instrução Familiar							Em porcentagem
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto	
Total	100,0	11,7	44,4	24,6	9,0	4,6	5,7	
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Frequente	29,2	23,2	23,5	29,2	38,1	54,6	51,2	
Não Frequente	70,8	76,8	76,5	70,8	61,9	45,4	48,8	

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
 Nota: Coeficiente de Cramer = 20,0%.

C. M. F. B. P.  
 PROTOCOLO Nº 214/93  
 Fls. 320

**Tabela 35**  
 Distribuição dos Indivíduos de 0 a 6 Anos de Idade que Não Frequentam a Pré-Escola, por Nível de Instrução Familiar,  
 Segundo Motivo da Não-Frequência  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1990

Motivo da Não-Frequência	Distribuição dos Indivíduos de 0 a 6 Anos, por Nível de Instrução Familiar						
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto
Total	100,0	12,8	48,5	24,4	7,6	3,0	3,7
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Não Há Necessidade	76,3	58,7	71,9	85,9	89,8	91,8	91,4
Faltam Vagas	13,7	24,8	17,1	7,1	6,7	0,6	0,0
Outros	10,0	16,5	11,0	7,0	3,5	7,6	8,6

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
 Nota: Coeficiente de Cramer = 17,3%.

**Tabela 36**  
 Distribuição dos Indivíduos de 0 a 6 Anos de Idade que Não Frequentam a Pré-Escola, por Nível de Instrução Familiar,  
 Segundo Local Onde Normalmente Ficam  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1990

Local Onde Ficam	Distribuição dos Indivíduos de 0 a 6 Anos, por Nível de Instrução Familiar						
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto
Total	100,0	12,8	48,5	24,4	7,6	3,0	3,7
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Em Casa	94,8	93,3	96,4	93,9	90,6	89,9	95,9
Outra Casa	3,8	4,5	2,6	5,1	6,2	5,1	4,1
Outro Local	1,4	2,2	1,0	1,0	3,2	5,0	0,0

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
 Nota: Coeficiente de Cramer = 7,5%.

PROT. OFICIAL Nº 2119/93  
 Fls. 321  
 a)  
 C. M. E. B. P.

**Tabela 37**  
Distribuição dos Indivíduos de 0 a 6 Anos de Idade que Não Frequentam a Pré-Escola e Mantêm-se no Domicílio,  
por Nível de Instrução Familiar, Segundo Pessoa que os Guardam  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

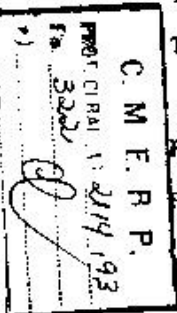
Pessoas que os Guardam	Distribuição dos Indivíduos de 0 a 6 Anos, por Nível de Instrução Familiar						
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>12,6</b>	<b>49,3</b>	<b>24,2</b>	<b>7,3</b>	<b>2,8</b>	<b>3,8</b>
<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Irmãos Menores ou Sozinhos	2,2	4,9	2,3	1,4	0,0	5,6	0,0
Pais ou Irmãos Maiores	85,6	85,2	88,6	83,7	86,0	79,0	65,1
Outros Parentes, Babá ou Empregada	12,2	9,9	9,1	14,9	14,0	15,4	34,9

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 13,0%.

**Tabela 38**  
Distribuição dos Indivíduos de 0 a 6 Anos de Idade que Frequentam Pré-Escola, por Nível de Instrução Familiar,  
Segundo Tipo de Pré-Escola  
Região Metropolitana de São Paulo  
1990

Tipo de Pré-Escola	Distribuição dos Indivíduos de 0 a 6 Anos, por Nível de Instrução Familiar						
	Total	Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Alto	Muito Alto
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>9,3</b>	<b>35,8</b>	<b>24,6</b>	<b>11,8</b>	<b>8,6</b>	<b>9,9</b>
<b>Total (coluna)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Particular	39,7	9,2	19,1	38,0	64,0	79,1	83,6
Pública	56,9	90,3	75,3	59,6	31,0	18,3	16,4
Outros	3,4	0,5	5,6	2,4	5,0	2,6	0,0

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
Nota: Coeficiente de Cramer = 37,2%.





**Tabela 39**  
 Distribuição dos Indivíduos de 0 a 6 Anos de Idade que Frequentam Pré-Escola, por Nível de Instrução Familiar,  
 Segundo Tempo de Permanência na Mesma  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1990

Tempo de Permanência (Em horas)	Total	Distribuição dos Indivíduos de 0 a 6 Anos, por Nível de Instrução Familiar						Em porcentagem	
		Muito Baixo		Baixo		Intermediário		Alto	
		Muito Baixo	Baixo	Intermediário Baixo	Intermediário Alto	Muito Alto	Alto		
Total	100,0	9,8	35,7	24,8	11,9	8,6	10,0		
Total (coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
Até 4	54,7	50,0	59,2	49,5	70,1	31,9	57,3		
5 a 6	22,8	14,1	16,5	29,2	15,7	45,0	26,3		
7 ou Mais	22,5	35,9	24,3	21,3	14,2	23,1	16,4		

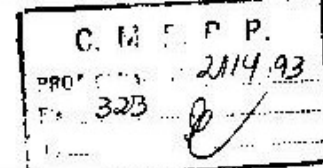
Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.  
 Nota: Coeficiente de Cronar = 18,0%.

## NOTAS METODOLÓGICAS

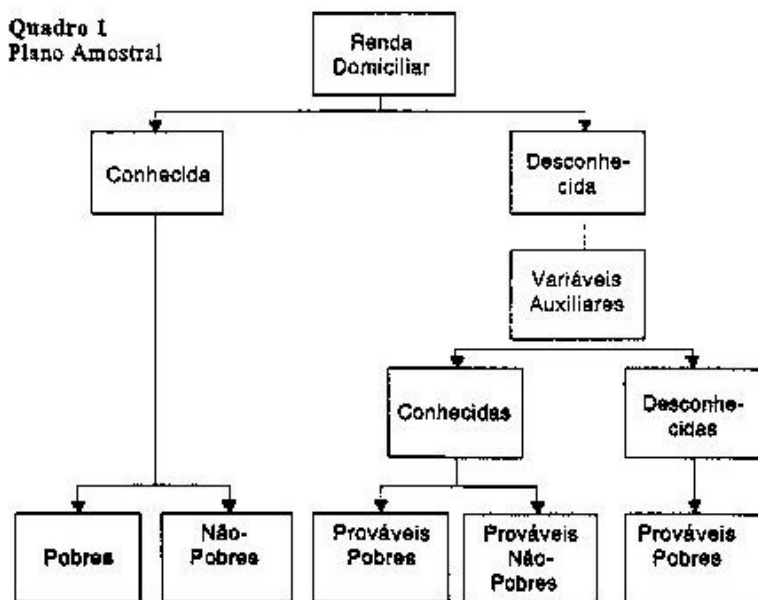
### Amostra

Os dados da Pesquisa de Condições de Vida - PCV foram obtidos através de amostra probabilística em duas etapas (*double sampling*): a primeira forneceu elementos para a estratificação da população da Região Metropolitana de São Paulo e a segunda sorteou uma subamostra desta para o levantamento das informações. Terminado o processo, foram sorteados, com probabilidades distintas, 6.497 dos 32.207 domicílios para os quais a Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED havia acumulado informações no ano de 1989.

Para efeitos do sorteio, tais domicílios foram previamente classificados como *pobres*, *prováveis pobres*, *não-pobres* ou *prováveis não-pobres* com base na renda domiciliar per capita ou variáveis dependentes desta, conforme esquema reproduzido no Quadro 1. A título de ilustração, foram classificadas como *pobres* as unidades amostrais com renda domiciliar per capita inferior ou igual a NCz\$ 70,00, ou 1,1 salário mínimo de abril de 1989, cujo valor era NCz\$ 63,90. O ponto de corte representava o terceiro decil da distribuição, correspondente aos 30% de renda mais baixa.



Quadro I  
Plano Amostral



	Estratos Amostrais				
	Total	Pobres	Prováveis Pobres	Prováveis Não-Pobres	Não-Pobres
<b>Primeira Etapa</b>					
Número de Domicílios	32.207	6.419	2.754	7.542	15.492
Porcentagem	100,0	19,9	8,6	23,4	48,1
<b>Amostra</b>					
Número de Domicílios	6.448	4.548	938	962	
Porcentagem	100,0	70,5	14,6	14,9	
Fração Amostral	-	1/2	1/8	1/16	
Fator de Ponderação	-	2	8	16	

### Coleta de dados

A coleta de dados da PCV foi realizada de junho a agosto de 1990, com a colaboração da Delegacia Regional do IBGE em São Paulo. Concluídos os trabalhos, foram obtidas informações válidas para 5.426 domicílios, correspondentes a 84% do programado. Como se pode ver no Quadro 2, recusas, domicílios fechados ou vagos foram os principais motivos da perda amostral, cujo índice foi semelhante ao da Pesquisa de Emprego e Desemprego. Ainda que não tenham sido observadas diferenças significativas em nenhum dos estratos amostrais, estas perdas foram superiores a 30% em sete distritos da Capital (Cerqueira César, Consolação, Jardim Paulista, Lapa, Perdizes, Pinheiros e Vila Madalena) e quatro municípios da Região Metropolitana (Arujá, Guararema, Mairiporã e Rio Grande da Serra).

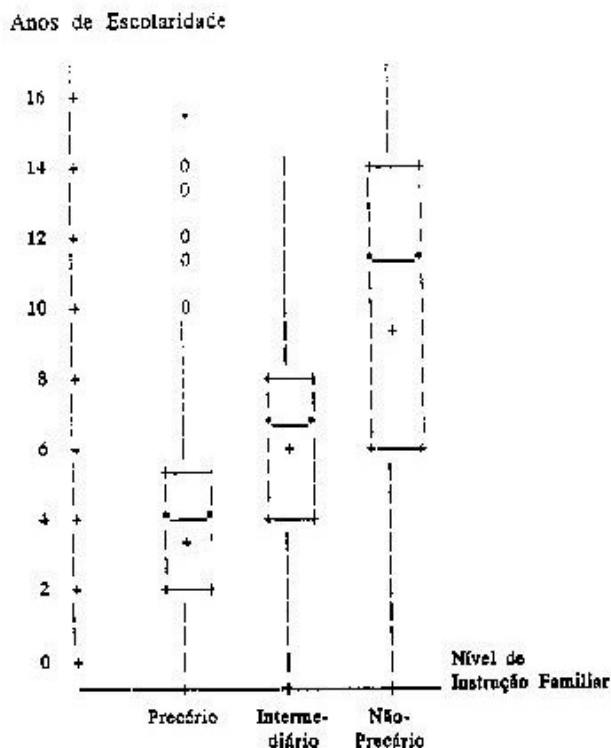
### Divulgação de resultados

Em razão da oscilação dos preços no período de levantamento dos dados, os valores monetários foram corrigidos para junho de 1990, com base no Índice de Custo de Vida - ICV do DIEESE. Além disso, como cada domicílio teve probabilidade distinta de seleção e, portanto, peso diferente na amostra, optou-se também por divulgar somente as frequências relativas, já ponderadas, das variáveis pesquisadas.

Quadro 2  
Desempenho da Amostra



**Quadro 5**  
**Box-Plot: Anos de Escolaridade dos Indivíduos de 7 Anos e Mais, Segundo Níveis de Instrução Familiar**



Estatísticas Descritivas	Nível de Instrução Familiar		
	Precário	Intermediário	Não-Precário
Máximo	15	14	17
Terceiro Quartil	5	8	14
Mediana	4	7	11
Primeiro Quartil	2	4	6
Mínimo	0	0	0
Média	3,5	6,2	9,7

### Coefficiente de associação

A PCV, para verificar a associação entre as variáveis estudadas, calculou diferentes medidas estatísticas e decidiu pela utilização do coeficiente de Cramer (*Cramer's V*), divulgando os valores percentuais obtidos para cada tabela publicada. Justifica-se a decisão o reconhecimento de que este coeficiente, ao contrário de outras medidas de associação estatística, assume valores comparáveis entre si que independem do número de linhas e colunas das tabelas.

### Definições operacionais

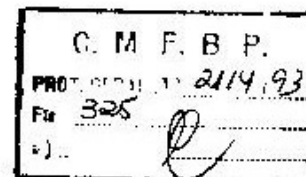
Considere uma tabela resultante do cruzamento de duas variáveis onde em cada coluna (ou linha) a soma das freqüências relativas das linhas (ou colunas) totaliza 100%. O coeficiente de Cramer mede o afastamento da distribuição de freqüência de cada coluna (ou linha) em relação à distribuição de freqüências dos totais das linhas (ou colunas), variando de zero a um.

**Quadro 6**  
**Coefficiente de Associação: V de Cramer**

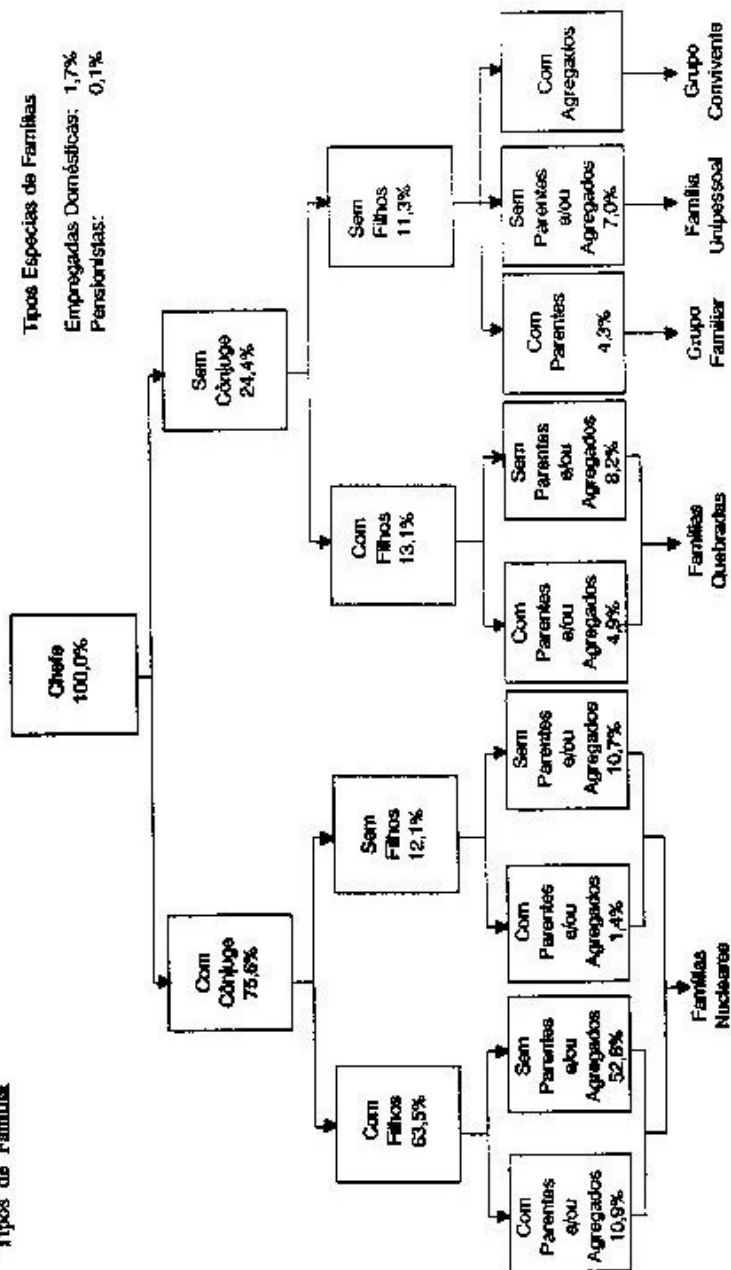
**Exemplo 1: Associação Entre as Variáveis**

Variável B (1)	Variável A		
	Total	A1	A2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
B1	26,0	69,9	0,0
B2	19,2	18,1	19,9
B3	28,9	9,2	40,5
B4	25,9	2,8	39,6

(1) Coeficiente de Cramer = 80%.



Quadro 8  
Tipos de Famílias



nucleares, que representam 75,6% do total, sendo que aproximadamente 70% delas são formadas exclusivamente por casais com filhos. As famílias quebradas, compostas pelo chefe com filhos, somam 8,2% do total. Quanto às famílias unipessoais, formadas somente pelo chefe, representam 7% da amostra.

### Renda familiar

A PCV, após analisar diferentes alternativas, decidiu utilizar a renda familiar per capita para traduzir as informações sobre renda. Maiores detalhes podem ser encontrados em publicação específica sobre os rendimentos levantados pela PCV.

### Definições operacionais

Na definição da PCV, a renda familiar per capita é o quociente entre a renda familiar total e o número de membros da família, expresso em múltiplos do salário mínimo vigente em junho de 1990, fixado em Cr\$ 3.857,76 (US\$ 67,46, no valor médio oficial do mesmo mês).

Na composição da renda familiar total, foram considerados os rendimentos provenientes das seguintes fontes: trabalho (salários e retiradas mensais), aposentadorias e pensões (alimentícias e previdenciárias), aluguéis (de casa ou apartamento, telefone, terreno e propriedade rural) e outros (seguro-desemprego, rendimento do último trabalho, auxílio-maternidade, auxílio-acidente de trabalho e auxílio-tratamento de saúde).

Foram excluídos aproximadamente 14% das famílias entrevistadas, por falta de informações ou de confiabilidade nas informações levantadas.

### Distribuição estatística

Estatísticas da distribuição da renda familiar per capita são mostradas no Quadro 9. O valor médio per capita, calculado para o conjunto das famílias da amostra, corresponde a 3,5 salários mínimos, variando entre o mínimo de 0,1 e o máximo de 49,9.

Quadro 9  
Renda Familiar per Capita: Distribuição Estatística

A- Histograma e Box-Plot  
Renda Familiar per Capita



B- Estatísticas Descritivas

Estatísticas	Total
Mínimo	0,1
Mediana	2,2
Máximo	49,9
Média	3,5
Desvio-Padrão	4,1

Ciclo de vida das famílias

A PCV, procurando dispor de uma medida capaz de identificar a "idade" relativa das famílias, construiu um índice de ciclo de vida que leva em conta o conjunto das idades dos indivíduos que integram o núcleo familiar propriamente dito - chefes, cônjuges e filhos. Do ponto de vista conceitual, a importância de um indicador desta natureza está na possibilidade de determinar o grau de juventude, maturidade ou velhice das famílias, atributo que influencia decisivamente a formação de perfis diferenciados de trabalho e consumo.

Definições operacionais

Os estudos sobre ciclo de vida tiveram início com o cálculo, para as famílias da PCV, do índice proposto por José Pastore (2). Analisados os resultados, concluiu-se que as famílias eram classificadas sobretudo em função da idade média dos filhos e da diferença entre as idades do cônjuge mais velho e do filho mais velho.

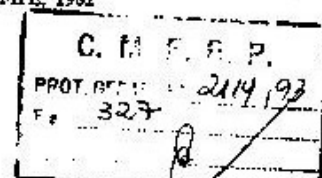
A consideração, conceitualmente pertinente, de que o ciclo de vida das famílias depende simultaneamente das idades dos cônjuges e dos filhos, levou à proposição de um novo indicador, que é o produto dos seguintes componentes: idade média dos cônjuges, idade média dos filhos e diferença entre as idades do cônjuge mais novo e do filho mais velho das famílias nucleares completas.

Devido à alta assimetria à direita apresentada pelo indicador de ciclo de vida familiar, usou-se o logaritmo da expressão para uma redefinição da escala.

O passo seguinte consistiu na identificação de pontos de corte apropriados para a classificação das famílias segundo os diferentes estágios do seu ciclo de vida e, portanto, do seu maior ou menor grau de juventude, maturidade ou velhice. Para atingir esse objetivo, foram utilizadas técnicas estatísticas multivariadas, com destaque para a análise de agrupamento (*cluster analysis*), que possibilitou a identificação de três tipos de famílias - jovens, adultas e velhas.

Consolidada a metodologia de construção do índice de ciclo de vida, o passo final consistiu na atribuição de valores para as famílias

(2) PASTORE, J. et alii. Mudança Social e Pobreza no Brasil 1970-80: O que ocorreu com a família brasileira? São Paulo, FIPE, 1982



cuja composição não permitia seu cálculo, em função da ausência de pelo menos um dos membros do núcleo familiar propriamente dito - cônjuges ou filhos.

Tal procedimento foi realizado com base na idade média das famílias compostas por casais com filhos, cujos valores foram ajustados através de regressão monotônica.

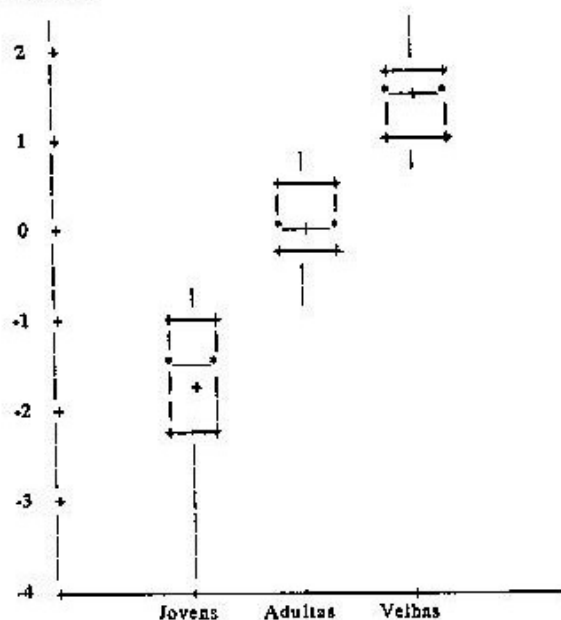
#### Distribuição estatística

As estatísticas descritivas da distribuição do índice de ciclo de vida familiar são mostradas no Quadro 10. O valor médio, calculado para o conjunto das famílias da amostra, corresponde a 1,4 ponto, variando entre o mínimo de -3,8 e o máximo de 2,3. A distribuição por tipos de famílias mostra haver predomínio de famílias adultas e jovens, que representam, respectivamente, 36,4% e 34,8% do total.

#### Quadro 10

Ciclo de Vida Familiar: Distribuição Estatística

##### A- Box-Plot



#### B- Distribuições Estatísticas

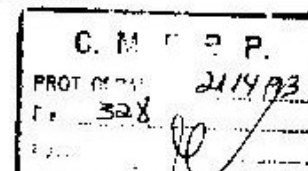
Valores	Total	Distribuição das Famílias, por Estágios do Ciclo de Vida		
		Jovens	Adultas	Velhas
Total de Famílias (%)	100,0	34,8	36,4	28,8
<b>Estatísticas Descritivas</b>				
Mínimo	-3,8	-3,8	-0,6	0,7
Mediana	-0,1	-1,6	0,1	1,4
Máximo	2,3	-0,6	0,7	2,3
Média	1,4	-1,7	0,1	1,4
Desvio Padrão	-0,2	0,8	0,4	0,4

#### Bens de consumo duráveis

A PCV, procurando dispor de uma medida indireta da renda familiar, indagou sobre a quantidade e a forma de aquisição dos seguintes bens duráveis: rádio, aparelho de som, televisor em branco e preto, televisor em cores, videocassete, geladeira, freezer, aspirador de pó e automóvel. Para resumir essas informações em um único indicador, criou um sistema de pontuação que classifica as famílias de acordo com o tipo e a quantidade de bens que possui.

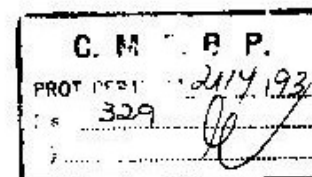
#### Definições operacionais

Ainda que a PCV tenha obtido informações sobre a quantidade dos bens investigados, optou-se pela utilização de escalas do tipo ordinal. Como a maioria dos bens tinha caráter complementar, procurou-se também reduzir o seu número, pela criação de indicadores sintéticos para televisores (branco e preto, em cores e videocassete), aparelhos de som (rádio e aparelho de som) e refrigeradores (geladeira e freezer).



**Quadro 13**  
**Bens de Consumo Duráveis: Frequência Relativa por Faixas de Bens**

Bens de Consumo Duráveis	Faixas de Pontuação			
	0-2	3-5	+5	Total
<b>Frequência Relativa</b>	20,9	31,7	47,4	100,0
<b>Aspirador de Pó</b>				
0 Não Tem	99,7	93,2	47,6	73,0
1 Tem	0,3	6,8	52,4	27,0
<b>Máquina de Lavar</b>				
0 Não Tem	99,0	82,9	25,2	59,0
1 Tem	1,0	17,1	74,8	41,0
<b>Geladeira e Freezer</b>				
0 Não Tem	39,0	5,9	0,5	10,2
1 Tem Geladeira	60,8	93,1	80,0	80,2
2 Tem Geladeira e Freezer	0,3	1,0	19,5	9,6
<b>Rádio e Aparelho de Som</b>				
0 Não Tem	31,6	7,6	0,8	9,4
0 Tem Rádio	66,4	41,8	11,0	32,4
2 Tem Aparelho de Som	2,0	49,2	63,1	45,9
3 Tem Mais de um Aparelho de Som	-	1,4	25,1	12,3
<b>TV e Videocassete</b>				
0 Não Tem	34,4	4,8	0,6	9,0
1 Tem TV em Preto e Branco	61,8	29,2	2,4	23,4
2 Tem TV em Cores	3,8	60,7	33,0	35,6
3 Tem Mais de uma TV	-	5,2	25,5	13,7
5 Tem TV e Videocassete	-	0,1	22,9	10,9
6 Tem Mais de uma TV e Videocassete	-	-	15,6	7,4
<b>Automóvel</b>				
0 Não Tem	99,5	89,6	32,6	64,6
2 Tem Um	0,5	10,4	54,3	29,1
5 Tem Dois	-	-	10,9	5,2
9 Tem Três ou Mais	-	-	2,2	1,1
<b>Renda Familiar per Capita</b>	1,7	2,3	5,2	3,5





PROT. GERAL Nº 760/94

Fls.

a)

**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA**

REQUERIMENTO nº 434/94

**ENCAMINHAMENTO:** à Agência da Receita Federal neste município.

**ASSUNTO:** pede informações sobre o valor do recolhimento mensal do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas dos anos de 1993 e 1994 em Bragança Paulista.

ENCAMINHE - SE  
Sala das Sessões, 03 de maio de 1994

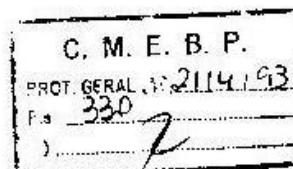
Presidente da Câmara Municipal

1. Para tomada de conhecimento e para utilização como base em estudos posteriores,
2. REQUEREMOS, na forma regimental seja encaminhada cópia da presente propositura ao Ilmo. Sr. Ernani Louzada Hartung Júnior, Agente em exercício da Receita Federal neste município, solicitando a gentileza de nos informar o valor do recolhimento mensal do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas dos anos de 1993 e 1994 em Bragança Paulista.

Sala das Sessões, 03 de maio de 1994

A.) PAULO MIGUEL ZENORINI

DEL/RR - REG. 433/94 - D - 1-





C.M.E.B.P.  
RECEBEM 13/6/94  
AS 16:30 HS  
DEA: *mar*

MINISTERIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
AGENCIA DA RECEITA FEDERAL EM BRAGANCA PAULISTA

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 760/94  
Fls. \_\_\_\_\_  
a) *mar*

OFICIO NR. 83340/BPA/039/94

BRAGANCA PAULISTA, 08 de Junho de 1994

**ENCAMINHE - SE**

Sala dos Serviços 14/6/94

AO  
Ilustríssimo Senhor  
MAURO BAUNA DEL ROIO  
Presidente da Câmara Municipal da Estância de Bragança Pta.

Sirvo-me do presente, para encaminhar resposta ao  
ofício nr. 760/94-PG nr. 760/94, desculpando-me pelo longo tempo  
para resposta que se fez necessário para levantamento das infor-  
mações solicitadas.

Informamos que a solicitação de V. Sas. foi enca-  
minhada para a Delegacia da Receita Federal em Campinas, após  
frustradas tentativas de levantamento de dados em nossa Agência.  
As dificuldades se devem ao fato de que, os nossos resultados de  
arrecadação abarcam conjuntamente 09 municípios, não havendo por-  
tanto apuração por município. Mesmo assim Vossa solicitação foi  
encaminhada na tentativa de uma solução.

Reiterando meus protestos de estima e considera-  
ção, firmo-me.

Atenciosamente,

ERNANI LOUZADA HARTUNG JUNIOR

CHEFE DA AGENCIA DA RECEITA FEDERAL EM BRAGANCA PAULISTA

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 2114/93  
Fls. 331  
*R*

ENCAMINHADO EM 14/6/94  
DOC. *Paulo Miguel*



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

C. M. E. B. P.  
 PROJ. GERAL Nº 09/94 31  
 Fls. 01  
 01

## FOLHA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROJETO DE Lei..... Nº 09 / 94

1ª VOTAÇÃO REALIZADA EM 09/03/94 na 6ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª VOTAÇÃO REALIZADA EM     /     /     na     SESSÃO     *significativa*

Quórum para  APROVAÇÃO    ( ) REJEIÇÃO  
 maioria simples  
( ) maioria absoluta  
( ) dois terços

ADALBERTO LETÍCIO ALESSANDRI  
ADÍLSON LEITÃO XAVIER  
AMAURI SODRÉ DA SILVA  
ANTÔNIO MONTEIRO  
ARNALDO CARVALHO PINTO  
GILBERTO ROMANI  
JOÃO AFONSO SOLIS  
JOÃO SOARES SOUZA LIMA  
JOSÉ BENEDITO OLIVEIRA  
JOSÉ EDUARDO SUPPIONI DE AGUIRRE  
JOSÉ JOZEFRA BERTO FREIRE  
JOSÉ SÉRGIO CONTI JÚNIOR  
LUIZ FRANCISCO VILLAÇA  
LUIZ GONZAGA SPERENDIO  
MAURO BAUNA DEL ROIO (SO DESEMPARADO)  
MIGUEL FRANCISCO LOPES  
PAULO MÁRIO ARRUDA VASCONCELOS  
PAULO MIGUEL ZENORINI  
RÉGIS LEMOS

PRIMEIRA VOTAÇÃO	SEGUNDA VOTAÇÃO
Sim ( ) Não (X)	Sim ( ) Não ( )
Sim ( ) Não (X)	Sim ( ) Não ( )
Sim ( ) Não (X)	Sim ( ) Não ( )
Sim ( ) Não (X)	Sim ( ) Não ( )
Sim ( ) Não (X)	Sim ( ) Não ( )
Sim (X) Não ( )	Sim ( ) Não ( )
Sim (X) Não ( )	Sim ( ) Não ( )
Sim (X) Não ( )	Sim ( ) Não ( )
Sim (X) Não ( )	Sim ( ) Não ( )
Sim ( ) Não (X)	Sim ( ) Não ( )
Sim ( ) Não (X)	Sim ( ) Não ( )
Sim ( ) Não ( )	Sim ( ) Não ( )
Sim ( ) Não (X)	Sim ( ) Não ( )
Sim (X) Não ( )	Sim ( ) Não ( )
Sim (X) Não ( )	Sim ( ) Não ( )
Sim (X) Não ( )	Sim ( ) Não ( )
Sim ( ) Não ( )	Sim ( ) Não ( )
Sim ( ) Não ( )	Sim ( ) Não ( )
Sim ( ) Não ( )	Sim ( ) Não ( )

CONTAGEM FINAL: 09 11  
DECISÃO DO PLENÁRIO: Rejeita todo por maioria

VISTO:     PRESIDENTE          1ª SECRETÁRIO          2ª SECRETÁRIO

C. M. E. B. P.  
PROJ. Nº 2114/94  
Fls. 332



C.M.E.B.P.  
 RECEBEM 01/3/94  
 AS 9:40  
 DEAC

C.M.E.B.P.  
 PROT. GERAL 2609

**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA**

**PROJETO DE LEI N° 09 /94**

Dispõe sobre modificação de dispositivo da Lei nº 2719, de 25 de agosto de 1.993, que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA APROVA E EU, JESUS ADIB ABI CHEDID, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI : -

Art. 1º - No inciso IV, do artigo 9º da Lei nº 2719, de 25 de agosto de 1.993, que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências, a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos atuais seis, passa para 7 ( sete ) o número de representantes de entidades não-governamentais.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Casa do Poder Legislativo, 01 de março de 1.994

*Paulo Miguel Zenorini*  
 a) PAULO MIGUEL ZENORINI  
Vereador - PT

AS Comissões de JUSTIÇA E FINANÇAS, COM. SOCIED. E ASSIST. SOCIAL  
 para os devidos fins  
 Data da emissão 03/03/94

*[Handwritten signature]*

C.M.E.B.P.  
 PROT. GERAL 2214/93  
 323

prazo de 10 (dez) dias após a designação dos

M. E. B. P.  
SEM 22, 8, 94  
11:02 HS  
DEA: *Mag*

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 760, 94  
Fls. 04  
MAG

MINISTERIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

AGENCIA DA RECEITA FEDERAL EM BRAGANCA PAULISTA

OFICIO NR. 833407BPA/059/94 EM: 12.08.94

DO: CHEFE DA AGENCIA DA RECEITA FEDERAL EM BRAGANCA PTA.  
PARA: ILMO. VER. PAULO MIGUEL

Pelo presente, faço chegar ao conhecimento da V. Sas. , os nrs. da arrecadação do IRPJ ( Imposto de Renda Pessoa Juridica ) acumulado até junho de 1994:

- GR\$ 1.071.773,75 ( Um milhão, setenta e um mil, setecentos e setenta e três reais e setenta e cinco centavos. ).

Compre-me salientar que o valor acima refere-se à toda a arrecadação de Bragança Paulista e demais cidades jurisdicionadas à primeira no âmbito da Receita Federal.

Reiterando meus protestos de estima e consideração. Firmo-me.

Atenciosamente,

*[Handwritten Signature]*  
ERNANI LOUZADA HARTUNG JUNIOR

FONTE CONSULTA: L.33327.87 - VOL. 1/1 - 06/94 - SERPRO.

ENCAMINHE - SE  
Sala das Sessões 23/8/1994  
Presidente da Câmara Municipal

ENCAMINHADO EM 23, 8, 94  
DOC.  
a) *Paulo Miguel*

*Ref 760/94*

C. M. E. B. P.  
PROT. Nº 2214, 93  
334



C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 2114/93
Fls. 335

## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

APROVADO POR UNANIMIDADE  
ENCAMINHE — SE E PUBLIQUE — SE  
Saída das Sessões

18/10/94  
Presidente da Câmara

REQUERIMENTO nº 927/94

ENCAMINHAMENTO: ao Plenário desta Casa.

ASSUNTO: requer prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Especial criada nos termos do requerimento nº 1.198/93 para estudos e apresentação de propostas relativas ao atendimento à criança e ao adolescente no plano municipal. (Prorrogação até 31 de outubro de 1995).

1. **REQUEREMOS**, nos termos regimentais, seja concedida pelo egrégio Plenário desta Casa autorização para prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Especial criada nos termos do requerimento nº 1.198/93 para estudos e apresentação de propostas relativas ao atendimento à criança e ao adolescente no plano municipal.

1.1 A prorrogação requerida é até o dia 31 de outubro de 1995, correspondente a doze meses contados do prazo que venceria no dia 31 próximo.

### 2. JUSTIFICATIVA

2.1 A Comissão Especial em referência reunir-se-á nos próximos dias para definir novas etapas de trabalho, já que, até o momento, ela dedicou-se principalmente à análise da legislação local relativa à política do Município na defesa dos direitos da criança e do adolescente.



C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 2114/94  
Fls. 371

**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA**

2.2 Nas fases seguintes do trabalho, esse grupo legislativo pretende organizar equipes para pesquisas, entre outras atividades que exigem disponibilidade de tempo. Essa é razão do pedido de adiamento do prazo que estava previsto para a finalização de suas atividades e da amplitude da prorrogação proposta.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1994

A.) PAULO MIGUEL ZENORINI  
Presidente da Comissão

A.) ADALBERTO LETÍCIO ALESSANDRI  
Membro

A.) ARNALDO DE CARVALHO PINTO  
Membro